UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LUCAS JOSÉ DA SILVA

Elementos da violência homofóbica

SÃO PAULO
2020

LUCAS JOSÉ DA SILVA

Elementos da violência homofóbica

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fernando Silva

SÃO PAULO

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Lucas José da

Elementos da violência homofóbica / Lucas José da Silva; orientador Pedro
Fernando Silva. -- São Paulo, 2020.

144 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,
2020.

1. Violência. 2. Preconceito. 3. Bullying. 4. Homofobia. 5. Experiência. I.
Silva, Pedro Fernando, orient. II. Título.

Nome: Silva, Lucas José da

Título: Elementos da violência homofóbica

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Aprovado em: 15/07/2020

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Fernando da Silva

Instituição: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dra. Marian Ávila de Lima Dias

Instituição: Universidade Federal de São Paulo

Julgamento: _____

Prof. Dra. Cristiane Valéria da Silva

Instituição: Faculdade de Medicina de Barbacena

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho aos meus pais (in memoriam).
Dedico também à avó Hilda Rodrigues; aos tios
Divino e Tião, e à tia Luzia. Vocês fazem falta!*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Pedro Fernando Silva pela orientação compreensiva e precisa.

À minha amada tia Luzia, pela acolhida – sua morte deixou o mundo mais triste!

À Lourdes Vitalis, minha segunda mãe, pelo zelo no meu momento mais frágil!

Às minhas primas, Magda e Luciane, pelo cuidado e pelo incentivo.

Ao Tio Pedro e à Tia Maria José, que contribuíram para diminuir minhas preocupações.

Às amigas Celina, Renata e Rosimeire: o apoio e o carinho de vocês foi a minha salvação!

Ao meu amado Davi, quem, em meio a tantas turbulências, sempre esteve ao meu lado, sendo compreensível e me fazendo feliz.

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi refletir sobre os elementos que compõem a violência homofóbica, que pode ocorrer pela via do preconceito ou do *bullying*. Os elementos foram compreendidos pelo seu potencial de fomentar a violência homofóbica e por contribuir para a disposição psíquica regredida. A construção das análises guiou-se por aquilo que T. W. Adorno denominou como constelação – método que possibilita a apreensão das nuances de um fenômeno conforme a sua constituição histórica evitando a síntese. As análises foram construídas com o intuito de diferenciar a forma pela qual os processos psicossociais atuam nessas duas formas de violência. A diferenciação entre as formas em que a homofobia pode ocorrer possibilitou lançar um olhar crítico tanto sobre o conceito de “*bullying* homofóbico”, quanto sobre a formação cultural na contemporaneidade. O empobrecimento da experiência fomenta a expressão de traços narcisistas e sadomasoquistas de personalidade. Os estereótipos atuam como racionalizações e delimitam o alvo do preconceito; no *bullying*, os estereótipos atuam como formação reativa e a estereotipia torna-se automatizada. Tanto no preconceito quanto no *bullying*, o medo é concernente com a falsa projeção. Os tabus sexuais associados ao tabu sobre o corpo fomentam a crueldade dos crimes de homofobia. Em sua maioria, os elementos da homofobia relacionam-se com o preconceito. O conceito de preconceito se mostrou mais apropriado para compreender a violência homofóbica do que o conceito de ‘*bullying* homofóbico’.

Palavras-Chave: Violência. Preconceito. *Bullying*. Homofobia. Teoria Crítica

ABSTRACT

The objective of the research was to reflect on the elements that make up homophobic violence, which can occur through prejudice or *bullying*. The elements were understood for their potential to foster homophobic violence and for contributing to regressed psychic disposition. The construction of the analyzes was guided by what T. W. Adorno called the constellation – a method that makes it possible to apprehend the nuances of a phenomenon according to its historical constitution, avoiding synthesis. The analyzes were built in order to differentiate the way in which the psychosocial processes act in these two forms of violence. The differentiation between the ways in which homophobia can occur has made it possible to take a critical look at both the concept of “homophobic *bullying*” and contemporary cultural formation. The impoverishment of experience encourages the expression of narcissistic and sadomasochistic personality traits. Stereotypes act as rationalizations and define the target of prejudice; in *bullying*, stereotypes act as reactive formation and stereotyping becomes automated. In both prejudice and *bullying*, fear is related to false projection. The sexual taboos associated with the taboo on the body fosters the cruelty of homophobia crimes. Most of the elements of homophobia are related to prejudice. The concept of prejudice proved to be more appropriate to understand homophobic violence than the concept of ‘homophobic *bullying*’.

Keywords: Violence. Prejudice. *Bullying*. Homophobia. Critical Theory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. MÉTODO.....	13
3. A HOMOSSEXUALIDADE E O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA.....	18
3.1 A HOMOSSEXUALIDADE	18
3.2 A HOMOSSEXUALIDADE NA CULTURA REPRESSIVA	23
3.3. A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA	29
3.4 A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NA ESCOLA	41
3.5 SOBRE O AGRESSOR.....	47
3.6 A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA E OS ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR	55
4. ELEMENTOS DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA	61
4.1 A POBREZA DE EXPERIÊNCIA: SUA RELAÇÃO COM O PRECONCEITO E COM O <i>BULLYING</i>	61
4.2 ESTEREÓTIPO: DIFERENCIANDO SUA FUNÇÃO NO PRECONCEITO E NO <i>BULLYING</i>	73
4.3 O MEDO NA HOMOFOBIA E NO <i>BULLYING</i>	100
4.4 O TABU DA SEXUALIDADE: SUA INFLUÊNCIA NA HOMOFOBIA	115
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	138

1. INTRODUÇÃO

A sociedade administrada brasileira atual encontra-se num estado reacionário, pautada no conservadorismo moral, sexual e religioso, o qual está refletindo na administração pública, na retirada de alguns direitos básicos da população e na restrição dos direitos de grupos minoritários. Acredita-se que o mal-estar da realidade política e econômica brasileira desencadeou uma atmosfera de intolerância, em um número considerável de pessoas, contra o posicionamento político de esquerda, a orientação sexual que não se guia nos padrões heteronormativos, a religião afrodescendente, entre outras questões.

Nesse mesmo cenário, percebe-se que a violência cometida por motivações diversas é ideologicamente justificada e, em alguns casos, conta com a salvaguarda das instituições sociais: a força policial no combate ao crime pelo uso excessivo da força; doutrinas religiosas incitando a violência contra aqueles que não compartilham da mesma crença ou orientação moral; crianças e idosos sofrem com a violência física e/ou psicológica no círculo familiar, além de haver, no caso das crianças, também a violência sexual. Há casos em que figuras representativas (políticos, por exemplo) estimulam a violência ao se oporem desrespeitosamente às crenças e valores dos outros, sendo apoiados por inúmeras pessoas; o que pode ser observado mediante notícias com esse teor veiculadas diariamente nos meios de comunicação.

Um tipo de violência que tem sido amplamente discutida, tanto na academia como em séries de televisão e em debates em redes sociais da internet, é a violência que ocorre no ambiente escolar. Denominada *bullying*, refere-se, de acordo com Fante (2005) à violência por meio de comportamentos agressivos e constantes, causando dor e sofrimento às vítimas sem que haja uma motivação evidente para tal. O *bullying* tem sido objeto de diversas pesquisas de âmbito nacional e internacional cujo interesse principal são as vítimas dessa violência. Uma ramificação da violência escolar tem ganhado notoriedade por se tratar de um tipo de violência destinado especificamente à população LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queer*, intersexo, assexual e outros), sendo caracterizada como uma forma de intimidação que pode ser baseada em preconceitos e denominada como *bullying* homofóbico.

Conforme investigações científicas recentes têm apontado, há uma distinção entre *bullying* e preconceito. De acordo com Crochik (2015), é possível pensar que a homofobia seja a manifestação de um preconceito com alvo bem delimitado – uma das características

que o distingue o preconceito do *bullying* -, que ocorre pela perseguição a uma minoria social que não se orienta sexual e psicologicamente conforme o padrão heteronormativo há tempos institucionalizado pela cultura. No *bullying*, o motivo da perseguição guia-se por padrões sociais mais genéricos, portanto, o alvo não é bem delimitado e a violência é mais regredida. Esse ponto de vista contrapõe a concepção de Antunes e Zuin (2008) por considerarem que o preconceito está na base do *bullying*, em que a proximidade entre os dois fenômenos está na atitude de discriminação provinda do primeiro e manifestada também no segundo.

T. W. Adorno, E. Frenkel-Brunswik, D. J. Levinson e R. N. Sanford elaboraram um estudo, na década de 1940, e publicado em 1950 nos Estados Unidos, visando compreender o indivíduo preconceituoso e que apresentava atitudes fascistas e autoritárias já configuradas e também aqueles com o potencial de se identificar com ideais fascistas, considerando que a suscetibilidade do indivíduo àqueles ideais é influenciada pela personalidade. Para os autores, o antissemitismo fundamentou-se nos preconceitos étnicos e nacionalistas e desenvolveram para esse estudo a Escala F (escala de fascismo), que possui uma dupla função: 1) estudar o preconceito contra minorias sociais e 2) medir as tendências latentes da personalidade e a ideologia que torna os indivíduos suscetíveis à propaganda antidemocrática. Um dos resultados dessa pesquisa foi a caracterização de diferentes configurações de personalidade compostas pelo grau de inclinação ao fascismo ou ao autoritarismo e pelos conteúdos ideológicos manifestados. A formulação dos tipos e das síndromes ocorreu conforme a obtenção de altos ou baixos escores na Escala F; assim, aqueles que pontuaram altamente são classificados como sujeitos preconceituosos e os que obtiveram baixa pontuação na escala são tomados como pouco ou não preconceituosos. Porém, há uma graduação nessas síndromes (alta ou baixa) cuja especificidade se relaciona com as construções sociais que fundamentam o preconceito e a forma pela qual o sujeito se estrutura psiquicamente, sendo ambas contempladas pela Escala F e, portanto, configuram uma tipificação variada dos indivíduos dentro de cada síndrome. A Escala F tem servido como técnica de investigação para os estudos sobre o preconceito e outras formas de violência na sociedade brasileira atual, incluindo o *bullying*. Dessa maneira, tem-se que o preconceito possui determinações sociais e psíquicas, sendo que, nessa última, é sustentado por mecanismos inconscientes da personalidade, conforme Adorno et al. (1965) postula, e que, como tal, faz com que o preconceituoso projete, na vítima, impulsos, desejos e intenções que possui em si mesmo e não os aceita, fazendo das vítimas verdadeiros ‘bodes expiatórios’.

Segundo Crochick (1990), o tipo manipulador – pertencente à categoria dos que obtiveram altos escores na personalidade autoritária –, assemelha-se à personalidade narcisista. Na personalidade narcisista, a fragilidade do ego leva o indivíduo a balizar sua conduta através dos estímulos externos, nesta perspectiva, ele não diferencia a realidade interna e a externa. O tipo manipulador, para enfrentar os “perigos” da realidade externa, os reduzem a objetos e, devido a seu ego enfraquecido e libidinizado, transforma o meio em fim, de forma a alcançar seus objetivos; o tipo manipulador remete a um indivíduo superficial e vazio. Em estudos recentes, Crochick (2019) relata que há maior correlação entre a prática do *bullying* com as características de personalidade narcisista, ao passo que as características da personalidade sadomasoquista e narcisistas correlacionam com o preconceito. Contudo, afirma o autor, essa distinção não é plena, o que nos leva a pensar na prática do *bullying* que ocorre por motivações homofóbicas.

O estudo da personalidade autoritária tem servido de embasamento para outras pesquisas da forma pela qual o preconceito é abordado na dimensão social e psíquica e em função dos métodos da pesquisa, que incluem outras escalas como a de etnocentrismo (Escala E), conservadorismo político e econômico (Escala CPE) e antissemitismo (Escala A) e também modelos clínicos de investigação, como entrevistas e teste projetivo de personalidade.

O exame do indivíduo intimidador, nos casos de violência homofóbica, suscita outras reflexões, tendo em vista que há uma diferença entre o *bullying* e o preconceito. Em que difere a violência motivada por *bullying* daquela motivada por preconceito? Se os tipos de personalidade autoritária são os que se manifestam nos dias atuais, eles aludem a uma estruturação psíquica dos indivíduos sob a influência da ordem social totalitária engendrada por fatores culturais, econômicos e políticos e, se a personalidade autoritária caracteriza o indivíduo preconceituoso, mas também se refere ao intimidador nos casos de *bullying*, então, a sua manifestação nos dias atuais, apesar de todas as mudanças ocorridas na própria sociedade – inclusive, o combate a diversas formas de violência –, prediz que algo dessa estrutura social se conservou e se potencializou, impondo-se no processo de formação do indivíduo e levando adolescentes a terem traços autoritários de personalidade que é a base da violência motivada por preconceito ou *bullying* na escola. Nesta perspectiva, cabe a reflexão acerca dos fatores sociais que alicerçam o autoritarismo entre os jovens.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre os elementos que compõe a violência homofóbica, que pode ocorrer pela via do preconceito ou do *bullying*. Os elementos serão compreendidos pelo seu potencial de fomentar a violência homofóbica e por contribuir para

a disposição psíquica regredida. Por serem formas de violência distintas - preconceito e *bullying* -, os elementos envolvidos na violência homofóbica serão tomados como processos (sociais e psíquicos) que também operam de maneira distinta numa e na outra forma de violência. Tendo em vista que é a maior ou a menor delimitação do alvo que fundamenta a diferenciação entre *bullying* e preconceito, a violência homofóbica é pensada como distinta para cada membro que compõe a população LGBTQIA+, neste sentido, um homossexual não é agredido pelas mesmas motivações que uma travesti ou transexual. Quando oportuno, serão indicados os casos em que a violência tende a afetar outras pessoas que não se pautam na identidade de gênero ou orientação sexual rigidamente normatizada pela sociedade. Os elementos da violência homofóbica serão analisados, principalmente, a partir do trabalho científico e do pensamento dos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, cujo intenso trabalho foi esclarecer as bases psicossociais daquilo que consideraram como expressão pura e simples da barbárie: o fascismo. Portanto, acredita-se que, a partir dos estudos dos pensadores da Escola de Frankfurt, por se relacionarem tão intimamente com a questão da violência e do preconceito, seja possível chegar a uma melhor especificação das motivações psicossociais do agressor na violência homofóbica, de forma que, talvez, possamos contribuir com a diferenciação entre *bullying* e preconceito.

Estamos numa cultura que instrumentaliza as brincadeiras, a educação e, não obstante, condena a imitação e as formas sensíveis de se relacionar com o mundo e com as pessoas, ocasionando, dessa forma, o empobrecimento da experiência. Benjamin (1985, 1989), ao analisar a experiência, sugere que há condicionamento da percepção dos indivíduos a partir dos instrumentos técnicos criados para a adaptação do homem ao mundo e também pelas formas de produção da sociedade industrial, com isso, as experiências foram reduzidas a vivências. A distinção entre elas é que a experiência afeta o indivíduo, deixa nele um tipo de marca que reconfigura a sua relação com o próprio meio onde ela ocorreu; porém, a organização da vida social e dos instrumentos técnicos que a cultura promove para facilitar a adaptação do indivíduo produzem um excesso de estimulação, fazendo com que o indivíduo se proteja do “choque causado pela experiência”, realizando um exercício de conscientização constante, impossibilitando-o de ser afetado pela realidade cultural, propiciando-lhe apenas vivências, reproduzindo indiscriminadamente essa mesma cultura. Sob outro ponto de vista, Horkheimer e Adorno (1973) vão dizer que os tipos autoritários são aqueles não tiveram experiências e que, por isso, são preconceituosos.

Os ideais fascistas ainda vigoram nessa cultura e podemos visualizá-los nos mais diversos âmbitos da sociedade; na política, especialmente. Ainda insistindo na realidade

brasileira, devido à crise política atrelada à economia, os indivíduos parecem resignados diante desse “mal-estar” social a de ponto defenderem algumas posições que se assemelham ao sistema totalitário fascista; esses indivíduos visualizam como única possibilidade de defesa, por meio do apoio político, o autoritarismo, sendo que a sua expressão se verte na perseguição dos percebidos como bandidos, vagabundos, aos que se voltam contra a ordem, aos que ameaçam a sociedade e as instituições sociais, entre outros, ou seja, por via da violência se dá a perseguição daquilo que é o resultado de processos sociais e culturais, mas também políticos e econômicos. Existem movimentos coletivos que se empenham, por meio de ações comunitárias, organizações não-governamentais e outras entidades, em combater as diversas formas de violência e usam como ferramenta de denúncia e promoção da conscientização da luta de grupos minoritários as mídias e redes sociais digitais. Esses movimentos coletivos engendram lutas políticas a fim de buscar auxílio e apoio jurídico para as vítimas da violência, contudo, é interessante pontuar que as vítimas (as mulheres, os negros, os homossexuais, etc.) são minorias porque possuem restrições de direitos em consonância com a opressão histórica. Justamente por isso é que em todas as formas de violência é possível encontrar os determinantes sociais que as fomentam em cada momento histórico, pois, a violência é exercida por indivíduos cujas ações são mediadas pela sociedade.

A realização desta pesquisa justifica-se pelo fato de que a violência homofóbica não só tem causado muito sofrimento às vítimas, mas tem causado muitas mortes e, além disso, a perseguição às pessoas LGBTQIA+ é gerada por pautas políticas reacionárias, concernentes com o mal-estar político que paira sobre o país. Não bastasse isso, há também movimentos sociais organizados e de amplo alcance territorial que defendem uma postura extremamente conservadora em relação aos valores morais e padrões sociais (educacionais e familiares, por exemplo), que atuam de forma a obstar propostas que visam ofertar uma educação com vistas a uma formação pautada na diversidade dos sujeitos. Esses movimentos tiveram repercussão midiática ao demonstrar publicamente oposição à Lei de Diretrizes e Bases da Educação que fomenta os currículos básicos do ensino nas escolas brasileiras e, principalmente, opuseram-se aos conteúdos sobre sexualidade e diversidade sexual, denominados, por esses movimentos, como ideologia de gênero. Portanto, no âmbito da nossa realidade, existem fortes indicativos de que a perseguição organizada possa evoluir para a perseguição politizada. Trazer para o primeiro plano o indivíduo agressor permite compreender melhor como a sociedade engendra essas formas de violência, bem como pensar em maneiras de combatê-las, pois, conforme sugere a teoria

que sustenta esse trabalho, a violência só seria aplacada pela mudança na estrutura da sociedade, porém, a sociedade só pode ser mudada mediada pelos indivíduos e é neste sentido que as intervenções se fazem tão urgentes junto aos agressores. Esse é um desafio para a psicologia comprometida com as questões sociais e esse trabalho visa lançar alguma luz sobre essas questões na medida em que busca contribuir com os estudos que tomam como foco o agressor.

2. MÉTODO

Conforme a literatura científica tem mencionado (CROCHICK, 2015; CROCHICK, 2019) a violência escolar pode ocorrer pelo preconceito ou pelo *bullying*. Há, também, diferenças entre essas duas formas de violência: no preconceito, o alvo da violência é delimitado, enquanto que no *bullying*, o alvo é menos delimitado, isso quer dizer que, o preconceito ocorre em relação a grupos socialmente discriminados (negros, a população LGBTQIA+ e etc.) ao passo que o *bullying* não ocorre com base nessa delimitação grupal, ele ocorre a partir de características mais genéricas. Contudo, o preconceito pode ser motivador para a perseguição sistemática dos homossexuais e de outras pessoas que não se enquadram nas categorias de gênero e identidade sexual socialmente construídas. As motivações para a violência homofóbica não são as mesmas para as demais pessoas que compõem a comunidade LGBTQIA+, por exemplo: a violência que sofre um gay não possui a mesma especificidade da violência que sofre uma lésbica.

Diante dessa problemática, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os elementos que se articulam na violência homofóbica. Para tal compreensão, serão consideradas as situações nas quais a homofobia ocorre pela via do preconceito e também do *bullying*, conforme a literatura científica. Neste sentido, a construção das categorias de análises, intenta dar especificidade aos processos psicossociais envolvidos na violência homofóbica tais como: o estereótipo e a estereotipia, o medo, os tabus sexuais e o empobrecimento da experiência. Diferenciando a forma na qual esses processos (psíquicos e sociais) operam nas distintas formas de violência. Espera-se com isso colaborar com a diferenciação entre *bullying* e preconceito.

Esta pesquisa se configura como sendo teórica. Segundo Gil (2008), a vantagem desse tipo de pesquisa está no fato de que ela permite ao investigador explorar uma variedade de outros fenômenos, de forma mais ampla e se desenvolve tendo em vista

materiais já elaborados, tais como livros e artigos científicos, que se relacionam com o objeto em questão.

A construção das análises guiou-se por aquilo que Adorno (2009) denominou de constelação. Jay (1988, p. 16) faz a seguinte consideração a esse método: “um termo astronômico que Adorno tomou emprestado a Benjamin para designar uma agregação justaposta, mais do que integrada de elementos mutáveis que resistem à redução a um denominador comum”. Ou seja, a apreensão das nuances de um fenômeno conforme a sua constituição histórica evitando a síntese. Assim, a constelação visa pensar o objeto para além de sua identidade. Nessa perspectiva, o conceito que visa a identidade, para Adorno (2009), é típico de um ideal de conhecimento que fixa o pensamento no mero existente, que passa a ser representado como totalidade pelo conceito, embora esse não possa representar plenamente a realidade, o conhecimento não deve se chocar contra ele. Para Adorno, o conceito:

“é a razão suficiente da coisa, na medida em que a investigação ao menos de um objeto social se torna falsa quando se limita a interdependência no interior de seu domínio – interdependências que fundaram o objeto – e ignora a determinação do objeto pela totalidade. Sem o conceito supraordenado, essas dependências dissimulam a mais real dentre todas, a dependência da sociedade, e ela não saberia ser introduzida adequadamente a partir das *res* (coisas) singulares que o conceito tem sob si. Mas ela não aparece senão através do singular, e é por meio daí que o conceito se transforma uma vez mais no conhecimento determinado (ADORNO, 2009, p. 142, *itálico do autor*).

De acordo com Adorno (2009), o conceito possui um duplo sentido; deve ser abordado num sentido que leva a duas dimensões, de forma que seus polos opostos possam confrontar-se e desse confronto surja uma nova compreensão, seja do objeto seja do conceito. Isso garante a dialética entre o pensamento e a realidade, sendo que o primeiro é abstrato e universal, o segundo contraditório e antagônico. Dessa maneira, o contraste entre dois polos demonstra a impossibilidade de tratá-los isoladamente, ao passo que tomá-los em conjunto vislumbra-se a construção de ideologias. Pucci (2012) exemplifica a tensão existente no conceito Indústria Cultural e questiona: é indústria ou cultura? Se tomados isoladamente não é cultura e nem é indústria, pois uma exclui a outra; no entanto, compõem-se mutuamente de forma que expressa a mercantilização dos bens culturais no sistema capitalista.

A dialética abre o conceito para que se evite qualquer tipo de identificação do sujeito diante do objeto, que possui a primazia, fazendo com que o conceito ultrapasse a si

mesmo em busca daquilo que no processo de conhecimento foi descartado. A interpretação filosófica se desenvolve semelhante à decifração de um enigma: elementos singulares dispersos do fenômeno são reorganizados até que formem uma figura, dessa que se forma, salta uma solução, assim, na análise filosófica do dado particular e concreto os elementos são dispostos como em constelações, na tentativa de ordená-los até que se encaixem numa imagem legível como resposta. Isso cumpre a função da filosofia: interpretar a realidade que está carente de intenções por meio da construção de figuras, de imagens isoladas da realidade (PUCCI, 2012). Conforme Adorno (2009):

“O conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si. Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir, esperando que ele salte, mais ou menos como os cadeados de cofres bem guardados: não apenas por meio de uma única chave ou de um único número, mas de uma combinação numérica”.

A constelação, segundo Adorno (2009), consiste em lançar luz no que há de específico no objeto, que represente algum peso ao movimento classificatório. Assim, as constelações passam a representar de fora aquilo que o conceito retirou do interior do objeto. “Na medida em que os conceitos se reúnem em torno da coisa a ser conhecida, eles determinam potencialmente o seu interior, alcançam por meio do pensamento aquilo que o pensamento necessariamente extirpa de si” (ADORNO, 2009 p. 141). Na constelação, o objeto se abre para uma insistência monadológica, esta é a consciência da constelação na qual o objeto se encontra. O interior não-idêntico do objeto: aquilo que ele não é e que se recusa a uma identidade forçada, portanto, não conciliatória, classificatória; o não-idêntico só alcança a si mesmo na exteriorização.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, os fenômenos *bullying* e preconceito serão pensados a partir de algumas considerações sobre eles em obras e pesquisas já publicadas. As estrelas que irão compor a constelação de análise possibilitam identificar como os processos psicossociais funcionam de maneira distinta no preconceito e no *bullying*. Nesse sentido, configura-se como as estrelas do trabalho: o empobrecimento da experiência; o estereótipo e o pensamento estereotipado; os tabus sexuais que recaem sobre a população homossexual e o medo. A escolha dessas estrelas baseou-se pelo impacto que causam no indivíduo, de forma que o torna embrutecido, além do mais, esses elementos/estrelas são socialmente impostos e internalizados pelo indivíduo.

A construção das categorias baseou-se, primeiramente, a partir das considerações sobre violência homofóbica tratada na literatura, que segundo pontuamos nesse trabalho,

pode ocorrer pela via do preconceito ou pelo *bullying*. Como há uma diferenciação entre as duas formas de violência, os elementos da homofobia foram pensados em sua relação com o preconceito para em seguida serem aludidos na perspectiva do *bullying*.

Assim, a categoria sobre o empobrecimento da experiência, teve como norte a consideração de Horkheimer e Adorno (1973) a partir do capítulo “Preconceito” que compõe o livro “Temas Básicos da Sociologia”. Esses autores consideram que a pobreza de experiências fomenta o preconceito. Diante disso, o empobrecimento da experiência, foi referenciado na dimensão do preconceito, segundo a perspectiva da teoria crítica, para em seguida ser formulada sua ocorrência no *bullying*, também de acordo com os autores e comentadores da Escola de Frankfurt.

A categoria sobre os estereótipos foi construída a partir de artigos pesquisados nas bases Scielo e Pepsic e, também, a partir do livro “A natureza do preconceito” de Gordon Allport, no qual o autor dedica um capítulo para referenciar o estereótipo e a sua função no preconceito. O descritor para realizar a pesquisa nas plataformas digitais foi ‘estereótipo’; esse descritor amplo possibilitou selecionar alguns artigos no qual o elemento se relaciona com o preconceito. A partir dessa pesquisa, percebeu-se que a vertente cognitivista de compreensão dos estereótipos e que é amplamente difundida, possui um modelo bastante consistente no que concebe o uso dos estereótipos como facilitadores cognitivos. Embora esse modelo tenha problemáticas internas tal como o efeito ricochete do estereótipo, é corrente a aceitação do uso dos estereótipos como facilitadores para a adaptação do indivíduo ao seu contexto sociocultural. O acesso ao artigo de revisão sobre a função cognitiva dos estereótipos, cuja autoria é de Patrícia Devine (1989) ocorreu pela sua citação na revisão feita por Bernardes (2003), assim a plataforma de pesquisa utilizada para a pesquisa foi Google Acadêmico. Os artigos de revisão de pesquisas sobre a problemática e o uso dos estereótipos na vertente cognitivista foram utilizados porque contrastam com a perspectiva de compreensão deste trabalho, na qual considera que tanto o uso dos estereótipos quanto o pensamento estereotipado são produtos de uma ordem social calcada na dominação e na classificação das pessoas e, a partir disso, incorre-se a violência homofóbica quer no preconceito quer no *bullying*.

A categoria sobre o medo, presente na terminologia homofobia – prediz de um medo irracional da pessoa homossexual ou de outras pessoas que não compartilham com a orientação sexual, gênero e identidade sexual pautada na heterossexualidade e nos comportamentos ‘masculinos’ e ‘femininos’ socialmente engendrados -, foi tomado como objeto de análise porque se relaciona com o empobrecimento da experiência, ou seja, a

partir do momento em que o medo é internalizado ele atua como algo que dificulta a experiência e por conseguinte, mantém o preconceito. Em relação ao medo na homofobia, há diversas interpretações para o mesmo, sendo que essas vão desde o medo como um sentimento protetivo até o medo como produto de ordem social que o utiliza como ferramenta de coerção e manipulação e neste sentido, a homofobia seria o medo de uma maioria social perder seus privilégios e direitos civis. A pesquisa de artigos ocorreu nas plataformas Scielo e Pepsic, com o descritor amplo ‘medo’, o critério para utilizar esse descritor amplo, foi com o intento perceber como esse sentimento é tratado nas pesquisas, no entanto, não houve correspondência de sua utilização em relação ao preconceito nem em relação ao *bullying*; algumas pesquisas o tomaram como elemento de manipulação social. Posteriormente, nas mesmas plataformas, foi utilizado o descritor ‘fobia’. Os resultados permitiram selecionar artigos nos quais a fobia é compreendida pela psicanálise e o que ela representa psicodinamicamente. Como o medo é tomado como um elemento de manipulação social mas ao mesmo tempo é um sentimento protetivo para a espécie, procurou-se situá-lo na dimensão biológica, em seguida psíquica e social, com o intuito de relacioná-lo com o *bullying* e o preconceito homofóbico. Em seguida, a violência homofóbica a partir do elemento medo foi interpretada à luz das considerações de Adorno e Horkheimer (1985) sobre a projeção e falsa-projeção.

Por fim, a categoria sobre os tabus sexuais, também ocorreu a partir das considerações de Adorno, no texto sobre “Os tabus sexuais e o Direito hoje”. Nesta categoria, ocorreu a procura de artigos sobre o tema em plataformas tais como Scielo e Pepsic, contudo, os artigos elencados com o descritor “tabu” se direcionavam para o reforço das ideias de Freud, quando esse compara a incidência dos tabus em relação aos sintomas neuróticos ou como a incidência dos tabus sexuais dimensiona a relação entre professor e aluno. Como o objetivo da categoria não era analisar estritamente a dimensão psíquica dos tabus como geradores de neurose nem mesmo seu impacto na relação professor/aluno e ensino/aprendizagem, recorreu-se à revisão que Freud realizou em “Totem e Tabu” e no “Tabu sobre a virgindade”, de forma que isso possibilitou refletir sobre como o tabu da sexualidade, apropriado pelos autores da primeira geração da Escola de Frankfurt, e disso derivou-se a sua influência na violência homofóbica.

3. A HOMOSSEXUALIDADE E O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

3.1 A HOMOSSEXUALIDADE

Vieira (2009), ao fazer um percurso sobre a questão da homossexualidade na obra freudiana, pontua que esse caminho leva a certa relatividade, pois as concepções sobre a homossexualidade formuladas pelo criador da psicanálise nem sempre são harmônicas. Reitera, nesse sentido, que não objetiva unificar as visões contraditórias em relação ao assunto, mas sim lançar um olhar crítico sobre a questão da homossexualidade em Freud.

Segundo Vieira (2009), até 1892 não existia a homossexualidade, entretanto, isso não significa que não existissem pessoas do mesmo sexo que mantinham relações sexuais umas com as outras, essas pessoas eram alvos de punições ou reprovação por causa de suas (até então consideradas) transgressões sexuais. Embora houvesse a punição ou reprovação, aquelas pessoas não eram marcadas como diferentes dos demais, ou seja, “a atividade sexual não constituía um marcador ou determinante da identidade” (VIEIRA, 2009, p. 489).

Foi somente no século XIX, mediante as transformações científicas e culturais, que a prática da medicina se voltou para a classificação das patologias e foi a partir desse movimento que surgiu o homossexual. O interesse do saber médico sobre a homossexualidade objetivava propor tratamentos para a normalização da vida sexual. A normalização daqueles que eram considerados desviantes fazia parte de um projeto higienista pautado na regulação da vida, principalmente nas cidades. Esse projeto higienista da sociedade não se restringia aos homossexuais, mas a uma gama de pessoas que eram consideradas anormais e/ou imorais para a vida nas cidades (VIEIRA, 2009).

A sexologia, nova ciência do século XIX, esmerada na tarefa positivista de classificar “tipos” e comportamentos sexuais, contribuiu para produção da homossexualidade. O que significou, em grande parte, produzi-la enquanto patológica. Todavia, houve uma abordagem sexológica que tentava justificá-la argumentando que se tratava de uma natureza diferente contra a qual não haveria porque lutar. A partir de então se instituiu o homossexual, espécie cuja própria existência e corpo se tornariam objeto de investigação, escrutínio e vigilância, bem como, de disputas sobre sua representação (VIEIRA, 2009, p. 490).

Dessa maneira, a ciência positivista ante a regra de classificação do mundo e das pessoas acaba produzindo preconceitos e violência. Segundo Vieira (2009), esse viés médico-moral do século XIX coloca a homossexualidade como problemática, em vez de considerá-la como uma variante da sexualidade.

Nos três ensaios sobre a teoria da sexualidade, texto de Freud (1989) publicado em 1905, ele discorre sobre a homossexualidade. Sugere a existência de uma pulsão sexual cuja origem é biológica – mas mediada pela cultura - e compõe a natureza humana. A transformação da pulsão sexual em relação ao objeto é denominada libido. Ao contrário do que a sociedade concebe como relações sexuais normais, ou seja, a que ocorre entre homens e mulheres – definindo dessa maneira a heterossexualidade, cujo empreendimento leva ao casamento e à reprodução –, Freud vai dizer que a libido sofre variações e não necessariamente será manifestada em conformidade com os ideais sociais.

Já em sua época, Freud (1989) considerava a existência de uma numerosa população de homossexuais, esses sentem atração e satisfação sexual por pessoas do mesmo sexo. Naquela época, os homossexuais, independentemente de seu gênero, eram considerados pessoas invertidas, porque não condiziam com a heterossexualidade. Ele ainda identifica a bissexualidade, ou seja, a pessoa que possui desejo e satisfação sexual com pessoas de ambos os sexos e também a contingencialidade de relações sexuais homossexuais, sendo que essa se caracteriza por relação sexual com uma pessoa do mesmo sexo, na qual os envolvidos encontram satisfação sexual, porém, não necessariamente são bissexuais ou homossexuais. Essas relações homossexuais contingenciais ocorrem pela inacessibilidade do objeto sexual “normal”.

No que toca a bissexualidade, Freud (1989) considera que nela opera, de forma rudimentar, o hermafroditismo, no sentido de que em toda pessoa há traços do sexo oposto, porém esses traços rudimentares não desempenham nenhuma função ou se transformam para ter outras funções. Essa ideia alicerçou a hipótese da existência de uma predisposição originária bissexual no indivíduo, que se transformaria em monossexualidade na medida em que o mesmo se desenvolve. Segundo Vieira (2009, p. 502) “para Freud, parece sugestivo transpor essa concepção anatômica do hermafroditismo para o campo psíquico e explicar as multifaces da homossexualidade como expressão de um hermafroditismo psíquico”. A explicação da bissexualidade psíquica a partir do hermafroditismo biológico parece conter duas sugestões importantes: que Freud tenta procurar na anatomia a base para o destino da sexualidade e aproxima a sexualidade normal da heterossexualidade (VIEIRA, 2009).

Nos três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Freud (1989) afirma que bissexualidade é algo importante para compreender a manifestação da pulsão sexual no homem e na mulher. Assim, apresenta a dificuldade em caracterizar o papel masculino e o feminino, pois, quer um quer outro, manifesta papéis ativos e passivos, assim como a libido ao ser considerada ativa pode ter finalidades passivas (VIEIRA, 2009). Essa visão sobre o

masculino e o feminino na psicanálise, foi revista por Freud na década de trinta, neste sentido, ele aponta que a distinção entre masculino e feminino ocorre por convenção e pela anatomia, ou seja, a distinção não é psicológica, mas cultural. Com isso Vieira (2009, p. 504) afirma que “a cultura, e não a anatomia seria a base das afirmações referentes às noções de homem/mulher; masculino/feminino; heterossexualidade/homossexualidade”.

Dessa forma, é a cultura que engendra as formas e os parâmetros para determinar e reforçar os ideais de normalidade. A partir desse ideal são construídos os parâmetros que, ao mesmo tempo em que toma a heterossexualidade a norma, torna a homossexualidade como anormal e disso deriva a homofobia. Assim, considerar a homossexualidade como antinatural é o recurso ideológico da cultura para reforçar as relações de dominação na sociedade. Também podemos considerar, que no momento em que a cultura não possibilita a expressão da pulsão sexual como ocorre na homossexualidade, ela é reprimida e projetada como rancor.

No que concerne aos aspectos individuais de aceitação da própria orientação sexual, Freud (1989) pondera que havia pessoas, naquela época, que aceitaram a “inversão” como algo natural e, não obstante, lutaram para que tivessem seus direitos reconhecidos assim como os heterossexuais e havia também aqueles que não aceitavam a orientação homossexual da libido e a percebiam como sendo uma compulsão sexual. Para além das variações temporais, da época em que a libido se manifestou ou qual foi a sua orientação final (homo ou heterossexualidade), Freud (1989) considera que a homossexualidade sempre existiu e que, em vez de se procurar a diferença entre uma ou outra forma de expressar a libido, o mais importante são suas semelhanças em relação à heterossexualidade. Portanto, o reconhecimento da homossexualidade é algo tão natural que se impõe por si só.

Contrariando as concepções de sua época sobre a questão da homossexualidade, Freud (1989) rebate a concepção de Morgan de que os homossexuais seriam pessoas degeneradas; isto ocorreu porque, segundo Freud, a homossexualidade foi percebida inicialmente em pessoas com transtornos mentais [à sua época]. O uso do conceito “degeneração”, para Freud (1989), somente pode ser aplicado quando o indivíduo apresenta muitos e graves desvios em relação à norma e quando a capacidade de funcionamento e sobrevivência estiver prejudicada. Assim, em relação à homossexualidade, para Freud (1989), ela não apresenta nenhum desvio grave em relação à norma; ela não limita qualquer tipo de desempenho do indivíduo, mas ao contrário, alguns homossexuais se destacam pela sua capacidade intelectual e cultural; e, por fim, pontua que há fatos históricos que

comprovam que a homossexualidade não é uma degeneração, pois, nos primórdios da humanidade era considerada algo natural. Em uma nota de rodapé acrescentada ao referido texto, em 1915, Freud diz que a psicanálise:

Ao estudar outras excitações sexuais além das que se exprimem de maneira manifesta, ela constata que todos os seres humanos são capazes de fazer uma escolha de objeto homossexual e que de fato a consumaram no inconsciente. As vinculações por sentimentos libidinosos por pessoas do mesmo sexo desempenham, inclusive, um papel nada insignificante como fatores da vida anímica normal, e um papel ainda maior do que as vinculações semelhantes com o sexo oposto como motor do adocimento. A psicanálise considera, antes, que a independência da escolha objetal em relação ao sexo do objeto, a liberdade de dispor igualmente de objetos masculinos e femininos, tal como observada na infância, nas condições primitivas e nas épocas pré-históricas, é a base original da qual, mediante a restrição num sentido ou no outro, desenvolvem-se tanto o tipo normal como o invertido. (FREUD, 1989, p. 136-7).

Assim, para Freud (1989), a homossexualidade é uma forma de expressão, dentre as variadas formas de manifestação, da pulsão sexual. As relações afetivas e sexuais homossexuais não causam nenhum tipo de dano psíquico, moral ou social – nada difere da norma. Portanto, não há justificativas para a discriminação contra os homossexuais.

Em relação à psicanálise, Vieira (2009) aponta que Freud foi contra o saber psiquiátrico da época no que diz respeito à homossexualidade, quando ele questiona a hereditariedade e a degeneração:

Em face da apropriação jurídica da homossexualidade, Freud aceita conceder uma entrevista, em 1903, ao jornal vienense “*Die Zeit*”, em defesa de um homem acusado por práticas homossexuais. Em 1930, ele assina uma petição pela revisão do código penal e a supressão do delito da homossexualidade entre adultos que consentem. (...) em 1935, ele escreve uma carta endereçada a uma mãe norte-americana que havia lhe solicitado ajuda em relação às condutas e comportamentos que ela considerava anormais por parte de seu filho (homossexual – nosso). (...) O último exemplo, enfim, diante aos psicanalistas: Freud se opõe efetivamente a Ernest Jones que recusa o estatuto de psicanalista a um homossexual. Sachs, Abraham e Eitington tomam o partido de Jones, mas Freud persiste em achá-los neuróticos, na sua ideia de analisar os homossexuais, que são para o autor pessoas ‘normais’ (VIEIRA, 2009, p. 496).

Freud, ao que demonstram os exemplos de Vieira (2009), advogou favorável a descriminalização da homossexualidade. Porém, ele não estava isento do modelo de ciência de sua época, assim, em suas análises sobre as perversões, esbarra no método classificatório

da sexologia, utilizando algumas categorias daquela ciência com o intuito de problematizar a homossexualidade, cometendo alguns equívocos e contradições teóricas, conforme assinala Vieira (2009).

Nos três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Freud refuta a apropriação médica do conceito de homossexualidade. Os escritos sobre a sexualidade espantaram a sociedade vienense não só porque remetiam às perversões e à sexualidade infantil, mas também porque introduzia no seio da tradição médica uma renovação sobre as causas da homossexualidade e a sua relação com o mal estar da cultura.

Embora Freud tenha se posicionado favorável aos homossexuais, na sua teoria da sexualidade, a homossexualidade não é considerada um tipo da sexualidade normal, pois, a partir do momento em que ocorre a fixação libidinal e a exclusividade do objeto, isso revelaria o caráter patológico da homossexualidade (VIEIRA, 2009). Não obstante, ele também concebeu de forma crítica o estabelecimento da heterossexualidade, uma vez que ela não poderia ser explicada somente a partir de uma base química.

No que toca à relação entre a cultura e a homossexualidade, ou seja, as práticas - na maioria das vezes – discriminação dos homossexuais em detrimento de uma vida sexual normal, cujos critérios de normalidade são culturalmente engendrados e em consonância com a ideologia vigente na época, resultando em práticas hostis contra aqueles, é interessante pensar que a perseguição aos homossexuais se expressa também pela perseguição à pulsão sexual. Numa nota de rodapé acrescentada em 1910 ao texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud (1989) assevera que:

A diferença mais marcante entre a vida amorosa da Antiguidade e a nossa decerto reside em que os antigos punham a ênfase na própria pulsão sexual, ao passo que nós a colocamos no objeto. Os antigos celebravam a pulsão e se dispunham a enobrecer com ela até mesmo um objeto inferior, enquanto que nós menosprezamos a atividade pulsional em si e só permitimos que ela seja desculpada pelos méritos do objeto (FREUD, 1989, p. 140).

Neste trecho está contida a ideia de que o processo civilizatório, no sentido do progresso, fundamentou a transformação não só da sociedade, mas também na dinâmica instintiva, que passa a ter que concordar com os ideais da sociedade. A partir disso, instaura-se um conflito entre o indivíduo e a civilização no qual o indivíduo é subjugado e gerido para reproduzir as relações de dominação.

3.2 A HOMOSSEXUALIDADE NA CULTURA REPRESSIVA

Marcuse (1972), ao analisar a origem do indivíduo regredido em “Eros e Civilização”, toma como ponto de partida o conflito entre a cultura e o indivíduo, ou seja, a oposição entre o princípio de realidade e o princípio do prazer. Aponta que a teoria freudiana leva à compreensão de que é própria da civilização e para o seu progresso a imposição de repressões. Considera também que, no interior da sociedade capitalista, o sistema social subjuga a pulsão de vida, que não é mais destinada à satisfação das necessidades, mas é direcionada para o trabalho – forma pela qual os indivíduos conseguem manter sua sobrevivência – ao passo que o princípio de realidade é regido em conformidade com o sistema econômico.

Diante disso, Marcuse (1972), no intento de reafirmar o caráter histórico dos conceitos freudianos, propõe uma extrapolação dos mesmos de forma que os conceitos psicanalíticos sejam compreendidos em sua dimensão histórica. Nessa perspectiva, a extrapolação contrapõe a originalidade dos conceitos psicanalíticos que tomam os processos históricos como naturais. O princípio de desempenho é a transformação histórica do princípio de realidade enquanto que mais-repressão faz menção às restrições sociais impostas aos indivíduos com o objetivo de dominação.

No princípio de realidade fica subentendido o fato de que os indivíduos possuem necessidades e que elas somente são satisfeitas por meio do trabalho, arranjos ou iniciativas que são demasiados penosos para a obtenção de sua satisfação. “Enquanto o trabalho dura, o que, praticamente, ocupa toda a existência do indivíduo amadurecido, o prazer é suspenso e o sofrimento físico prevalece” (MARCUSE, 1972, p. 51). Desse modo, há a contraposição entre o princípio do prazer – impõe-se de modo a atingir a satisfação e abrandar a dor – e o princípio de realidade – que impõe sofrimento aos indivíduos como forma de garantir a sua existência. No decorrer da civilização, as carências não foram coletivamente distribuídas em conformidade com as necessidades individuais e nem a aquisição de bens que objetiva satisfazer as necessidades dos indivíduos foi, de fato, organizada para satisfazer as crescentes necessidades daqueles. A manipulação social das necessidades humanas implica uma forma de racionalidade calcada na dominação.

Os diferentes modos como a repressão é imposta afetam o conteúdo do princípio de realidade, haja vista que o princípio de realidade se personifica em instituições e relações sociais, leis e valores impositivos que incidem sobre os instintos e os transformam. Por mais que as formas do princípio de realidade requerem repressão sobre os instintos – uma

forma de repressão básica, necessária para que ocorra a sublimação e o desenvolvimento da cultura –, as instituições sociais concernentes com o princípio de realidade e o interesse pela dominação adicionam controles extras que vão além daqueles necessários para a regulação da civilidade humana. Esses controles adicionais impostos aos indivíduos pelas instituições sociais correspondem ao conceito de mais-repressão.

No decurso da civilização, a repressão básica e a mais-repressão são interligadas, de forma que a organização da genitalidade ocorre por uma quase dessexualização das pulsões parciais e das zonas erógenas de forma que elas possam se ajustar a uma específica maneira de obtenção de prazer e em conformidade com a organização social. Marcuse (1972) concorda com Freud sobre a repressão exercida sobre os sentidos, principalmente o olfato e o paladar; neles coagem a repressão básica e a mais-repressão: os elementos cropofílicos no instinto não correspondem com as noções estéticas da civilidade e isso ocorreu desde que o homem evoluiu para a postura vertical. “É como se o olfato e o paladar dessem um prazer não-sublimado *per se* (e uma repulsa irreprimida). Relacionam (e separam) os indivíduos imediatamente, sem as formas generalizadas e convencionalizadas de consciência, moralidade e estética” (MARCUSE, 1972, p. 54). Entretanto, na medida em que a repressão básica e a mais-repressão atuam sobre os sentidos, atrela-os aos tabus impostos que incidem sobre o prazer físico ou corporal intensos. O imediatismo do prazer não sublimado é incompatível com o exercício da dominação, com a civilização e com os elementos que a constituem, que, via de regra, tende isolar e distanciar as pessoas, mas também para impedir relações espontâneas e expressões ‘naturais’ dessas relações.

Na medida em que ocorre a apropriação social dos instintos, a sexualidade em todas as suas formas de expressão (levando em consideração que na teoria psicanalítica a homossexualidade é uma das formas de expressão da libido) acabam sendo enformadas, ou seja, ela é posta a serviço de uma função social: a procriação¹. Quando a sociedade estabelece e oferta os meios pelos quais as necessidades dos indivíduos são satisfeitas, tudo

¹ Embora a sexualidade na atualidade, não tenha o exclusivo caráter de procriação, a sua expressão ainda obedece à uma dinâmica social pela incidência dos tabus sexuais e, sobre ela opera uma ideologia da liberdade sexual, na qual a “vida sexual saudável” que conforme considera Adorno (2015), é estimulada porque ocorreu a integração do sexo à sociedade. A sociedade manipula o sexo de tal forma que os indivíduos não encontram um prazer real, contentam-se com o prazer substituto e preliminar – produto da manipulação e integração do sexo. Nesta perspectiva, a indústria cultural passa a promover um estilo de vida saudável, no qual o sexo é tomado como expressão de saúde e um meio de alcançar o bem-estar físico e mental. Quando Marcuse (1972) considera que sobre a sexualidade genital vertida para a heterossexualidade há uma finalidade socialmente estabelecida (a procriação), entendemos que sobre ela opera a ideologia da liberdade sexual, que ocorre a manipulação da sexualidade com uma finalidade socialmente útil.

aquilo que não se verte para o ideal social é proscrito; tanto que os tabus, principalmente aqueles que recaem sobre a sexualidade e que são representações psíquicas internalizadas a partir da mais-repressão, configuram-se, grosso modo, como uma forma de manipular os impulsos sexuais. Neste cenário, a homossexualidade torna-se problemática à sociedade, porque, de um lado, nega a legitimação social da procriação e, do outro, expressa aquela parcela da pulsão sexual que ainda não foi dominada pela sociedade, ou melhor, a homossexualidade foge do domínio que a sociedade exerce sobre as pulsões sexuais assim como é o caso das perversões.

O princípio de desempenho é a expressão da sociedade contraditória, em que as formas de manutenção da vida são racionalizadas e concernentes com o próprio processo social, reiterando constantemente as formas de dominação. Na sociedade regida pelo princípio de desempenho e dividida em classes, os indivíduos são classificados de acordo com o seu desempenho econômico. Marcuse (1972, p. 58) aponta que “os interesses da dominação e os interesses do todo coincidem: a utilização lucrativa do sistema produtivo satisfaz as necessidades e faculdades dos indivíduos”. Salienta-se que a necessidade, nesse caso, é aquela que a sociedade coopta, assim, a satisfação delas ocorrem de acordo com o trabalho que o indivíduo executa. Porém, esse trabalho é alienado, pois os indivíduos submetem-se a ele para sobreviverem.

Os indivíduos não vivem sua própria vida, mas desempenham tão-só funções preestabelecidas. Enquanto trabalham, não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, mas trabalham em *alienação*. O trabalho tornou-se agora *geral*, assim como as restrições impostas à libido: o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa ausência de gratificação, negação do princípio do prazer. A libido é desviada para desempenhos socialmente úteis, em que o indivíduo trabalha para si mesmo somente na medida em que trabalha para o sistema, empenhando em atividades que, na grande maioria dos casos, não coincidem com suas próprias faculdades e desejos (MARCUSE, 1972, p. 58).

Na proporção de sua progressão, a dominação – tanto na organização social entre os indivíduos quanto nas formas de garantir a sobrevivência individual –, sob o princípio de desempenho, transforma o corpo e a mente em instrumentos de trabalho alienado; mente e corpo somente funcionam enquanto tais quando renunciam a liberdade do sujeito-objeto que caracteriza a essência e o desejo dos indivíduos. Pela incidência do princípio de desempenho o conflito entre a sexualidade e a civilização prolonga-se. A temporalidade nessa dinâmica assume um caráter importante, porque, retirando-se o tempo gasto na

jornada de trabalho e o tempo em que o indivíduo carece para descansar, o tempo que lhe resta é o disponível para que ele obtenha prazer (MARCUSE, 1972).

Assim como a sexualidade sofre influências da mais-repressão, ela também é influenciada pelo princípio de desempenho. No desenvolvimento da sexualidade na teoria psicanalítica, os instintos parciais são reunidos num único objeto libidinal do sexo oposto e estabelece a genitalidade. Segundo Marcuse (1972), esses processos são repressivos, porque os instintos parciais não se desenvolvem livremente para um estado de gratificação que garante a integridade dos objetivos, eles são reduzidos a uma função, ou seja, convergem para a heterossexualidade, monogamia e procriação. Esse processo, conforme o autor, caracteriza a dessexualização do corpo, pois centra-se numa parte (os genitais) enquanto deixam as outras disponíveis como ferramenta para o trabalho.

Portanto, a insistência em considerar a homossexualidade desviante da norma fundamenta-se no próprio interior da civilização. A subjugação e transformação de Eros pela incidência da mais-repressão e pelo princípio de desempenho colocam-na como motor da sobrevivência individual num sistema organizado de dominação. A mais-repressão representa uma dominação de dimensão psíquica na medida em que os indivíduos internalizam as restrições que partem do contexto cultural e das instituições sociais; o princípio de desempenho representa uma dominação na dimensão física, atua imediatamente sobre o corpo que se transforma em máquina apropriada pelo sistema produtivo. O reconhecimento da dominação em dois vieses distintos não elimina sua incidência nos dois âmbitos simultaneamente; por exemplo, a sua incidência no âmbito psíquico reverberaria, conseqüentemente, na dimensão física e vice-versa. O curioso dessa situação é que ela expressa justamente a mais-repressão. Isso constata uma mudança no fluxo da pulsão no sentido contrário aos interesses dos indivíduos, devido a ação imediata da mais-repressão. Assim, a sociedade sobrevive pela submissão dos indivíduos às normas, sendo que essas, via de regra, determinam os objetos aos quais as necessidades humanas possam ser realizadas, ou seja, determinam os *objetos* das pulsões, ao passo que não garante aos indivíduos a satisfação de suas necessidades. Eis aí a base da diferença entre as formas de amor da antiguidade e a moderna posta por Freud, assim, no interior de uma sociedade industrial onde as pulsões são orientadas para fins úteis, a homossexualidade passa a ser perseguida, pois é a expressão da pulsão sexual sem a exclusividade dos fins socialmente estipulados. Assim como as perversões se rebelam contra a sociedade expondo a possibilidade da satisfação da pulsão sexual sem a exclusividade dos fins, a perseguição da homossexualidade revela, de modo similar, a face perversa da sociedade.

Marcuse (1972), a partir da visão de uma cultura não-repressiva - aquela que possibilita uma nova relação entre os instintos e a razão, e na qual a moralidade civilizada é invertida, em razão de sua associação com a liberdade instintiva e com a ordem - produziria um novo princípio de realidade, pois, na medida em que os instintos ficam livres da ordem repressiva, eles tendem para relações de existência livres e duradouras. Com o estabelecimento desse novo princípio de realidade não-repressivo, que se pauta na libertação dos instintos, a sociedade regressiria a outro nível além daquele alcançado pela racionalidade civilizada. No entanto, essa regressão não seria apenas psíquica, seria também social, porque, reativaria os estágios antigos da libido, que foram suplantados com o desenvolvimento do ego da realidade, ao mesmo tempo, dissolveria as instituições sociais que contribuí para a formação do ego. Não obstante, o autor adverte que:

Nos termos dessas instituições, a liberação instintiva significa uma recaída no barbarismo. Contudo, ocorrendo no auge da civilização, como uma consequência não de uma derrota, mas de uma vitória na luta pela existência, e apoiada numa sociedade livre, tal liberação poderia ter resultados diferentes. Seria ainda uma inversão do processo de civilização, uma subversão de cultura – mas depois da cultura ter realizado a sua obra e criado uma humanidade e um mundo que podiam ser livres. Seria ainda uma regressão – mas à luz da consciência madura e guiada por uma nova racionalidade. Nessas condições, a possibilidade de uma civilização não repressiva baseia-se não na suspensão, mas na liberação do progresso – para que o homem possa ordenar sua vida de acordo com seu conhecimento plenamente desenvolvido, para que possa indagar de novo o que é bom e o que é mau (MARCUSE, 1972, p. 175).

Para Marcuse (1972) o estabelecimento de uma sociedade não-repressiva deveria pautar-se na liberação do instinto sexual, pois ele, dentre os outros é o mais ‘desordenado’. Essa sociedade somente se tornaria possível se aqueles instintos puderem dar origem a relações eróticas duradouras entre as pessoas. Neste sentido, o autor supracitado questiona se, com a liberação do instinto sexual, após terem sido eliminadas as formas de mais-repressão, ele estabeleceria uma “racionalidade libidinal” que não apenas seja compatível, mas também fomenta o progresso para a civilização (p. 175).

Com base em Freud, Marcuse (1972) considera que dentro certos limites, na medida em que a sociedade diminui os controles sociais sobre a sexualidade, a organização da sexualidade regride a estágios pré-civilizados. Essa regressão romperia simultaneamente a fortificação do princípio do desempenho e anularia a função da sexualidade monogâmica – para a reprodução – e eliminaria o tabu das perversões. “Inversamente, se tempo e energia

de trabalho forem reduzidos a um mínimo, sem uma correspondente manipulação do tempo livre, as bases de tais restrições seriam abaladas. A libido libertar-se-ia e extravasaria os limites institucionalizados em que é mantida pelo princípio de realidade” (MARCUSE, 1972, p. 176).

Historicamente, de acordo com Marcuse (1972) o instinto sexual foi domesticado, de forma que com a sua inibição há o impedimento de relações interpessoais duradouras, pois, tanto o amor quanto as relações duradouras exigem a associação entre a sexualidade e o afeto. Nesta perspectiva, ou seja, da sexualidade represada e em conformidade com a cultura, na qual há a sublimação do amor, “tem lugar numa civilização que estabeleceu relações possessivas particulares e separadas e, num aspecto decisivo, conflitantes com as relações sociais de posse” (MARCUSE, 1972, p. 176). Isso quer dizer que, fora da esfera familiar, a existência das pessoas era determinada pelo seu desempenho e pelo valor de troca de seus produtos, tanto no âmbito sexual quanto civil sofreram influências da moralidade e da religião. “A força plena da moralidade civilizada foi mobilizada contra o uso do corpo como mero objeto, meio, instrumento de prazer; tal coisificação era tabu e manteve-se como infeliz privilégio de prostitutas, degenerados e perversos” (MARCUSE, 1972, p. 176).

Diante da noção de uma sociedade não-repressiva e com vistas para a suplantação da mais-repressão requerida pelo princípio do desempenho, Marcuse (1972) considera que o processo acima descrito seria invertido. Conforme o autor, ocorrendo a inversão, a coisificação seria reduzida na medida em que as relações de produção se vertesse para a satisfação das reais necessidades dos indivíduos, ao passo que o tabu sobre a coisificação do corpo seria reduzido, de forma que o corpo passa a não mais funcionar como instrumento de trabalho em tempo integral, nestes termos o corpo seria ressexualizado. “Essa mudança no valor e extensão das relações libidinais levaria a uma desintegração das instituições em que foram organizadas as relações privadas interpessoais, particularmente a família monogâmica e patriarcal” (MARCUSE, 1972, p. 177).

Marcuse (1972) considera que, na proporção em que a sexualidade se organizou socialmente, as expressões da sexualidade que não são compatíveis com a moral sexual, são tomadas como problemáticas. “Contudo, dentro da dinâmica histórica do instinto, por exemplo, a coprofilia e a homossexualidade ocupam um lugar e têm uma função diferentes” (Marcuse, 1972, p. 178). Assim, se há uma diferença entre aquilo que socialmente é considerado uma perversão, essa diferença se aplica às próprias perversões. Segundo Marcuse (1972) a função do sadismo é diferente numa livre relação libidinal em

comparação com as atividades das tropas da SS. Ou seja: num sistema repressivo, as perversões se associam com as formas compulsivas, coercitivas e inumanas na qual a cultura se estrutura, enquanto que, numa cultura não-repressiva, as perversões possuem uma substancia instintiva diferente de como é concebida na cultura repressiva.

Nem todas as partes componentes e estágios do instinto que foram suprimidos sofreram essa mesma sorte, visto que impediram a evolução do homem e da humanidade. A pureza, regularidade, asseio e reprodução requeridos pelo princípio do desempenho não são, naturalmente, os de qualquer civilização madura. E a reativação dos desejos e atitudes pré-históricos e infantis não significa, necessariamente, regressão; pode muito bem ser o oposto – a proximidade de uma felicidade que sempre foi promessa reprimida de um futuro melhor. Em uma de suas formulações mais avançadas, Freud definiu certa vez a felicidade como a “consumação subsequente de um desejo pré-histórico. É por isso que a riqueza dá tão pouca felicidade: o dinheiro não era um desejo da infância” (MARCUSE, 1972, p. 179).

Assim, segundo Marcuse (1972), a homossexualidade é problemática e, portanto, é perseguida numa cultura repressiva e pautada por uma racionalidade econômica, porque, de forma geral, o instinto sexual uma vez manipulado pelo princípio do desempenho e sofrendo com a mais-repressão, passa a ter que concordar com os ideais sociais - que são sobremaneira incompatíveis com os reais anseios dos indivíduos. Além do mais, nesse contexto sociocultural repressivo, tanto o corpo e quanto a sexualidade são tornados tabus, haja vista que sobre eles imperam uma lógica produtivista e funcional: corpo deve estar para o trabalho alienado assim como a sexualidade deve ser vertida para a reprodução. Ao contrário, e dentro de alguns limites para uma sociedade não-repressiva, Marcuse (1972) considera primaz a liberação da sexualidade, de forma que, a partir da liberação haveria uma ‘reorganização’ tanto psíquica quanto social: o corpo seria ressexualizado assim como a personalidade ao mesmo tempo em que seriam abolidas todas as instituições sociais repressivas. Neste cenário não-repressivo, a homossexualidade e outras formas de obtenção de prazer até então consideradas ‘anormais’ seriam reordenados para fora do âmbito das perversões e, diante disso, talvez, não haveria perseguições.

3.3. A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

A violência, de uma maneira geral, tem feito parte do nosso cotidiano. Por se apresentar constantemente, dessensibiliza as pessoas, que se acostumam com ela, habituam-se ao teor de crueldade por trás dela. A violência manifestada na agressão psicológica e/ou

física expressa crueldade e frieza, visa à anulação do outro, tornando isso uma barbárie. Como no fascismo a morte dos judeus foi minimamente planejada, sendo que as câmaras de gás matavam muitas pessoas simultaneamente, ou os assassinatos por perseguição política durante o regime militar, cuja semelhança entre esses eventos históricos está na perseguição daqueles percebidos como “perigosos” para a ordem social. Esses fatos históricos testemunham que as relações humanas estão cada vez mais enformadas, ou seja, apresentam uma forma com características semelhantes. As vítimas são muitas, assim como são os processos que as produzem, que são, em grande parte, sociais; dando origem também aos agressores. Um exemplo seria a dominação de classes: com a ascensão da burguesia ocorreu uma adaptação de aspectos políticos e econômicos em desfavor da explorada classe operária, o que se preservou e ainda se manifesta nos dias atuais é o exercício da dominação. A dominação é exercida nas relações entre os homens e no autodomínio. Outras formas de violência, tal como racismo contemporâneo, ainda são a expressão da dominação de um grupo sobre o outro, no entanto, a cultura combate essa forma de violência e a sua ocorrência se dá de maneira velada. O racismo, por exemplo, foi calcado numa concepção de ciência que, ao postular a noção de raça, classificou os homens entre inferiores e superiores, estabelecendo formas de dominação de uma camada social sobre a outra e, a partir disso, atrelado a uma série de interesses sociais, políticos e econômicos, ainda fomenta o preconceito e a violência contra os negros. Neste sentido, percebemos que a violência social é realizada pelos indivíduos, que eles a reproduzem a sociedade, ao mesmo tempo em que produzem a organização social que produz a violência, a partir da própria estrutura social.

Nardi e Quartiero (2012, p. 62-3) definem homofobia da seguinte forma: “medo irracional da homossexualidade que conduz a reações irracionais, além do desejo de destruir o estímulo da fobia ou tudo que possa se relacionar a ela. Hoje, a palavra tem definições e usos múltiplos, podendo significar medo, aversão, discriminação, preconceito, etc.”

Borrillo (2010), que possui perspectiva teórica distinta da adotada neste trabalho, considera que a homofobia não pode ser tomada somente como uma mera hostilidade sistemática aos homossexuais, por mais que ela também seja uma rejeição irracional. Para o autor, assim como outras formas de preconceito, a homofobia é arbitrária e visa colocar o alvo do preconceito como inferior, contrário ou anormal, devido a sua diferença, que é irreduzível. Portanto, os preconceitos visam expelir a vítima para fora do universo comum dos humanos (discriminação). Não obstante, esse distanciamento impede, exclusivamente,

a possibilidade de identificação. Para Borrillo (2010) não é o comportamento homossexual que é considerado como desviante, mas isso só ocorreu porque a homossexualidade passou a ser considerada como anormal na sociedade. Segundo o autor supracitado, a homossexualidade é considerada tão legítima quanto a heterossexualidade e ambas, como expressão das diversas formas de sexualidades constantes e regulares da humanidade. Desse modo, centraliza a homofobia no campo social e de práticas culturais. De um lado, Borrillo (2010) compreende epistemologicamente a homofobia, pois não objetiva analisar a origem ou o funcionamento da homossexualidade, mas a hostilidade manifestada pela sexualidade homossexual; mas também produz uma realocação da homofobia para o campo político, uma vez que traz à tona a homofobia enquanto uma problemática específica. Diante disso, coloca que, para a concessão de direitos civis à população LGBTQIA+, nenhuma distinção deve ser tomada como parâmetro. Contudo, a homossexualidade parece ser um obstáculo que impede a plena concessão de direitos e por isso, a homofobia adquire importância na discussão política ao se pautar pela inferiorização do indivíduo homossexual. A inferiorização é consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere o status de normalidade à heterossexualidade, por ser considerada socialmente como a natural, ou seja, a sexualidade normal.

Borrillo (2010) vai considerar que no campo da linguagem (mas não se restringe a ele) opera uma ideologia que visa nomear exaustivamente o que se mostra problemático, neste caso a homossexualidade; na medida em que a linguagem nomeia o que é problemático simultaneamente evidencia o que é considerado natural, que é a heterossexualidade. A diferenciação homo/hétero passa a ordenar um regime da sexualidade no qual a heterossexualidade se torna a regra e o modelo social de aceitação de orientação sexual. Nessa ordem sexual, o sexo biológico masculino/feminino determina o desejo sexual único (heterossexual), bem como um comportamento social específico (masculino/feminino). No regime binário da sexualidade, o sexismo e a homofobia são componentes necessários, porque passam a fomentar esse binarismo sexual socialmente aceito, no entanto, a divisão dos gêneros e do desejo sexual calcados na heterossexualidade funciona como reforçadora da ordem social. De acordo com Borrillo (2010), a homofobia se localiza numa zona fronteira tanto da sexualidade (homo/hétero) como também de gênero (masculino/feminino). É nessa perspectiva que a violência homofóbica acaba extrapolando os limites da homossexualidade e é direcionada a todos que não se enquadram na ordem binária de gêneros, como os travestis, transexuais e bissexuais. Segundo Borrillo (2010, p. 17), “a homofobia é o medo de que a valorização dessa identidade seja

reconhecida; ela se manifesta, entre outros aspectos, pela angústia de ver desaparecer a fronteira e a hierarquia da ordem heterossexual”. Considera que a homofobia é familiar e consensual, percebida como fenômeno banal e aparece nos insultos, nas injúrias, no debate político ou em produções científicas. A homofobia pode ser invisível, compartilhada e diária, por isso, é válido o seu questionamento e concebê-la tanto em sua dimensão de atitudes e comportamentos, quando na sua perspectiva ideológica.

Kimmel (1994) pensa a homofobia, o sexismo e até mesmo o racismo a partir da construção da masculinidade no desenvolvimento do capitalismo. A masculinidade, segundo ele, é socialmente construída, histórica e criada numa determinada cultura. Uma vez que a masculinidade se configura – através de modos de pensar, de se comportar e de se relacionar com as pessoas, em conformidade com o padrão de masculinidade estabelecido num dado momento histórico e cultural –, passa a interferir no terreno político e social.

A construção da masculinidade, segundo Kimmel (1994), foi desenvolvida na perspectiva do homem burguês sob o capitalismo e suas formas de produção cada vez mais racionalizadas. Dessa maneira, a identidade masculina é constituída pela sua participação no mercado e pela sua interação com outros homens naquele mercado, ou seja, ela é intrínseca à esfera da produção. O homem construiu a sua identidade pelo seu sucesso no mercado capitalista, principalmente, no acúmulo de riqueza, poder e *status*. O ideal desse homem era (continua sendo) o empresário urbano, inquieto, ansioso, agitado; um homem dedicado ao trabalho em um ambiente composto por outros homens.

Segundo Kimmel (1994), o exercício da masculinidade no capitalismo exige provas – que não se restringem à aquisição de bens materiais como prova de êxito e prova de reconhecimento. A masculinidade no capitalismo pauta-se na exclusão dos outros – mulheres, homossexuais, negros –, pois, o homem só consegue exercer a sua masculinidade entre os seus. Além da exclusão, a construção desse tipo de identidade masculina, pauta-se numa constante luta para viver de ideais, como o sucesso, e disso deriva um esvaziamento emocional e também uma raiva de gênero que causa destruição. A esfera pública é o terreno no qual o homem capitalista consegue exercer a masculinidade, assim, a agressão, a competição e a ansiedade são empregadas como normativas daquela. A esfera pública, nesse sentido, é uma esfera na qual predomina tensões de gênero, de sexo e de diferentes grupos de homens. A existência dessas tensões, onde a masculinidade é testada e comprovada, prediz a existência de relações de poder.

O ideal de homem que vigora na nossa cultura – branco, heterossexual, classe média, de peso e estatura adequados, de boa aparência e que possua um bom trabalho –

serve como parâmetros para outros homens e também define a “masculinidade hegemônica”: qualquer pessoa que não consegue se qualificar conforme esse ideal tende a se ver como inferior, indigno. Essa caracterização também define a masculinidade de homens que detêm o poder, ou seja, homens que demonstram virilidade. O ideal de homem, ao mesmo tempo em que qualifica, reforça o poder que alguns homens possuem sobre outros e sobre as mulheres. De acordo com Kimmel:

Whatever the variations by race, class, age, ethnicity, or sexual orientation, being a man means "not being like women." This notion of anti-femininity lies at the heart of contemporary and historical conceptions of manhood, so that masculinity is defined more by what one is not rather than who one is (Kimmel, 1994, p. 62).²

Para Kimmel (1994), a teoria freudiana auxilia na explicação dessa construção de masculinidade, pois, no que tange ao desenvolvimento psicosssexual dos meninos, a principal tarefa dele é construir uma identidade como homem. Isso ocorre durante o complexo de Édipo: nessa fase, o menino possui desejo sexual pela mãe, porém, há o pai como obstáculo para concretude do desejo. Concomitante à experiência do desejo, o menino experimenta o medo do pai – mais forte, maior e sexualmente mais poderoso. O pai, simbolicamente, representa a castração, assim, o menino se vê obrigado a renunciar ao desejo por sua mãe e identifica-se com o pai – a fonte do medo. Ao passar pelo complexo de Édipo, o menino é capaz de união sexual com outra mulher, ele então se torna sexuado e heterossexual. Segundo o autor, o projeto edípico é um processo no qual o menino renuncia a sua identificação e apego emocional à mãe para identificar-se com o pai, que o oprime. Na medida em que se identifica com opressor ele almeja inconscientemente tornar-se opressor, no entanto o medo prevalece. Esse medo é o de não ser reconhecido como homem, caso ele não se comporte como tal e essa tarefa fica a cargo de outros homens, que poderão taxá-lo de “maricas”, covarde etc. As consequências disso para os meninos, de acordo com Kimmel (1994), são: ao afastar-se da mãe, afasta-se também dos traços de ternura, compaixão e nutrição que poderiam ser internalizados; a supressão desses traços em si mesmo carrega em si a lembrança de não superação da mãe, com isso os homens passam a negar qualquer espectro que lembra o feminino, ou seja, sua mãe – a masculinidade tem sua origem na renúncia ao feminino; e, por fim, ele aprende a

² Quaisquer que sejam as variações de raça, classe, idade, etnia ou orientação sexual, ser homem significa "não ser como as mulheres". Essa noção de antifeminilidade está no coração da contemporaneidade e das concepções históricas da masculinidade, de modo que a masculinidade é definida mais pelo que não se é do que pelo que se é (KIMMEL, 1994, p. 62 – tradução nossa).

desvalorizar todas as mulheres da sociedade porque ele aprendeu a desprezar os traços femininos. Esse último ponto marca o surgimento do sexismo como uma forma desesperada de superar a mãe. Kimmel acrescenta que:

This chronic uncertainty about gender identity helps us understand several obsessive behaviors. Take, for example, the continuing problem of the schoolyard bully. Parents remind us that the bully is the least secure about his manhood, and so he is constantly trying to prove it. But he "proves" it by choosing opponents he is absolutely certain he can defeat; thus the standard stunt to a bully is to "pick on someone your own size." He can't, though, and after defeating a smaller and weaker opponent, which he was sure would prove his manhood, he is left with the empty gnawing feeling, that he has not proved it after all, and he must find another opponent, again one smaller and weaker, that he can again defeat to prove it to himself (KIMMEL, 1994, p.63).³

Em relação à homofobia, Kimmel (1994) assevera que o medo ainda é o sentimento que a estrutura. Ao final do complexo de Édipo na teoria freudiana, o medo faz com o que o filho abandone o desejo pela mãe e se identifique com o pai, assim, esse modelo liga a identidade de gênero à orientação sexual. Ao se identificar com pai, o menino acredita que irá superar seu medo; a masculinidade se constrói na identificação com o opressor. Todavia, no decorrer do processo edípico, o menino possui dupla visão: a primeira é que ao renunciar o desejo pela mãe e se identificar com o pai ele percebe seu pai conforme a sua mãe percebe o pai, ou seja, o pai é percebido com admiração, espanto, terror e desejo; e a segunda visão provém de sua própria percepção, assim ele não toma o pai como objeto de desejo, mas como objeto de emulação. Isso, de acordo com o autor, responde apenas parte do dilema, pois ainda resta o desejo homoerótico que sentiu ao perceber o pai como a mãe percebia. Esse desejo é suprimido; o desejo homoerótico é considerado como desejo feminino – a atração por outros homens. É para suprimir esse desejo que ocorre a homofobia, que também tem a pretensão de provar a masculinidade e garantir que ninguém jamais confunda um homem com um homossexual.

³ Essa crônica incerta sobre identidade de gênero nos ajuda a entender vários comportamentos obsessivos. Tenha como exemplo, o problema contínuo do *valentão* nos pátios das escolas. Os pais nos lembram de que o menino que comete o *bullying* é o *menos* seguro de sua masculinidade, e, portanto, ele está constantemente tentando prová-lo. Mas ele "prova" escolhendo os oponentes sobre os quais está absolutamente seguro em ser capaz de derrotar; portanto, o insulto padrão para um agressor é "pegue alguém do seu tamanho". Ele não consegue; no entanto, depois de derrotar um oponente menor e mais fraco, com quem tinha certeza que provaria sua masculinidade, é deixado com um sentimento corrosivo e vazio de que não a provou no final das contas, e deve encontrar outro oponente, novamente menor e mais fraco, para que possa mais uma vez derrotar para provar para si próprio.

Homophobia is a central organizing principle of our cultural definition of manhood. Homophobia is more than the irrational fear of gay men, more than the fear that we might be perceived as gay. "The word 'faggot' has nothing to do with homosexual experience or even with fears of homosexuals" writes David Leverenz (1986). "It comes out of the depths of manhood: a label of ultimate contempt for anyone who seems sissy, untough, uncool" (p. 455). Homophobia is the fear that other men will unmask us, emasculate us, reveal to us and the world that we do not measure up, that we are not real men. We are afraid to let other men see that fear. Fear makes us ashamed, because the recognition of fear in ourselves is proof to ourselves that we are not as manly as we pretend, that we are, like the young man in a poem by Yeats, "one that ruffles in a manly pose for all his timid heart". Our fear is the fear of humiliation. We are ashamed to be afraid (KIMMEL, 1994, p.65).⁴

O medo, de acordo com Kimmel (1994), é fonte dos nossos silêncios diante de piadas sexistas, racistas ou homofóbicas e é justamente o silêncio que mantém esse sistema funcionando. Na masculinidade do sistema capitalista, a violência é o meio pelo qual um homem evidencia a sua masculinidade, que de tão frágil que é, precisa ser constantemente provada. Também considera a existência de um policiamento de gênero que é aprendido com os pares derivando numa vigilância de gênero, de forma que todo traço ou comportamento que lembre o feminino seja, imediatamente, usado para humilhar os homens que os demonstram. Esse policiamento de gênero reforça a ‘capa viril’ da masculinidade e define formas de andar, comer, vestir, falar, ou seja, todo maneirismo/estereotipia carrega em si uma linguagem de gênero codificada. Esses mesmos maneirismos são os balizadores para estereotipar aquilo que é considerado próprio aos homossexuais, tais como, andar ou falar de certa maneira, demonstrar emoção ou sentimentos, etc. A homofobia está intimamente ligada ao sexismo, porque o medo – inconsciente ou não – de ser percebido como homossexual impulsiona os homens a exagerarem em suas atitudes e comportamentos para que ninguém tenha uma ideia

⁴ A homofobia é um princípio organizador central de nossa definição cultural de masculinidade. A homofobia é mais do que o medo irracional de homens gays, mais do que o medo de que possamos ser vistos como gays. "A palavra 'viado' não tem nada a ver com experiência homossexual ou mesmo com medo de homossexuais", escreve David Leverenz (1986). "Sai das profundezas da masculinidade: um rótulo de desprezo definitivo para quem parece mariquinhas, difíceis, não-legais" (p. 455). Homofobia é o medo de que outros homens nos desmascarem, nos emasculem, revelem a nós e ao mundo que não medimos, que não somos homens de verdade. Temos medo de deixar que outros homens vejam esse medo. O medo nos deixa envergonhados, porque o reconhecimento do medo em nós mesmos é uma prova para nós mesmos de que não somos tão viris quanto pretendemos, que somos, como o jovem de um poema de Yeats, "aquele que agita em uma pose viril para todos o seu tímido coração". Nosso medo é o medo da humilhação. Temos vergonha de ter medo.

contrária deles, como, por exemplo, considerar mulheres como inferiores, excluindo-as da política ou ainda rebaixando-as socialmente por meio de piadas. É assim que, tanto as mulheres quanto os gays tornam-se o ‘outro’ ou o ‘bode expiatório’ para que os homens construam as suas identidades, no sentido de que, ao humilhá-los, eles provem para si e para os outros a sua masculinidade; dessa forma, a masculinidade torna-se uma defesa contra a ameaça de humilhação perante outros homens.

Dentre essas distintas formas de compreender a homofobia, como ela se estrutura e como ocorre, apresentadas na perspectiva de Borrillo (2010) e Kimmel (1994), fica evidente que, para eles, a formação cultural leva os indivíduos a se identificarem com a cultura a tal ponto que dificulta a diferenciação entre um e o outro; o indivíduo simplesmente reproduz a cultura tal como fora formado e com isso, perpetua formas de violência – que são culturalmente engendradas. Em Borrillo (2010), o indivíduo é levado a se identificar com a cultura por meio da própria estrutura na qual ela se organiza, tanto que a linguagem passa a ser adaptada conforme as relações de poder/ideológicas vigentes, tornando a homofobia uma expressão de um enredo cultural que classifica aquilo que é ou não é socialmente aceito. Em contrapartida, Kimmel (1994) aponta a identificação do indivíduo com a cultura a partir de uma internalização das ideologias produzidas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, indica uma configuração cultural que leva o indivíduo a adaptar-se, inclusive psiquicamente, aos ideais culturais, modulando a base material da violência de gênero. Assim, na medida em que o indivíduo é levado a identificar-se com a cultura, mas não se diferencia – e isso aponta para uma deformidade no processo de socialização e constituição subjetiva –, a consequência disso é que ele fica impedido de identificar-se com os outros diferentes dele e do grupo ao qual ele pertence, pois, a internalização dos padrões culturais já determina os conteúdos das identificações individuais.

Tanto em Kimmel (1994) quanto em Borrillo (2010), o medo é o elemento central da homofobia. No primeiro, o medo é produto de uma negação, ou seja, a homofobia ocorre porque a construção da masculinidade no interior do sistema capitalista exige que outras formas de desejo e sexualidade sejam negadas com o intuito de reforçar o tipo de masculinidade em conformidade com o mercado e das relações de dominação que são construídas a partir dele. Além do mais, o medo é abordado pela sua dimensão psíquica como produto das relações parentais, perpassada pelo complexo de Édipo, sendo que a resolução do complexo leva a construção de uma identidade de gênero (homem ou mulher) e orientação sexual (heterossexual) na medida em que o menino se identifica com o pai

opressor, e, novamente, o medo se estrutura numa negação: dos traços de ternura e compaixão (características femininas provinda dos cuidados maternos que devem rechaçados, de forma que a sobrevivência masculina no sistema capitalista se torne possível). Em Borrillo (2010), o medo é a expressão do possível rompimento com os padrões culturais, nos quais o indivíduo é levado a identificar-se, caso a cultura abarque outras formas de sexualidade e de gênero, portanto, o medo acaba sendo uma reação defensiva do indivíduo ante à cultura.

Adorno (2015) considera a incidência dos tabus sexuais ainda presentes na suposta liberdade sexual e, portanto, acredita que a liberação da sexualidade, é na verdade, uma artimanha social de repressão, indo ao encontro às ideias de Freud, que retirou da moral sexual a sua legitimidade. Nesse sentido, pode-se dizer que o fator social pesa sobre a sexualidade, ou seja, as formas de expressar a sexualidade contêm traços e determinantes históricos que se conservam e se reproduzem. Portanto, para Adorno (2015), os tabus sexuais conotam algo de anacrônico na época da liberdade sexual, pois o sexo é estimulado e difundido pela publicidade, pertence à vida sexual saudável, no sentido de higiene física e psíquica. “A liberação do sexo na sociedade atual é mera aparência” (ADORNO, 2015, p. 201). A liberdade sexual sofreu uma integração, na acepção sociológica do termo. A irracionalidade da sociedade que se apoia na dominação da natureza interna e externa, regula o princípio do prazer direcionando-o para a moral do trabalho e para a própria dominação, assim, não é mais necessário a repressão patriarcal (na perspectiva da abstinência), ao contrário, ocorre que hoje o sexo é estimulado e desestimulado ao mesmo tempo, é redirecionado e explorado pela indústria cultural, ou seja, o sexo é “dominado, institucionalizado e engolido pela sociedade” (ADORNO, 2015, p. 201), sendo assim que sociedade manipula o sexo e disso derivou-se a sua modificação. As formas de obtenção de prazer são manipuladas, sobremaneira, pela indústria cultural, que substitui o prazer efetivo em prol do prazer preliminar e substitutivo, e disso não resulta nenhuma satisfação. Segundo Adorno (2015), a incidência dos tabus sexuais na atualidade, na medida em que o sexo é cada vez mais integrado, faz aumentar as consequências da repressão. O sujeitos descritos nas tipologias de alto escore em “A Personalidade Autoritária”, além de estarem dispostos a seguir regimes totalitários, são pessoas:

“perturbadas em grande medida por fantasias de perseguição contra o que lhes parece desviante segundo a sua perspectiva sexual, por representações sexuais selvagens que, em geral, elas rejeitam em si mesmas e projetam em grupos externos”. (...) “Os tabus sexuais alemães incidem naquela síndrome ideológica e

psicológica do preconceito, que ajudou o nacional-socialismo a formar a base de massas e que sobrevive em uma forma despolitizada segundo seu conteúdo manifesto (ADORNO, 2015, p. 203).

Assim, conforme Adorno (2015), as restrições impostas pelos tabus sexuais reprime alguns desejos sexuais nos indivíduos preconceituosos que não aceitando-os, são projetados em alvos. Ou seja, os tabus sexuais influenciam na formação de preconceito em relação à algumas minorias sexuais. Sobre a rejeição aos homossexuais em sua época, Adorno (2015) questiona uma decisão judicial que vertia contra os homossexuais, alegando que a perseguição à eles fundamenta-se na apropriação da sexualidade pela sociedade que destina ao ato sexual a finalidade de reprodução e ao mesmo tempo, representa a perseguição contra as forças espirituais, haja vista que, naquela época, alguns homossexuais destacavam-se pela sua sensibilidade e intelecto. Nas palavras do autor:

Apontemos somente um aspecto menos observado da rejeição aos homossexuais, o qual opera como um estigma da sexualidade que não se orienta a fins. Muitos podem dizer que os homossexuais, enquanto não abusarem de menores de idade e de pessoas dependentes, permanecem, na prática, bem menos importunados do que antes. Ora, é um contrassenso que uma lei se justifique por não ser aplicada, ou por ser em pouca medida; não precisamos delinear o que esses esquemas conceituais envolvem para a segurança jurídica e para a relação dos seres humanos com a ordem legal. Se, entretanto, os homossexuais forem realmente menos atingidos, a atmosfera continuada de discriminação legal necessariamente os submeteria a uma opressão angustiante. (...) Seguramente tomam parte nesse estado de coisas a permanente opressão angustiante e a proscrição social, que tanto inspira a legislação quanto é reforçada por ela. Através do artigo jurídico contra os homossexuais, a sociedade tende, também na esfera legal, ao mesmo tempo que em inumeráveis outras, ou seja, à destruição das forças espirituais (ADORNO, 2015, p. 213-4).

Adorno (2015) indica pesquisas empíricas no que tange aos tabus sexuais e sugere alguns caminhos, identificando elementos possíveis que podem figurar o agressor homofóbico, por exemplo. Dentre eles, a relação entre preconceitos sexuais com as fantasias de punição, e em contraposição, a relação entre as tendências dos tipos autoritários com predisposições ideológicas. Outra indicação é a avaliação, por meio da psicanálise, de indivíduos que foram sentenciados por crimes sexuais ou injúrias de cunho sexual em comparação com as fundamentações das sentenças jurídicas. Tendo como base a indústria cinematográfica e aquilo que ela repassa como proibido (carícias, obscenidades e exhibições), diante daquilo que é prejudicial, entretanto repassado como permitido (ações

sádicas, crimes violentos e assaltos perfeitos), essa contradição se ancora no fato de que o consentimento com a crueldade comumente se associa com a indignação sexual; sugere isto para que seja corroborada a hipótese de que os tabus sexuais sobrevivem nesta sociedade de maneira tão arraigada, da mesma forma que a convivência social se relaciona intimamente com o princípio da violência. Ou seja, da mesma forma que as relações sociais pautam-se no uso da violência como meio para resolver os conflitos entre os indivíduos, evidenciando que a cultura viabiliza práticas de dominação (assim como a relação do proletário com o capitalista), o exercício da dominação baseia-se no uso da força e isso é culturalmente reforçado nos dias atuais, no sentido que as pessoas têm de se posicionar como fortes para enfrentar as adversidades da vida no interior de um sistema que limita e/ou impede que a vida seja realmente vivida, assim, o sentido da vida ou o prazer de viver é substituído no capitalismo pelo “prazer” de consumir. Portanto, a violência se torna a expressão das relações de dominação que são socialmente estimuladas, pois, a dominação é o pilar da sociedade.

Há alguns casos de agressão contra a população LGBTQIA+ veiculados na mídia nacional que ilustram como ela ocorre, vejamos: o site Pragmatismo político noticiou, no dia 14 de novembro de 2014, a seguinte situação de violência: “Gays são espancados por 15 homens no metrô de São Paulo”; segundo a informação, um casal de rapazes foi agredido no metrô, entre as estações Armênia e Luz, e, de acordo com as vítimas, a violência foi praticada por 15 homens. O casal estava abraçado e trocava beijos dentro do vagão, por volta de 14h, quando o grupo, que parecia fazer parte de uma torcida organizada, entrou no trem e, ao avistar o casal, começou a proferir ofensas do tipo “Parem de se beijar, seus ‘viados’. Olha o respeito! Saiam do vagão!” Como as vítimas se recusaram a sair do vagão, “o grupo se aproximou, fez uma roda em torno dos dois e desferiu chutes contra eles” e, quando as portas do vagão se abriram na estação seguinte, as vítimas foram empurradas para fora da composição. O mesmo site veiculou outra reportagem do dia 06 de março de 2014: “ter filho gay é falta de porrada”, diz Bolsonaro; a matéria relata o caso de um pai, morador da Vila Kennedy na zona oeste do Rio, que espancou o filho de oito anos até à morte. Segundo a reportagem, o motivo da agressão foi porque o garoto “gostava de lavar louça e não queria cortar o cabelo”, gostava de dança do ventre e tinha o hábito de vestir as roupas das irmãs. O pai disse que espancava o menino com o intuito de ensiná-lo a “virar homem”, o garoto “faleceu devido à uma hemorragia interna em razão do espancamento”. Na mesma reportagem, é considerada outra violência sofrida por um adolescente agredido pelo pai, a qual ocorreu em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul. Neste caso, o pai do

adolescente de 16 anos espancou o filho homossexual, que teve as pernas amarradas a uma caminhonete e foi ameaçado ser arrastado pelas ruas da cidade. A matéria compara as agressões sofridas pelas vítimas ao discurso do então deputado Jair Bolsonaro, que, na participação de um programa de televisão disse que “ter filho gay é consequência de falta de porrada durante a infância”.

Mas a violência, nesse caso a homofóbica, parece tomar outros delineamentos e se tornar motivo para gerar mais violência, dentro da própria comunidade LGBTQIA+ e no geral. Parece desafiar os papéis de opressor/oprimido, até então demarcados por questões históricas, ao mesmo tempo em que sugere outros determinantes para a sua manifestação. Ainda segundo o site Pragmatismo Político, em matéria publicada em 02 de agosto de 2017, duas irmãs cantoras e assumidamente lésbicas, fizeram um vídeo em apoio ao mencionado deputado Jair Bolsonaro e se mostraram à favor de que casais homoafetivos não devem demonstrar afeto em público e reafirmam seu discurso ao dizerem que “Ninguém é obrigado a ver nada de ninguém. No meio da rua, no cinema... Tem gente que passa do limite. Para que você vai passar para a rua coisas que você pode fazer dentro de um quarto? Se você está com vontade de beijar sua namorada, não fica exagerando...” (Pragmatismo Político, 2017). Na notícia do dia 26 de fevereiro de 2015, no mesmo site, chamada de “o dia em que o oprimido decidiu reagir”, a matéria versa sobre um vídeo, com o link disponível para acesso e visualização, de um homossexual que reage a uma difamação homofóbica e agride o opressor:

“Circula pela rede um vídeo em que um homem homossexual reage a uma difamação lgbtfóbica com socos e chutes contra o seu agressor, que vai ao chão. Muita gente aplaudiu e outras reprovaram. De um lado, reconhecia-se o fato de que sujeitos sexodiversos cansaram de serem humilhados em silêncio e que estariam reagindo; do outro lado, de que se tratava de um fato triste: uma opressão sendo respondida com violência” (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2015).

Se a homofobia se expressa de diversas maneiras e em muitos âmbitos da cultura, no contexto atual da sociedade brasileira, ela parecer ser, muitas vezes, instigada por diversas pessoas, que consideram os indivíduos LGBTQIA+ como uma ameaça à ordem social, aos valores e à família, além de serem abominados pela palavra divina, podendo (e devendo) ser curados, como sugeriu uma medida judicial (que foi vetada) que permitia aos psicólogos tratar a homossexualidade - essa medida judicial brasileira, assemelha-se àquela medida jurídica ao qual Adorno (2015) fez oposição, ambas estão pautadas numa

moralidade sexual que torna a homossexualidade uma doença. O veto a tal medida vai de encontro a diversos manuais de saúde que não consideram mais a homossexualidade como doença, contra o código de ética do psicólogo e contra outras tantas medidas legais e institucionais que visam assegurar a integridade humana.

No mesmo rumo daquela medida legal, favorável ao tratamento da homossexualidade, há um movimento social com representação política que manifesta um posicionamento contrário às questões de gênero e de sexualidade que integram pautas das diretrizes e bases dos conteúdos básicos dos currículos educacionais no território nacional. Para o movimento “Escola Sem Partido”⁵, questões sobre gênero e sexualidade não devem ser discutidos no ambiente escolar, pois seriam uma ideologia. Porém, esse argumento utilizado pelo movimento conservador é irracional; levando em consideração que a ideologia é uma justificativa para o exercício da dominação (conforme Adorno e Horkheimer, 1985) e que a comunidade LGBTQIA+ é um grupo minoritário, não há muita racionalidade no argumento sobre a ideologia de gênero, que é dizer que aquela comunidade quer dominar os heterossexuais, embora a construção do argumento em si seja puramente ideológica. Com isso, abre-se mais espaço para a opressão e para a violência no ambiente de formação de indivíduos: a escola.

3.4 A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NA ESCOLA

Segundo Crochick e Crochick (2017), há autores que diferenciam a violência que ocorre ‘na escola’ da violência ‘da escola’, sendo que a primeira remete a uma violência que tem suas motivações fora dela, contudo lá se apresenta, enquanto que a segunda seria a violência que a escola acarreta ou fortalece a partir de suas regras. Para os autores, essa distinção acaba cindindo a relação entre ‘violência da escola’ e a sociedade, pois é esta última que determina os objetivos e as propostas educacionais, portanto, se os interesses sociais se manifestam nas propostas educacionais e as formas de violência que ocorrem no ambiente escolar (roubo, tráfico de drogas) não são próprias daquela instituição, não podem ser compreendidas como geradas pela escola. Elas são, antes, a “expressão da violência social que adquire especificidade escolar” (CROCHICK E CROCHICK, 2017, p. 18). Esses autores consideram ainda que são as hierarquias escolares reflexo da hierarquia presente na sociedade que ordena e classifica os homens em fortes e fracos, inaptos e hábeis ou ricos e pobres, que se expressa no *bullying*. A hierarquia escolar é aquela que classifica

⁵ <https://www.programaescolasempartido.org/>

os piores e os melhores alunos conforme seu desempenho nas disciplinas, sendo denominada como hierarquia oficial, além da não oficial, que classifica os alunos segundo suas habilidades prático-corporais. A existência dessas hierarquias atesta o fracasso da educação: na primeira, ocorre pela avaliação do rendimento por meio de notas e, na segunda, pela avaliação do caráter prático e pela força física. Crochick e Crochick (2017) ressaltam que essas hierarquias promovem ambiguidades entre aquilo que é espiritual, intelectual e sensível com aquilo que se volta para atividades físicas, esportes coletivos e brigas; desse modo, haveria nessas ambiguidades um ressentimento ao qual o fascismo, enquanto sistema que não admite ambiguidades, se pautou mais na valorização da força física e do caráter prático. Nessa perspectiva, apontam que a existência de hierarquias na escola pode fundamentar formas de violência escolar.

A violência escolar tem sido pauta de estudo de diversas áreas do conhecimento. O *bullying*, de acordo com Fante (2005, p. 21), é a “violência que se apresenta de forma velada, por meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, prolongadamente contra a mesma vítima”, mas, diferente de outras formas de violência, uma vez que, no *bullying*, o “conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos, causando dor, angústia e sofrimento” (FANTE, 2005, p. 28). Há, entretanto, uma caracterização para os casos em relação às pessoas LGBTQIA+: o *bullying* homofóbico:

Na escola, a homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se adequar à *heteronormatividade*, conceito [...] que toma a sexualidade heterossexual como norma universal e os discursos que descrevem a situação homossexual como desviante. No contexto educacional, o termo *bullying* tem sido utilizado para nomear a violência sofrida por alunos (as) no ambiente escolar, e o termo *bullying homofóbico* tem sido utilizado para nomear especificamente a violência sofrida por alunas (os) gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (DINIS, 2011, p. 42).

Existem algumas pesquisas nacionais que se voltam para a compreensão do *bullying* homofóbico e as vítimas dele. A pesquisa de Albuquerque e Williams (2015), embasada numa pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2010, cujo interesse era conhecer a realidade sobre a diversidade na escola contou com a participação de 500 escolas públicas de todo o Brasil e o questionário elaborado para a análise dos dados foi respondido por 501 diretores, 1.005 professores, 1.004 funcionários, 15.087 alunos e 1.002 pais/mães de alunos. Como resultado, apontam que os diversos públicos da amostragem demonstram atitudes, crenças e

valores hostis aos homossexuais, apontando que o preconceito é uma realidade nas escolas públicas do Brasil. Além disso, os autores também chamam a atenção para o fato de que 72% da amostra relatou atitudes discriminatórias contra homossexuais. Na mesma pesquisa, Albuquerque e Williams (2015) investigaram a incidência de sintomas psiquiátricos que assolam as vítimas de homofobia no ambiente escolar, dentre os quais destacam-se a hipervigilância, a evitação, o entorpecimento, a depressão, a desesperança, a reexperimentação do trauma, a dissociação, a excitabilidade aumentada, a somatização, o desajustamento geral e o comportamento opositivo. Para as autoras, esses sintomas que as vítimas de homofobia na escola apresentam são clinicamente significativos e consideram, no que se refere à violência escolar de cunho homofóbico, a carência de estudos, ainda mais após a revisão do DSM (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) onde a homossexualidade deixou de ser considerada transtorno mental. As autoras alegam que pesquisas a esse respeito no Brasil são ainda escassas e que o incentivo às pesquisas nessa temática pode contribuir para o debate público acerca “da tolerância à diferença e na elaboração de políticas públicas, como, por exemplo, aprimoramento da legislação para punir casos de homofobia e orientação aos agressores” (ALBUQUERQUE E WILLIAMS, 2015, p. 675).

Outra pesquisa, que aborda uma perspectiva teórica concernente com a adotada neste trabalho, publicada na cartilha “*Bullying* Homofóbico e desempenho escolar: dados de pesquisa e propostas de enfrentamento” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015), aponta dois tipos de homofobia: a geral e a específica. Na geral, o motivo da homofobia não tem nenhuma relação com a orientação sexual ou de gênero da vítima, a violência ocorreria baseada em aspectos mais gerais que são atribuídos ao sexo oposto da vítima, como os traços físicos ou alguns comportamentos. Já a homofobia específica ocorre pela orientação sexual propriamente dita. Na cartilha supracitada, há uma pesquisa realizada, em 2013, pelo Laboratório de Estudos sobre o Preconceito, do Instituto de Psicologia da USP, com 246 estudantes do nono ano do ensino fundamental de sete escolas públicas e com 17 alunos de uma escola particular na cidade de São Paulo; os objetivos dessa pesquisa eram: 1) saber se ser considerado bom(a) aluno(a) ou mal(á) aluno(a) nas disciplinas de sala de aula ou na educação física se relacionava com ser vítima ou agressor nos casos de *bullying* homofóbico; 2) se havia relação entre *bullying* e preconceito contra os(as) alunos(as) homossexuais e quais seriam os tipos de *bullying* homofóbico mais comuns contra àqueles(as). Como resultado, obtiveram que: 1) o *bullying* escolar ocorre associado à homofobia geral, assim, as vítimas daquele tendem a ser taxadas de afeminados

ou masculinizados; 2) quanto maior é o preconceito aos alunos considerados afeminados ou masculinizados maior é a dependência do agressor de uma autoridade e menor é a sua autonomia, isto indica que os alunos homofóbicos tendem a possuir uma dificuldade de pensar por si próprios e que, portanto, tendem a julgar conforme a aparência e devido a sua dependência de uma autoridade, ou seja, são mais obedientes às orientações dadas por ela. Os(As) alunos(as) considerados(as) maus(ás) em sala de aula tendem a ser mais preconceituosos do que aqueles que são considerados bons(as) alunos(as) em sala de aula, os(as) que tendem a ser menos preconceituosos em relação aos alunos taxados como afeminados ou masculinizados. A partir dessa informação, infere-se que o mau (á) aluno(a) em sala de aula possui um pensamento estereotipado e isto justifica seu preconceito em relação aos alunos tomados como afeminados ou masculinizados e, por estarem num grupo estigmatizado na escola, também podem ser alvos de preconceito pelos colegas e professores. Essa pesquisa ainda aponta que os(as) alunos(as) bons(as) em educação física tendem a ser considerados como populares e, por isso, são mais propensos a serem agressores e, por serem considerados maus(ás) alunos(as) em sala de aula, são mais propensos a serem agressores e também vítimas de *bullying* ou preconceito; já os alunos(as) tidos como impopulares são os mais propensos a serem considerados como maus(ás) alunos em educação física e disso tem-se que “os(as) agressores(as) tendem a ser os(as) mais populares, quer por seu desempenho em atividades físicas, quer por suas dificuldades em sala de aula, e as vítimas tendem a ser os(as) alunos(as) tidos como impopulares, principalmente por não ter um bom desempenho em educação física e que isso implica no quanto sabem ou não se defender” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, p.13).

A cartilha “*Bullying* Homofóbico e Desempenho Escolar: Dados de pesquisa e proposta de enfrentamento” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015) ainda indica que o número de suspeitos/agressores é maior em relação ao número de vítimas, sugerindo, portanto, que a homofobia é praticada em grupo. Aponta que, no *bullying* homofóbico, assim como em outras formas de *bullying*, estão presentes o preconceito e a discriminação. O preconceito é uma atitude, uma tendência para a ação que, não raro, é de hostilidade contra uma minoria social; a hostilidade é derivada de uma percepção distorcida que o agressor possui da vítima, neste sentido, às vítimas são atribuídas características, intenções e desejos que elas não têm, mas o agressor sim e não as aceita como seus. A discriminação é uma ação derivada do preconceito, podendo ser expressa pela marginalização, que visa dificultar ou impedir a inclusão social de uma pessoa, ou pela segregação que visa à separação do indivíduo ou de grupos; o *bullying* é uma forma de

discriminação, pois os alvos são marginalizados e posteriormente ocorre a tentativa de segregá-los. O preconceituoso tende a ser generalista, ou seja, se um indivíduo possui preconceito em relação aos homossexuais tende a ser preconceituoso em relação aos negros e a outros grupos sociais; portanto, são estereótipos específicos que caracterizam os alvos do preconceito, não obstante, neles incidem medos, desejos e anseios que são negados pelo agressor na escolha da vítima.

A expressão da homofobia, assim como o racismo, implica num processo defensivo do indivíduo, que não pode ser pensado sem suas determinações sociais. Ao dirigir expressões e atos hostis contra um indivíduo ou grupo minoritário, o indivíduo preconceituoso afasta, fantasiosamente, o medo da fragilidade social, da não integração (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 10).

Souza et al. (2015) vão considerar que o *bullying* está, em alguma proporção, ancorado no preconceito, é uma manifestação comportamental dele, aproximando-os naquilo que o primeiro possui de ação: a discriminação de um alvo específico. Para esses autores:

Como fenômeno social, pode-se estabelecer uma aproximação entre o *bullying* e o preconceito, uma vez que este último vai definir grupos mais vulneráveis a se tornarem alvos. Essa violência pode ser orientada pelo preconceito racial, religioso, regional ou ainda oriundo da diversidade sexual. Além dessas pertenças grupais, o local de origem e condições econômicas também podem ser utilizados como pretexto para o *bullying*, que, diferente de outras discriminações, manifesta-se de modo peculiar (SOUZA; SILVA; FARO, 2015, p. 290).

Chaves e Souza (2018) versam sobre o *bullying* segundo a perspectiva de Olweus (1993): “é um fenômeno velado e o emprego da agressão repetida, seja ela física ou psicológica, destinada a um indivíduo específico de modo intencional, podendo ocorrer em vários contextos de interação social, com pessoas de diversas idades, sendo mais comum no ambiente escolar” (CHAVES E SOUZA, p. 3). O *bullying* é considerado uma subcategoria do comportamento agressivo, ou seja, é uma ação intencional no qual o objetivo é “infligir danos ou causar desconforto a alguém” (CHAVES E SOUZA, 2018). Diferindo de outras formas de agressão, para os autores, no *bullying* há uma relação desigual de poder entre os envolvidos, pois a vítima não teria condições de se defender ou reagir às agressões. Sobre as motivações para a intimidação, apontam que são algumas características que a vítima possui (obesidade, uso de óculos, cor dos cabelos) que justificam a perseguição. No entanto, concordam com Olweus (1993) no tocante a essas características (os estereótipos)

que, por mais que estejam associadas à provocação, não possuem um papel importante na constituição do fenômeno, portanto não deveriam ser enfatizadas na conceituação (CHAVES E SOUZA, 2018, p. 4). Em referência ao agressor, consideram-no como alguém que impõe autoridade por via da agressão geralmente combinada entre física e psicológica, em razão de sua necessidade de demonstrar poder e dominação, sendo que essa necessidade decorre de sua insegurança e sua ansiedade. Acrescentam que o “agressor não necessariamente apresenta causa ou motivo aparente para manifestar comportamentos agressivos e, ao se destacar dos demais colegas, também pode vir a ser tomado por eles como modelo a ser seguido” (CHAVES E SOUZA, 2018, p.5).

Para Crochik (2015, p. 34), há uma diferença entre a violência motivada por preconceito e a violência motivada por *bullying*: no primeiro caso, o preconceito, quando é delimitado, está associado a movimentos coletivos, por isso, os alvos são tomados ideologicamente, ou seja, a ideologia justifica a dominação exercida sobre eles, porque o preconceito dirigido para uma minoria social, como no caso dos homossexuais, é “ideologia introjetada e mediada por necessidades psíquicas”, assim, quando o alvo do preconceito se associa a movimentos coletivos é o resultado da perseguição a minorias sociais. Por outro lado, há também indivíduos que não se enquadram em grupos hostilizados e que, ainda assim, são hostilizados – os obesos ou albinos, por exemplo. Nessa perspectiva, segundo o autor (CROCHIK, 2015), a justificativa para a perseguição é menos elaborada e se baseia em padrões culturais genéricos, contudo, a perseguição corresponde às necessidades psíquicas do agressor podendo se tornar contínua e delinear o *bullying*. Mas, em ambos os casos, o alvo da perseguição é aquele que escapa às habituais classificações e, portanto, não delimitado nem compreendido.

O que os diferencia é que o *bullying* expressa diretamente essa relação de oposição entre os mais fortes e os mais fracos, ao passo que no preconceito, quando é bem delimitado, essa relação se expressaria justificada de forma mais específica: persegue-se o judeu por ele ser ‘promíscuo’, ‘agiota’, ‘traíçoeiro’; persegue-se o negro por ser ‘primitivo’, ‘pouco afeito ao trabalho’; combate-se o homossexual por ter ‘renunciado ao poder masculino’, por ‘lembrar o feminino’. Pode-se insistir que o *bullying* é uma forma mais grosseira de dominação do que a encontrada no preconceito (CROCHIK, 2015, p. 40).

Tem-se que o *bullying* é uma discriminação que pode ou não se apoiar no preconceito e a justificativa para a perseguição é menos elaborada e não envolve grupos minoritários. Ao passo que o preconceito envolve grupos minoritários e possui uma justificativa mais elaborada para a violência. A estereotipização acaba sendo importante,

pois, a partir de características próprias do alvo – obesidade, uso de óculos, presença de sardas na pele, por exemplo – é transformada, pelo próprio movimento de padronização das pessoas, em disparadores da intimidação, assim, o obeso se transforma em “gordo”, o que usa óculos em “quatro olhos” e assim por diante. Isso contradiz a concepção de que as características do alvo da violência não sejam relevantes na conceituação do *bullying*. Diante desse tensionamento e do objeto a que se propõe pensar neste trabalho, a saber, o conjunto de fatores psíquicos e sociais que se relacionam com as motivações do agressor nos casos de violência escolar contra os homossexuais, é uma importante discussão, porque traz à tona uma forma de violência, que pode ser *bullying* ou preconceito e que tem causado danos físicos e psicológicos às vítimas.

3.5 SOBRE O AGRESSOR

Sobre o agressor de pessoas LGBTQIA+ na escola como objeto de investigação, há poucos estudos que vertem à sua constituição psicossocial, estando subordinado a sua formação cultural que sofre influências diversas: da família, de instituições sociais, de meios de comunicação, de religião etc., alcançar a diferenciação do agressor nos casos de violência homofóbica – que pode ocorrer através do preconceito ou do *bullying* - é uma difícil tarefa. Assim, acredita-se que algumas pesquisas que lançaram alguma luz sobre o agressor de outras formas de violência possam contribuir para a formulação de hipóteses acerca desses sujeito nas atuais condições culturais, sendo que as hipóteses formuladas podem serem averiguadas por pesquisas empíricas.

Oliveira et al. (2016) realizaram uma pesquisa com 109.104 alunos de escolas públicas e particulares; o objetivo foi examinar as dimensões específicas e relacionadas aos escolares identificados como agressores nos casos de *bullying*. Verificaram as associações entre a prática de *bullying* com variáveis sociodemográficas, comportamentos de risco, saúde mental e contexto familiar. Esse estudo foi transversal de base populacional e a amostra foi composta por estudantes do nono ano do ensino fundamental de escolas das zonas rurais e urbanas em todo território nacional. Como resultado, apontam que 20,8% da amostra são identificados como agressores, sendo que os adolescentes com idade entre 14 e 15 anos são os que mais praticam *bullying*; os meninos praticam *bullying* mais do que as meninas numa proporção duas vezes superior e os estudantes das escolas particulares praticam mais *bullying* do que os estudantes das escolas públicas. Segundo esse estudo, os agressores, nos casos de *bullying*, sentem-se solitários e têm insônia, não possuem amigos e sofrem violência física familiar. Os dados também indicaram que os alunos identificados

como agressores nos casos de *bullying* faltam mais às aulas, consomem o dobro de álcool, o triplo de tabaco e de drogas ilícitas e praticam sexo com mais frequência. Segundo os autores (OLIVEIRA ET. AL., 2016), no tocante à saúde mental do agressor, a pesquisa aponta haver adoecimento psicológico e menciona que os dados “contrariam estudos que indicam serem as vítimas as que mais apresentam índices de isolamento social, ansiedade, depressão e baixa autoestima”. O estudo confirma ainda que os agressores não estão, necessariamente, entre os estudantes mais populares e asseveram que pesquisas indicam que “os agressores apresentaram comportamentos antissociais, em que prevalecem o desrespeito às regras e normas sociais e até mesmo situações de conflito com a lei, bem como o uso de álcool e outras drogas” (OLIVEIRA ET. AL, 2016, p. 37).

Ao pensar sobre o criminoso, que por sua constituição e das circunstâncias, figura-se como aquele que traz desordem, insegurança e ameaça, Adorno e Horkheimer (1985) vão dizer que ele, ao cometer um crime, coloca a sua autopreservação acima de tudo, possuindo, assim, um ego frágil e instável. Contudo, é um ser fruto de sua condição social e, segundo os autores, é também um doente social cuja fraqueza o submete a uma situação que agride o corpo e o espírito: o cárcere. Mas essa submissão também se efetiva no trabalhador sob as condições da produção industrial; portanto, na medida em que a sociedade inflige a prisão como castigo ao criminoso, está, na verdade, atuando em conformidade com os padrões burgueses de organização da vida e conforme a trama do trabalho no capitalismo, que, por meio da necessidade de mão de obra, impõe sofrimento aos trabalhadores, mutilando o corpo e o espírito do trabalhador no processo de produção. Os autores destacam a mediação, em relação à qual se pode inferir dois aspectos principais: as condições sociais e culturais influenciam no caráter individual e, simultaneamente, localizam na própria sociedade e na cultura uma tendência daquelas à uniformização dos indivíduos que os deixa à mercê das condições sociais e suscetíveis às ideologias. Nas palavras dos autores:

Os prisioneiros são doentes. Sua fraqueza colocou-os numa situação que já havia atacado e continua a atacar o corpo e o espírito. A maioria deles já estava doente quando cometeram o crime que os jogou na prisão: por causa de sua constituição e das circunstâncias. Outros agiram como teria agido qualquer pessoa sadia na mesma constelação de estímulos e motivos, só não tiveram sorte. Os restantes eram mais cruéis e ruins do que a maioria dos homens livres, tão ruins e cruéis em sua pessoa quanto os donos fascistas do mundo pela posição que ocupam. [...] É provável que a substância viva, que é a mesma em cada um, não conseguisse fugir a uma pressão da constituição física e do destino individual com a mesma

força da pressão que levou o criminoso a esses atos extremos, de tal sorte que qualquer um de nós teria agido do mesmo modo que o assassino, não houvesse um feliz encadeamento de circunstâncias nos concedido a graça do discernimento (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 211).

Foi atentos as condições sociais e seus reflexos, que deixam as pessoas suscetíveis às ideologias e os reflexos disso na conduta individual, que o preconceito contra o judeu foi analisado teoricamente por Adorno e Horkheimer (1985) sob alguns ângulos nos Elementos do Antissemitismo, embora todos os elementos levem em consideração a influência dos padrões sociais e da cultura, bem como as transformações históricas daquilo que consideram como o cerne para a insurgência do fascismo: a manutenção da dominação. Portanto, se são as condições sociais e culturais que em alguma proporção determinam o caráter do criminoso, assim como elas foram, no fascismo, importantes para determinar aspectos psicológicos daquele movimento, podemos pensar que elas também são constituintes do agressor nos casos do *bullying*. Em relação à homofobia, por exemplo, as condições sociais e culturais ficam mais evidentes por se relacionarem diretamente com o preconceito aos homossexuais, assim como o antissemitismo – que continha em si algo para além do preconceito específico contra os judeus - se relaciona com o preconceito aos judeus. Porém, o fascismo não foi somente a expressão do preconceito restrito a eles, mas a minorias sociais e, embora seus determinantes sejam sociais e psíquicos, a ideologia e o conteúdo psicológico não são os mesmos.

O horror do nazismo, a perseguição que posteriormente culminou na eliminação dos judeus nos campos de concentração, onde a chamada “solução final” consistia no genocídio por meio das câmaras de gás, causou impacto em diversos pensadores, que tentaram compreendê-lo de diversas formas. Para Adorno (1995 p. 119), “Auschwitz foi a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão”. Adorno e Horkheimer (1985) fizeram um exame de como o Iluminismo do século XVII, enquanto movimento social, político e filosófico fracassou na sua promessa de liberdade, pois, na sua tentativa de livrar o homem do medo e pô-lo na posição de senhor, a relação estabelecida do homem com a natureza deu-se sob os pilares da dominação e, posto que o homem também é natureza, foi preciso dominá-lo. Nesse cenário, conforme os autores supracitados, a razão encontra-se vinculada à cientificidade e esta, ao método, que instrumentaliza a razão, principal ferramenta para “compreender” e dominar aquilo que, na realidade objetiva, representa ameaça. Uma vez estabelecida, a razão instrumental guiaria a sociedade para o progresso e garantiria a

felicidade humana, mas isso não aconteceu. Porque, na razão instrumental, a neutralidade exigida pelo método o distanciou do objeto e também de seu objetivo e, na medida em que o conhecimento científico se atrela à fatalidade dos dados, apenas reproduz o existente ao mesmo tempo que elimina o exercício da verdadeira razão, ou seja, elimina-se a crítica ou a capacidade de julgar a finalidade daquilo que a ciência produz. Ora, a cruel engenhosidade de Auschwitz diz justamente disso: o uso acrítico do conhecimento científico para fins de destruição; assim, a própria ciência pode instaurar e reforçar os preconceitos.

Para Adorno e Horkheimer (1985), o antissemitismo se baseou no preconceito étnico e nacionalista. Segundo esses autores (1973), o preconceito é um processo dinâmico em que incide a força da totalidade social e também forças próprias do indivíduo. Sobretudo, o antissemitismo representou um movimento sem objetivo e irracional, para Adorno e Horkheimer (1985), psiquicamente ele foi a manifestação de uma fúria inconsciente gerada por uma ordem social e:

“O antissemitismo baseia numa falsa projeção. Ele é o reverso da mimese genuína, profundamente aparentada à mimese que foi recalcada, talvez o traço caracterial patológico em que esta se sedimenta. Só a mimese se torna semelhante ao mundo ambiente, a falsa projeção torna o mundo ambiente semelhante à ela. [...] Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial. Para o paranoico usual, sua escolha não é livre, mas obedece às leis de sua doença. No fascismo, esse comportamento é adotado pela política, o objeto da doença é determinado realisticamente, o sistema alucinatório torna-se a norma racional do mundo, e o desvio a neurose” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 174).

A engrenagem de todo esse “circuito funesto”, como denominam Adorno e Horkheimer (1985), que produz tanto os perseguidores quanto as próprias vítimas, pode ser localizada historicamente nos modos de organização dos homens entre si e nas suas formas de produção e manutenção da vida. Para esses autores (1973), com a criação do Estado burguês no Iluminismo, o indivíduo teve que ser integrado à totalidade estatal, porque naquele movimento, o Estado é compreendido como dinâmico e composto de elementos distintos (sendo o indivíduo a unidade estatal). Assim, as instituições sociais que garantiriam a sobrevivência dos sujeitos e regulariam a organização deles na sociedade, sobrelevam-se a eles, definindo, portanto, uma relação de dominação, caracterizando uma virada ideológica: as necessidades das instituições sociais têm primazia em relação às dos sujeitos na sociedade. No capitalismo dos monopólios, as formas de produção e de manutenção da vida são cada vez mais racionalizadas e subdivididas, gerando a menor

diferenciação entre os sujeitos e tornando as relações entre eles mais conflituosas. Diante disso, Horkheimer e Adorno (1973) consideram que toda ideia de progresso, necessariamente, carrega consigo uma progressiva regressão. Essa consideração é importante, pois, assim como o fascismo na perspectiva dos autores supracitados foi a regressão, ela atualmente se manifesta nas formas de violência na contemporaneidade.

O que seria justamente essa regressão? Ela remete a uma forma de estruturação social baseada na irracionalidade, que é internalizada pelos indivíduos fazendo com que eles passem a reproduzi-la, dificultando a transformação da própria sociedade. Por exemplo, o comportamento agressivo de um sujeito contrário à homossexualidade baseia-se na irracionalidade socialmente estipulada, uma vez que a orientação sexual de um indivíduo não apresenta nenhuma ameaça real aos outros e à sociedade, no entanto, o homossexual é percebido como ameaça, como estranho e passa a ser perseguido em detrimento de construtos sociais acerca da sexualidade, de valores morais, etc. Essa irracionalidade é repassada por meio de vários processos: na identificação, na socialização e na repressão dos instintos individuais nas fases do desenvolvimento, ou seja, desde a infância e também por vários setores sociais, mas, principalmente, pela cultura e pelas instituições sociais, cuja esperada consequência é que eles defendam alguns ideais sociais que geralmente vão contra os seus próprios interesses reais e racionais. Posto que a regressão ocorre e que o objetivo dela é unidirecional, percebe-se que ela é mais para os interesses sociais e, ainda que a sociedade supra as necessidades dos indivíduos, ela o faz precariamente; as pulsões que não encontram satisfação, tornam-se compulsórias.

Nesta sociedade, sob o signo do capitalismo, as necessidades dos indivíduos são reduzidas e convertidas, ou seja, somente podem ser parcialmente satisfeitas pelo consumo. Nesse sentido, infere-se que os interesses sociais são submetidos aos econômicos. Freud (1996) já apresenta essa ideia no texto “O mal-estar na civilização”, no qual aponta a falha da cultura na realização do indivíduo, ou seja, para o malogro da civilização que se apoia no sacrifício dos desejos e em contrapartida oferece a promessa de segurança. A civilização impõe aos indivíduos seus imperativos que são comumente manifestados pelo progresso da ciência, sobremaneira pela técnica, e aponta que “o progresso técnico não tem valor para a economia de nossa felicidade” (FREUD, 1996, p. 95). A cultura, nesta perspectiva, oferece o ‘prazer barato’, sendo aqueles obtidos pela mediação dos usos das tecnologias e questiona: “Enfim, de que nos vale uma vida longa se ela se revela difícil e estéril em alegrias, e tão cheia de desgraças que só a morte é por nós recebida como uma libertação?” (FREUD, 1996, p. 96). O autor não demoniza o progresso científico nem repudia a técnica

quando a serviço da felicidade humana, mas seu questionamento verte-se para a reflexão de como a cultura se muniu desse conhecimento e utilizou-o para sobrepujar o indivíduo, adaptando-o naquilo que não lhe sustenta a felicidade. Nessa ideia de Freud, já há a consideração da tensão entre o indivíduo e a sociedade, e mais: leva em consideração a existência da pulsão destruidora dos homens, que é busca da morte diante das impossibilidades de uma existência feliz, sendo que a infelicidade perpetrada pela sociedade ocorre pelo seu distanciamento dos indivíduos, inclusive nas produções científicas. Portanto, se o indivíduo não tem como se defender da violência que a sociedade lhe impõe e se é a própria cultura que oferta o meio pela qual as pulsões serão satisfeitas quer dizer que as pulsões passam a ser socialmente administradas.

No capítulo “Elementos do Antissemitismo”, do livro *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) fazem a análise de alguns aspectos do antissemitismo, dentre eles as determinações socioculturais que desencadearam a perseguição aos judeus nos prismas: político, ideológico, religioso, cognitivo, projetivo, racista e econômico. Essas análises permitem extrapolar os limites do antissemitismo para pensar outras formas de violência. Contudo, outras formas de preconceitos possuem outros prismas que lhes caracterizam, carregam sempre algo de elementar em todas as suas manifestações, o que possibilita, num primeiro momento, ter uma melhor perspectiva de apreensão sobre o elemento comum a todos e, posteriormente, possibilita a diferenciação dos preconceitos. Embora o preconceito possa ser generalizado e, enquanto socialmente determinado, mediado pelo indivíduo, é uma justificativa para a dominação; aquilo que contém de irracionalidade – social e individual – serve para manter a sociedade enquanto tal. Com isso, pode-se pensar que, no caso da homofobia, há outros elementos culturais que influenciam na sua caracterização e consubstanciam a sua manifestação.

Tendo como pano de fundo os fatos acontecidos na Alemanha nazista e, depois da derrota do fascismo, juntamente com a Guerra, T. W. Adorno e colaboradores (1965) desenvolveram um estudo nos Estados Unidos, na Universidade de Berkeley, sobre o indivíduo potencialmente fascista. Esses autores acreditavam que, apesar do nazismo ter sido derrotado, as ideias antidemocráticas desse movimento político ainda vigoravam no contexto sociocultural e consideraram o indivíduo na sua *potência* de ser conivente com a ideologia fascista. Nesse estudo, intitulado “A Personalidade Autoritária”, os autores demonstram que as opiniões, os valores e as atitudes que sustentam o preconceito relacionam-se com uma quantidade de traços psicológicos enraizados profundamente. O autoritarismo refere-se a uma série de atitudes antidemocráticas e homogêneas entre si e

que são organizadas de forma a servirem de sustentação para justificações ideológicas da realidade social, compondo uma dimensão estruturante da personalidade. Os sistemas ideológicos são atualizados em consonância com um dado momento histórico e social, o mesmo ocorre com o processo de desenvolvimento da personalidade e, de acordo com Adorno (2015), a sociedade estabelece, nos homens, regressões psíquicas de que ela necessita em cada momento histórico.

Para Adorno et al. (1965), a personalidade é um fator que se articula com as preferências ideológicas quando representam a satisfação das necessidades individuais; há necessidades emocionais primitivas, necessidades para se evitar punições e as que tendem a manter a harmonia e integração das forças inconscientes, como também conservar a boa convivência social. Dessa maneira, as opiniões, os valores e as atitudes dependem dessas necessidades e a personalidade é, segundo Adorno e cols. (1965, p. 30), “uma organização mais ou menos permanente das forças internas dos indivíduos” (tradução nossa). As forças da personalidade são persistentes e contribuem para influenciar, de certo modo, a resposta do sujeito diante de situações distintas, portanto, a constância dos comportamentos verbais ou físicos do sujeito deve ser atribuída a ela. Mas a personalidade não é a geradora de ideologias, “a personalidade evolui impulsionada do ambiente social e não pode jamais se isolar da totalidade social em que se desenvolve” (ADORNO E COLS., 1965, p. 31; tradução nossa), ou seja, o quanto antes as exigências sociais atuarem sobre o indivíduo tanto mais influenciará no desenvolvimento da personalidade.

O clima social e econômico de um determinado período opera diretamente nos tipos de personalidade que se formam dentro desse contexto: “Quando se busca uma explicação dessas correlações, entram em cena as relações entre personalidade e ideologia, na qual a personalidade geralmente é considerada como um agente mediador entre as influências sociológicas e a ideologia.” (ADORNO E COLS., 1965, p. 31, tradução nossa). A personalidade, mesmo sendo influenciada por fatores sociais, uma vez desenvolvida, não é mero reflexo do meio; quando consolidada, ela se estrutura dentro do indivíduo e é capaz de atuar por iniciativa própria sobre o contexto social provenientes dele. Quando a personalidade é apegada a valores sociais convencionais, a chance de responder positivamente ao que é dito pela totalidade social, sem levar em consideração o teor do pedido, é grande.

A personalidade autoritária é medida pela Escala F, que tem um duplo objetivo: avaliar o preconceito sem fazer menção direta a grupos minoritários e avaliar as disposições inconscientes que torna o indivíduo influenciável e propenso a atitudes antidemocráticas.

Segundo Adorno et al. (1965), a Escala F está fundamentada em um número de variáveis análogas, que reunidas formam o seu conteúdo básico; cada uma das variáveis foi pensada como sendo uma tendência mais ou menos central das pessoas e resultado de um processo dinâmico que se relaciona psicologicamente com o preconceito. “A reunião dessas variáveis compõem uma síndrome única, uma estrutura bastante durável interiorizada na pessoa e que a torna sensível à propaganda antidemocrática” (ADORNO ET AL., 1965, p. 234, tradução nossa).

As sentenças que compõe a Escala F permitem avaliar aspectos das variáveis, isto porque, segundo os autores (ADORNO E COLS., 1965), em função da construção da escala e das teorias que a sustentaram, para se ter um amplo alcance foi preciso construir as sentenças com muita riqueza de conteúdo. Além de medir as disposições inconscientes e o preconceito, é possível caracterizar, por meio da Escala F, o indivíduo preconceituoso, cujos tipos e síndromes identificam o indivíduo que obteve escore alto na escala como um todo e subdividindo-se nos demais tipos, que se consolidam por serem mais fortemente marcados por um traço ou pela dinâmica correlacionada à sua tipificação:

Existe algo así como “el” carácter fascista en potencia, el cual es en sí mismo una “unidad estructural”. En otras palabras, los rasgos tales como el convencionalismo, la sumisividad y la agresividad autoritarias, la proyectividad, la tendencia a utilizar a los demás, etc., suelen presentarse de modo simultáneo. Por ende, los “subsíndromes” aquí esbozados no buscan aislar ninguno de estos rasgos sino que están siempre encuadrados dentro del marco general de referencia del sujeto de puntaje alto. Estos subsíndromes se diferencian entre sí únicamente por dar preponderancia a uno u otro de los rasgos o de la dinámica seleccionados como caracterización y no por excluir alguno de los demás aspectos (ADORNO ET AL., 1965, p. 701).

A personalidade autoritária é uma síndrome unitária no interior do indivíduo e estrutura-se em torno de algumas dimensões; então, a Escala F possibilita apurar, não separada do seu conjunto, mas de maneira categorial, algum traço específico da personalidade do indivíduo preconceituoso. A variável “sexo” desta Escala, por exemplo, refere-se a uma preocupação exagerada com os atos sexuais e os autores Adorno e cols. (1965, p. 244) consideraram esta categoria ‘sexualidade’ como se estivesse alienada do eu do indivíduo, que em termos de caráter indica uma forte tendência para castigar os “transgressores dos costumes sexuais”. Essa atitude punitiva do preconceituoso pode ser a expressão de uma identificação com a autoridade do endogrupo e também o indicativo de que o sujeito reprime seus próprios desejos sexuais e se sente como se corresse o risco de

perder o seu controle sobre eles. As sentenças da Escala F elaboradas sobre o castigo aos homossexuais e sobre os crimes sexuais, assim como sua reprovação à existência de orgias sexuais podem fornecer um indicativo das forças dos impulsos sexuais inconscientes do indivíduo.

No capítulo que discute as atitudes do indivíduo de escore alto na Escala F frente ao sexo, às pessoas e a si mesmo, Adorno et al. (1965) asseveram que, na relação estritamente sexual com as pessoas do sexo oposto, falta ao sujeito de escore alto individuação e verdadeiras relações objetivas. Os impulsos sexuais dele são reprimidos da personalidade, o que lhe confere escassez de afetos e o inclina a escolher parceiros sexuais em relação aos quais possam ter benefícios materiais; reproduz a ambivalência de afeto tida para com os pais e isto indica que por trás de uma manifestação de admiração em relação às pessoas com quem convive se esconde verdadeiramente alguns ressentimentos; a mesma ambivalência de afetos fomenta a classificação das pessoas em boas e más, contudo, não ama nenhuma delas. A sexualidade do sujeito de escore alto é marcada pelos valores convencionais, assim como é a sua preocupação com o status social; as qualidades que esse sujeito exige de si e dos outros são rígidas e estereotipadas; geralmente, ele se mostra como sendo a representação típica e ideal de seu papel sexual. Assim, o preconceituoso tende a manter relações exteriorizadas e de acordo com um padrão convencional; diante disso, condena tudo o que se desvia do padrão e não baseia a sua opinião em fatos da realidade. Segundo os autores (ADORNO E COLS., 1965), essa reprovação moral do sujeito preconceituoso representa o desejo de seguir um padrão de comportamento imoral ou ainda uma defesa contra esse desejo.

3.6 A PERSONALIDADE AUTORITÁRIA E OS ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA ESCOLAR

A Escala F tem servido de suporte metodológico para pesquisas atuais sobre o preconceito e o *bullying*. Num estudo realizado por Crochik (2005), cujo objetivo era verificar a relação existente entre a personalidade a ideologia e o preconceito, o autor aplicou 5 escalas em 139 estudantes. Com o propósito de calcular os escores médios em cada escala para cada um dos sujeitos, utilizou-se das seguintes escalas: a Escala de Autocategorização Política, que verifica o conservadorismo político dos sujeitos; a Escala F, que mede a tendência de adesão do indivíduo aos ideais fascistas e indiretamente mede o preconceito segundo algumas tendências da personalidade; a Escala da Ideologia da Racionalidade Tecnológica, que averigua a forma sistemática/estereotipada de pensar

diversos fenômenos, assim, por exemplo, a política, a sexualidade, a educação, entre outros passam a ser compreendidos sistematicamente por meio do emprego de categorias utilizadas na técnica e na ciência; a Escala de Características Narcísicas de Personalidade e, por fim, a Escala de Manifestação de Preconceitos, que mede o preconceito em duas perspectivas: étnica (judeus e negros) e em relação à deficiência (física e mental). Como resultado tem-se que os sujeitos dessa pesquisa são menos preconceituosos do que os dos estudados por Adorno e colaboradores em 1940, contudo, ocorreu uma mudança no padrão de manifestação dos preconceitos e, no que tange ao racismo, a sua manifestação tornou-se sutil ou simbólica. Quanto ao indicativo político, tem-se uma posição de centro pouco dirigida à vertente esquerda; neste sentido, a posição política possui menos peso na manifestação direta ou indireta de preconceitos (CROCHIK, 2005 p. 315). A ideologia da racionalidade tecnológica vem substituindo o papel das ideologias políticas de outrora, as quais se relacionavam com a manifestação de preconceitos, mas isso não elimina o fator da mentalidade tecnológica na manutenção do preconceito dos ideais fascistas. No tocante ao narcisismo, ele está menos associado ao preconceito do que o sadomasoquismo – medido pela escala F. O estudo conclui que no tocante ao preconceito, ele está relacionado tanto com a personalidade como também com a ideologia.

Com o intuito de conhecer a atitude dos alunos de um curso de Pedagogia frente à educação inclusiva, Crochik et al. (2009) foram guiados pela hipótese de que o preconceito e a ideologia são obstáculos para a inclusão de crianças com deficiência na escola. Os autores aplicaram as escalas construídas por eles mesmos em estudos anteriores: Atitude frente à Educação Inclusiva (Escala E), Adesão a Ideologia da Racionalidade Tecnológica (Escala I), Manifestação de Preconceito (Escala P) e também a Escala do Fascismo (Escala F), que foi elaborada por Adorno e cols. (1965). Participaram da pesquisa 188 discentes da cidade de São Paulo, dentre os quais 145 estavam no primeiro ano de curso, 26 no segundo e 17 no terceiro. Os resultados apontam que esses alunos tendem a ser, em média, pouco mais favoráveis do que desfavoráveis à educação inclusiva, principalmente aos alunos com deficiência, porém não são plenamente favoráveis a esse tipo de educação. O estudo verificou que há relação entre as variáveis, nesta perspectiva, quanto mais o indivíduo for contrário à educação inclusiva maior é a sua manifestação de preconceitos, maior é a sua tendência em aderir ao fascismo e mais é sistemática a sua forma de pensar, mas neste estudo as correlações maiores entre as escalas foram entre a escala P e F com a escala E; assim, o preconceito e a adesão ao ideário fascista determinam mais a atitude dos alunos frente a educação inclusiva.

Crochik et al (2006) elaboraram mais uma pesquisa e objetivaram compreender a atitude de alunos de licenciatura em relação à educação inclusiva. Participaram desse estudo 149 discentes dos cursos de licenciatura de quatro universidades paulistanas das áreas de humanas, exatas e biológicas, dentre os quais 95 eram do sexo feminino e 54 do sexo masculino, com idade média de 25 anos. Foram aplicadas as seguintes escalas: Escala da Ideologia da Racionalidade Tecnológica, Escala da Manifestação de Preconceitos, Escala de Atitudes a respeito da Educação Inclusiva e Escala F, sendo que as três primeiras é de autoria do referido autor por meio de estudos anteriores e a última elaborada por Adorno e colaboradores em 1950 no estudo da Personalidade Autoritária. Com os dados estatísticos obtidos pelas correlações entre as amostras, tem-se que a Escala de Atitudes em relação a Educação Inclusiva possui correlação maior com a Escala de Manifestação de Preconceito; por isso, quanto maior a manifestação do preconceito maior é a atitude contrária à educação inclusiva e vice-versa. Contudo, a correlação entre as Escalas de Manifestação de Preconceitos, Escala de Fascismo e a Escala Ideologia da Racionalidade Tecnológica supõe que a adesão às ideologias fascistas e da racionalidade tecnológica contribuem para atitude contrária à educação inclusiva, porém, em menor intensidade do que o preconceito (Crochik et al, 2006, p. 62). Em suma, a pesquisa mostrou que os alunos de licenciatura das respectivas áreas do conhecimento supracitadas estão levemente tendidos a favor da educação inclusiva o que não anula a possibilidade de serem contrários a ela.

A Personalidade Autoritária é expressa em nossa cultura, uma vez que, em alguma medida, o clima social e cultural que a possibilitou resguardou-se e conservou-se e, portanto, continua manifestando-se sobre os indivíduos que são constituídos sobre os prismas sociais que possibilitou o fascismo. Então, se a personalidade autoritária relaciona-se com o indivíduo preconceituoso, Crochick (2012) vai defender que ela se relaciona também com os agressores no caso de *bullying*, pois, a personalidade autoritária é associada à hierarquia e ao prazer de submeter ou de submeter-se que, na intimidação, distingue o líder dos que praticam a intimidação e seus seguidores e pode, consecutivamente, caracterizar alguns observadores e algumas vítimas quando elas são também agressoras. Portanto, a Personalidade Autoritária diz de uma estruturação psíquica que coloca o indivíduo em conformidade com a totalidade social e, no entanto, ele passa a nutrir preconceitos de forma a perpetuar os padrões daquela; ou seja, ela lança luz tanto aos indivíduos preconceituosos quanto os intimidadores nos casos de violência escolar.

Segundo Crochik (2012), a personalidade autoritária está associada ao sadomasoquismo, ou seja, o prazer obtido na submissão de si ou de outrem de acordo uma representação de autoridade, mas ela também não está dissociada do narcisismo. Crochik (1990) toma um dos subtipos da personalidade autoritária – o tipo manipulador – como base para pensar a personalidade narcisista em consonância com a ideologia da racionalidade tecnológica. Entende-se por personalidade narcisista a constituição enfraquecida do ego que leva o indivíduo a se guiar por estímulos externos; nessa perspectiva, ele não possui muita consciência da distinção entre o mundo interno e externo. De acordo com Crochik (1990), o tipo manipulador tem parentesco com o narcisismo, pois suas características o aproximam do caráter anal descrito por Freud; o tipo manipulador assemelha-se ao tipo autoritário, possui forte estereotipia do pensamento, mas é distinto, devido ao seu nível de superficialidade e de vazio. O “manipulador”, para lidar com os perigos do mundo externo, os reduz a objetos; quando volta sua libido para o ego e transforma os meios em fins, quando libidiniza os meios para conseguir o que quer é favorecido em uma ordem social técnico-burocrática. A ideologia da racionalidade tecnológica substituí as questões consideradas importantes por quem adere a ela, assim, por exemplo, como ocorre em um período eleitoral: os conflitos políticos entre alguns segmentos sociais é rebaixado em detrimento da superexposição do candidato que possui melhores qualidades administrativas. Em razão disso, o autor assevera que: “A verdade da personalidade autoritária, assim como a verdade do narcisista são expressas na ideologia da racionalidade tecnológica: a não diferenciação do homem existente” (CROCHIK, 1990, p. 154). O sujeito narcisista tal como o manipulador não se diferenciou da totalidade social, portanto, a sua expressão é o indivíduo que age indiscriminadamente segundo seus interesses e impulsos. Se assim ele é, quer dizer então que não possui uma percepção real do mundo e das pessoas. Sendo assim, esse indivíduo que age segundo seus interesses e impulsos, que não possui percepção real do mundo e das pessoas, configura-se no espectro de um sujeito agressor contra os indivíduos homossexuais na escola. Para as pretensões desse trabalho, este sujeito será tomado como norteador para as reflexões propostas.

Com o objetivo de distinguir as formas de violência escolar, preconceito ou *bullying*, e os tipos de personalidade, Crochick (2019) elaborou um estudo, no qual, foram aplicadas as escalas que detectam o narcisismo, o sadomasoquismo, a manifestação de preconceitos e o *bullying*; foi guiado pelas hipóteses de que: o *bullying* e o preconceito possuem relação significativa, contudo essa relação não é plena; que a manifestação de preconceitos é influenciada por características da personalidade sadomasoquista e

narcisista; que as características da personalidade narcisista se relaciona com o agressor nos casos de *bullying*, enquanto que a vítima dessa violência não possui nenhuma característica das personalidades avaliadas. Participaram dessa pesquisa 161 estudantes de uma universidade pública de São Paulo. As escalas são formadas por itens do tipo Likert na qual a avaliação ocorre em graus de discordância ou concordância, assim, quanto maior o escore, maior é a propensão de o indivíduo ser classificado como narcisista, sadomasoquista e preconceituoso. A escala de participação no *bullying* dirige-se à recordação, dos estudantes universitários do estudo, sobre a sua participação em casos de *bullying* no ensino médio. Essa escala verifica os papéis dos participantes de *bullying* (agressor, apoiador, observador, vítima ou nenhum). Após essa etapa, foi questionado aos estudantes que se identificaram como apoiadores, vítimas, agressor e observadores, qual a periodicidade de suas ações agressivas e, se as ações agressivas tendia para os alunos que não conseguiam se defender ou as ações agressivas tendiam contra o entrevistado, que não conseguia resistir à violência.

Como resultado, obtive que: a correlação da escala do fascismo com a escala da personalidade narcisista sugere que quanto mais traços narcisistas um indivíduo possui, na mesma proporção possui traços sadomasoquistas e vice-versa; assim, o tipo manipulador da personalidade autoritária, caracteriza esse sujeito. A correlação existente entre as escalas do fascismo e da manifestação de preconceitos, corrobora a hipótese de que a manifestação de preconceitos ocorre em conformidade com a mentalidade do *ticket*. Os escores da escala de características personalidade narcisista e da escala de manifestação de preconceitos sugerem que o preconceito pode ocorrer por causa das características narcisistas da personalidade, tal como ocorre no narcisismo das pequenas diferenças. Neste sentido, o autor afirma que: “de todo modo, pelas correlações obtidas, pode-se pensar que o preconceito é fruto quer de tendências sadomasoquistas quer de impulsos narcisistas, tal como pode ser verificado no tipo manipulador” (CROCHICK, 2019, p. 6).

Em relação aos estudantes que praticam o *bullying* daqueles que não o faz, as escalas de narcisismo, fascismo e manifestação de preconceito demonstram que: as características da personalidade narcisista está associada à prática do *bullying*; o sadomasoquismo ainda que aponte para a diferenciação entre praticantes e não praticantes, não diferiu nesse grupo; o preconceito não se associou com a prática do *bullying*, e os dados apresentados indicam que o narcisismo relaciona mais com o *bullying* do que o sadomasoquismo.

As escalas de fascismo, narcisismo e manifestação de preconceito em relação aos estudantes apoiadores ou não do *bullying*, cujo resultado demonstra que o *bullying* não é uma violência praticada em grupo, embora possa ocorrer dessa maneira; assim, neste caso, as características narcisistas da personalidade diferenciam os apoiadores daqueles não apoiam o *bullying*; ainda conforme o autor, os apoiadores do *bullying* têm seus desejos narcísicos vicariamente satisfeitos. “No caso dos apoiadores, tal como no dos autores do *bullying*, é nítida a distinção de sua relação com o narcisismo e com o sadomasoquismo; além disso, aqueles que praticam ou apoiam o *bullying* não são necessariamente preconceituosos” (CROCHICK, 2019, p. 7). Em relação aos participantes que observaram ou não o *bullying*, pelas escalas de narcisismo, fascismo e manifestação de preconceito, os dados sugerem maior incidência de características narcisistas àqueles que observaram; contudo, não houve diferença significativa entre os dados, de forma que, a observação do *bullying* não se relaciona com o fato do observador ser sadomasoquista e/ou preconceituoso, mas ele possui uma tendência maior ao narcisismo do que aqueles que não observaram. Por fim, no tocante aos participantes da pesquisa que sofreram e os que não sofreram *bullying*, os escores das escalas de narcisismo, fascismo e manifestação de preconceito, os dados mostram que a média entre os dois grupos são muito próximas e tendem a não ser diferentes, assim, o alvo do *bullying* pode ou não ser narcisista, preconceituoso ou autoritário; houve associação entre ser autor e alvo de *bullying*, de forma que é possível sugerir que tanto os autores quanto os alvos tendem a ser narcisistas.

Crochick (2019) conclui que: tanto o *bullying* quanto o preconceito podem estar correlacionados, mas são formas de violência distintas. O preconceito se relaciona com mais frequência ao autoritarismo e ao narcisismo, enquanto que o apoio e a prática do *bullying* mais ao narcisismo do que ao sadomasoquismo. Quem sofre *bullying* não se diferencia daqueles que não sofrem, em relação a ser narcisista, autoritário ou preconceituoso. O agressor do *bullying* tende a ser apoiador, observador e alvo em outras circunstâncias. Assim, Crochick (2019) considera que: a existência do *bullying* é uma expressão de conflitos sociais de outrora e que se manifestam deslocados nas relações interpessoais, neste sentido, averiguar as mudanças sociais que levam os indivíduos a manifestarem suas frustrações por meio da violência contra aqueles que nada lhes inflige e nem desperta afeto, pode auxiliar na compreensão da regressão psíquica socialmente induzida.

4. ELEMENTOS DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

4.1 A POBREZA DE EXPERIÊNCIA: SUA RELAÇÃO COM O PRECONCEITO E COM O *BULLYING*

Esta seção aborda a experiência e seu declínio na cultura contemporânea; discute a forma pela qual o empobrecimento da experiência fomenta formas de violências tais como o preconceito e o *bullying*.

A experiência é algo que vai em oposição ao preconceito, ela o combate. No entanto, o ‘pré-conceito’ possibilita novas experiências, pois ele modifica a percepção que se tem da realidade e isto ocorre na medida em que fomenta uma relação de troca entre o indivíduo e o meio. A partir da experiência, o conceito é modificado, resultando em um novo conhecimento para o indivíduo. Por se fundamentar naquilo que o indivíduo já possui de conhecimento, a experiência não é pura, os conhecimentos adquiridos são acionados na nova situação que aspira à experiência, cujo objetivo é tornar algo percebido como estranho, familiar. Assim, quando o meio sociocultural impede as possibilidades de o indivíduo ter experiências, ele fica mais tendido a ter e a manter preconceitos (CROCHIK, 2006).

Ao fazer menção ao indivíduo preconceituoso, com base nos tipos e síndromes do estudo “A Personalidade Autoritária”, Horkheimer e Adorno (1973) indicam o tipo altamente preconceituoso: que ele possui uma estrutura um tanto rígida e constante, apesar das inúmeras ideologias políticas; assim sendo, ele é um indivíduo que não se diferenciou o bastante da sociedade, o que faz com ele passe a reproduzi-la. A rigidez de caráter do preconceituoso vincula-o à autoridade dos líderes com os quais se identifica. Ele aceita e subordina-se à autoridade, reconhece obstinadamente tudo que se relaciona com o poder; ele se baseia nos valores convencionais do momento, prezando pela conduta considerada correta, pelo sucesso, pelo empenho, pelo trabalho eficaz, pela saúde conformista e acrítica. Contudo, assim como na sociedade, seu pensamento e a sua sensibilidade se organizam a partir de hierarquias; submete-se à autoridade moral do grupo ao qual aspira pertencer, e aquilo que ele não considera como representante dos seus ideais morais é convertido em alvo de condenação, devido a sua forte identificação com a ordem social. Por isso, são propensos ao cinismo e ao desprezo pelas pessoas que não compartilham dos seus ideais morais e sua vinculação com a autoridade faz com que ele retire de si a responsabilidade pessoal. Segundo Horkheimer e Adorno (1973), os preconceituosos:

Em geral, perderam em grande parte a capacidade de realizar experiências vivenciais e, para modificá-los seriamente, não bastaria instruí-los, alimentar e estimular as suas convicções mais válidas, seria necessário, em primeiro lugar, formar ou reconstruir nesses indivíduos, mediante processos demorados e fatigantes, a capacidade de estabelecer relações espontâneas e vitais com os homens e com as coisas (HORKHEIMER; ADORNO, 1973, p. 180).

A caracterização do indivíduo altamente preconceituoso, conforme postularam os autores supracitados, indica um cenário sociocultural que ataca justamente o que serve como antídoto para o preconceito: a experiência. Essa afirmação é possível tendo como base a ponderação dos autores de que instruções ou estímulos como forma de combate ao preconceito não são eficazes, porque seus fundamentos são também psíquicos. Tem-se, então, que a sociedade estabelece os preconceitos, esses, por sua vez, são perpetuados por meio de mecanismos psíquicos individuais, que concordam com os padrões sociais. Sobre as condições sociais e culturais que fortalecem os preconceitos e sobre a sua disposição psíquica, Horkheimer e Adorno (1973, p. 180) dizem que “é difícil ignorar que no pensamento político e econômico da época, no ‘espírito objetivo’, vigoram formas de consciência que concordam muito bem com as formas psíquicas das disposições de caráter totalitário”. A sociedade estabelece regressões ao indivíduo tanto na sua condição de existência quanto na sua estruturação psíquica: no primeiro caso a existência do indivíduo fica a cabo do sistema econômico, ele é regredido ao seu poder de consumo e, no segundo, a regressão ocorre quando o indivíduo passa a ter que se estruturar internamente para que sua subjetividade seja consonante com a totalidade social; não bastando isso, em ambos os casos, o indivíduo é negado enquanto tal. Conforme Adorno e Horkheimer (1973) salientam, é tênue a linha que separa os indivíduos preconceituosos dos que não possuem preconceitos: as condições materiais que fomentam a rigidez de caráter do primeiro são as mesmas para o segundo.

A pobreza de experiência leva ao juízo estereotipado. Essa é uma condição posta pela sociedade a todos. Produto disso é a indiferença manifestada pelas pessoas no tocante aos problemas sociais notados, no desinteresse de alguns diante dos problemas políticos e econômicos ou na forma pela qual o mundo e as pessoas são reduzidos a uma representação simplificada de existência. A estereotipia do juízo tem a sua base no ‘pensamento do ticket’, que, por sua vez, pauta-se no processo de mecanização e burocratização, que:

exige de quem se encontra submetido a ele um novo tipo de ajustamento. Para enfrentar quaisquer exigências que surgem em qualquer setor da vida, é preciso que, em certa medida, os próprios indivíduos se mecanizem e padronizem.

Quanto mais enfraquece a relação entre o destino de uma pessoa e o seu juízo autônomo, quanto mais se limita a possibilidade de optar pela realização de outra coisa que não seja a inclusão em organismos e instituições onipotentes, tanto melhores são as condições daqueles indivíduos que mais rapidamente abdicam de suas opiniões pessoais e de sua própria experiência, e que concebem o mundo da forma que melhor convém à organização que decide o seu porvir. A presunção de ter uma opinião pessoal sobre as coisas só se apresenta como um fator de perturbação. Não só a utilização de estereótipos e juízos de valor preestabelecidos permite que a vida se torne fácil e faz com que o interessado seja para os chefes uma pessoa digna de confiança, mas também possibilita uma orientação mais rápida e liberta da excessiva fadiga que está ligada à penetração das complexas relações da sociedade moderna (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 181).

Mas o que vem a ser a experiência e de que forma a sua pobreza atua nos casos de *bullying*? Benjamin (1989) aponta que a experiência sofreu algumas alterações estruturais e percebe isso ao analisar a receptividade da obra lírica de Baudelaire. Ele vai considerar que a experiência “é matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. Forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes, que afluem à memória” (BENJAMIN, 1989, p.105). A memória, para Benjamin, é historicamente determinada e, por esse fato, ela se relaciona com a experiência, assim, a experiência que não leva em consideração o fator histórico é transformada e, em seu lugar, ocorre algo de natureza complementar ou uma mera reprodução espontânea da experiência “inóspita e ofuscante da época da industrialização em grande escala” (BENJAMIN, 1989, p.105). O autor pondera que não há mais esperanças de realizar uma verdadeira experiência por meios naturais. Benjamin (1989) considera a memória conforme a noção proustiana, subdividida em memória involuntária e memória voluntária; a primeira é um ato contínuo e a segunda se atrela à cognição. A memória voluntária não guarda nenhum traço do passado em sua transmissão; esse tipo de memória está sujeita ao arquivamento daquilo a que se presta a atenção. A memória involuntária é aquela que, contém em si traços do passado e é despertada por um objeto material qualquer.

Segundo Benjamin (1989, p. 106), “as inquietações de nossa vida interior não têm, por natureza, este caráter irremediavelmente privado. Elas só o adquirem depois que se reduziram as chances dos fatos exteriores se integrarem à nossa experiência”. Ou seja, na medida em que o indivíduo não consegue mais perceber e ser afetado pelos fatos da realidade ocorre imediatamente um distanciamento entre eles. É justamente nesse espaço

que se alocam os estereótipos, porque eles prontamente vão determinar o modo como a realidade e os próprios indivíduos são percebidos. E aí não faz muito sentido falar em passado ou da tradição, porque os acontecimentos precedentes da história humana já não dizem mais das pessoas na contemporaneidade.

As experiências são transmitidas pela narrativa, forma de comunicação cuja intenção não é simplesmente transmitir um acontecimento, tal como ocorre na informação, pois na narrativa os acontecimentos são integrados à vida do narrador que os repassa aos ouvintes como experiências; todavia, nas narrativas “ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila” (BENJAMIN, 1989, p. 107) e, “Onde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdo do passado individual com outros do passado coletivo” (BENJAMIN, 1989, p. 107).

Benjamin (1989) procura definir melhor a noção de memória involuntária sob o prisma da teoria freudiana e, na compreensão de que há uma correlação entre ela e o consciente, formula a seguinte hipótese: segundo a teoria freudiana, o consciente aparece no lugar de um traço de memória e se caracteriza elementarmente porque o estímulo não deixa no consciente nenhum tipo de marca, tal como ocorre nos outros processos psíquicos, ou seja, o estímulo se esvai juntamente com a sua conscientização. Nesta perspectiva, considera que a conscientização e a permanência de um traço de memória são fenômenos incompatíveis entre si para um mesmo sistema; os traços de memória são comumente mais intensos e duradouros, se o processo pelo qual eles são recordados jamais chega ao consciente. Nisso, é que a experiência se torna algo que marca o sujeito enquanto algo que o afeta, assim, segundo o autor supracitado, e em concordância com a psicanálise freudiana, só se torna um componente da memória involuntária aquilo que não foi expressa e conscientemente vivenciado. A acumulação de traços de memórias a partir de processos estimuladores fica à cabo de outro sistema distinto da consciência, tendo em vista que o consciente não retém nenhum tipo de memória e sua atribuição é atuar na proteção contra estímulos. Convém lembrar que o meio cultural no qual estamos inseridos é de hiperestimulação, no entanto, isso exige dos indivíduos uma maior conscientização. E quanto mais conscientes ficam os indivíduos menos as vivências se integram à sua interioridade, quanto mais intensos são os estímulos, maior é o nível de conscientização e menor se torna a percepção deles e mais frequentemente o indivíduo responde autonomicamente a eles. A proteção contra os estímulos visa manter as energias próprias do organismo no empenho de preservá-las em suas formas específicas de conversão que são

operantes nele, e o choque apresenta uma ameaça àquelas, portanto, quanto mais os choques forem absorvidos pelo consciente menos eles terão um efeito traumático.

A recepção do choque é atenuada por meio de um treinamento no controle dos estímulos, para o qual tanto o sonho quanto a lembrança podem ser empregados, em caso de necessidade. Via de regra, no entanto, este treinamento – assim supõe Freud – cabe ao consciente desperto, que teria sua sede em uma camada do córtex cerebral, a tal ponto queimada pela ação dos estímulos que proporcionaria ‘à sua recepção as condições adequadas’. O fato de o choque ser assim amortecido e aparado pelo consciente emprestaria ao evento que o provoca o caráter de experiência vivida em sentido restrito. E, incorporando imediatamente este evento ao acervo das lembranças conscientes, o tornaria estéril para a experiência (BENJAMIN, 1989, p. 110).

As experiências, segundo Benjamin (1989), são reduzidas a vivências quando o contexto passa a exigir do indivíduo uma exacerbada atenção em detrimento do choque, provindo dos muitos estímulos do ambiente; o choque passa a influir na percepção, solicitando uma maior proteção do consciente. Na medida em que o consciente protege o indivíduo do choque menor fica a sua capacidade de reter as impressões do contexto, ou seja, menos o indivíduo percebe e, quanto menos ele percebe, menos ele internaliza sendo que este déficit é precisamente uma vivência. Todavia, se conforme Benjamin o consciente protege o indivíduo do choque e transforma o que ele experimenta em uma vivência que pode ser rememorada e isso não o afeta, então, constitui-se a alienação do indivíduo da realidade que ele vivencia na medida que ele tem de estabelecer uma relação mais espacial – exteriorizada – com a realidade em detrimento do contato com os estímulos provindos dela. Uma vez que está posta a cisão entre o indivíduo e a sociedade, o estereótipo passa a mediar a relação de ambos: a constituição do estereótipo possui determinações históricas, mas na cultura atual a história é suplantada – testemunhada pela transformação histórica da narrativa em informação e pelo empobrecimento da experiência – assim como ocorre no próprio cerne do estereótipo, ou seja, ele fixa e determina imediatamente os objetos e passa a mediar relações, consequentemente, ele obsta a possibilidade de experiência.

A noção da modificação da experiência em vivências – com a função de escudo que apara os choques – transforma a estrutura interna do indivíduo, que, em vias de defesa, coopta conscientemente o estímulo, impedindo, obstinadamente, a experiência, não em sua dimensão cultural, mas também psíquica. A adaptação do indivíduo nesse contexto de

estimulação⁶ constante se dá pela técnica e/ou por meio de seus artefatos, o que possibilita a Benjamin (1989, p. 125) afirmar que ela (a técnica) “submeteu, assim, o sistema sensorial a um treinamento de natureza complexa”. É neste sentido que Benjamin (1989) vai denunciar a pobreza de experiência em sua base material, dizendo que na indústria as etapas do trabalho são coisificadas e autônomas: o objeto a ser produzido entra no campo de ação de operário independente de sua vontade e foge dele da mesma forma arbitrária, portanto há:

Uniformidade da indumentária, do comportamento e, não menos importante, há uniformidade dos gestos. O sorriso – exemplo a dar o que pensar. E, presumivelmente, o que está subentendido no hoje familiar *keep smiling*, que atua no caso como um amortecedor gestual. – ‘Todo trabalho com a máquina exige [...] um adestramento prévio do operário’. Esse adestramento deve ser diferenciado na prática. Esta, decisiva apenas para o trabalho artesanal, ainda encontrava aplicação na manufatura. Com base na prática, ‘qualquer setor da produção encontra através da *experiência* uma forma técnica que lhe corresponda; e, *lentamente*, este setor a aperfeiçoa’ (BENJAMIN, 1989, p. 125).

Essa noção da adaptação do indivíduo ao contexto de estimulação é importante porque tanto anuncia a adaptação cega dos indivíduos conforme a lógica irracional da produção, como é pela técnica que é extirpada toda a possibilidade de experiência, assim, a mesma técnica usada para produzir objetos a serem consumidos é usada para formar os consumidores. Nesse sentido, se a imposição da técnica produz a mecanização dos homens, ela possui a sua eficiência máxima ao dificultar a experiência do indivíduo e fomentar os estereótipos, que podem ser compreendidos como uma simplificação do objeto assim como na indústria são simplificados e racionalizados os processos de produção. Portanto, não é o indivíduo que por experiência própria determina sua postura diante do objeto, mas ao contrário, é o objeto já determinado que suscita uma resposta imediata do indivíduo.

⁶ Benjamin, a partir de sua análise sobre o tema da multidão, na poesia lírica de Baudelaire situada na Paris do século XVIII, vai considerá-la como tema sutil mas não menos importante na obra do poeta. Assim, a experiência do indivíduo na multidão é tomada como uma experiência de choque. Nesse sentido, e tendo como pano de fundo o indivíduo na multidão sob a ótica de Baudelaire, versa sobre a imposição que o avanço técnico alcançou, modificando a relação entre os indivíduos que são comparados como seres mecanizados, ou seja, produtos dessa mesma imposição ‘tecnológica’ que sucede a estimulação constante. Benjamin (1989, p. 124) vai dizer que: “O conforto isola. Por outro lado, ele aproxima da mecanização seus beneficiários. Com a invenção do fósforo, em meados do século passado, surge uma série de inovações que tem uma coisa em comum: disparar uma série de processos complexos com um simples gesto. A evolução se produz em muitos setores; fica evidente entre outras coisas, no telefone, onde o movimento habitual da manivela do antigo aparelho cede lugar à retirada do fone do gancho. Entre os inúmeros gestos de comutar, inserir, acionar etc., especialmente o ‘click’ do fotógrafo trouxe consigo muitas consequências. Uma pressão do dedo bastava para fixar um acontecimento por tempo ilimitado. O aparelho como que aplicava ao instante um choque póstumo. Paralelamente às experiências ópticas desta espécie, sugeriram outras táteis, como as ocasionadas pela folha de anúncio dos jornais, e mesmo pela circulação na grande cidade. O mover-se através do tráfego implicava uma série de choques e colisões para cada indivíduo. Nos cruzamentos perigosos, inervações fazem-no estremecer em rápidas seqüências, como descargas de uma bateria”.

Segundo Benjamin (1989, p. 135), o indivíduo que possui dificuldades em ter experiências não possui nenhum consolo e é justamente em função dessa incapacidade que constitui-se a ira; “o irado não quer ouvir nada; seu protótipo Timon de Atenas se enfurece contra os homens indistintamente; ele não está mais em condições de discernir entre o amigo comprovado e o inimigo mortal”. Portanto, a pobreza de experiências, de um lado, modifica a percepção do sujeito que passa a não mais discernir e, do outro, aguça a ira dos indivíduos. Então é possível pensar que o indivíduo ‘irado’, com a sua percepção quase esgotada, somando-se a isso, treinado socialmente para responder por meio de gestos eficazes aos estímulos sem nada reter deles como forma de proteção, fica extremamente impulsionado à violência.

A ideia sobre a pobreza de experiências está presente em outro trabalho de Benjamin (1987, p. 115), chamado “Experiência e Pobreza”, em que o autor vai dizer que os indivíduos estão vivenciando experiências tão desmoralizantes que é impossível comunicá-las, tais como “a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, e a experiência moral pelos governantes”. Mas isso, segundo o autor, ocorre em detrimento do descomunal desenvolvimento da técnica sobrelevada aos homens e, nesta perspectiva, aponta que não adianta muito todo o patrimônio cultural se ela própria não se identifica mais com homens, ou melhor, se a experiência que a cultura possibilita não se vincula mais aos indivíduos.

A horrível mixórdia de estilos e concepções do mundo no século passado mostrou-nos com tanta clareza aonde esses valores culturais podem nos conduzir, quando a experiência nos é subtraída, hipócrita ou sorrateiramente, que é hoje em dia uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (BENJAMIN, 1987, p. 115).

O surgimento de nova barbárie, segundo Benjamin (1987, p. 116) se encontra no fato de que a nossa cultura não acolhe mais a tradição, impelindo os homens “a partir para a frente, a começar de novo, a contentar-se com o pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda”. E, neste cenário, o autor assevera que as pessoas procurarão libertarem-se de toda a experiência na ânsia de construir um mundo onde possam somente exibir a sua pobreza externa e interna e disso não há como resultar algo decente, porque, uma vez que o indivíduo é impulsionado a seguir para frente, ao mesmo tempo ele é impulsionado a não refletir. A ausência de reflexão caracteriza uma forma de pensamento estereotipado e, esse tipo de pensamento fixa e generaliza os dados sem a

mediação histórica. Isso leva o indivíduo a reproduzir indiscriminadamente a cultura na qual está inserido, sem, contudo, modificá-la. Por isso, formas históricas de opressão não foram superadas.

A homofobia representa essa forma de opressão histórica dos homossexuais que são considerados como seres humanos inferiores por não se adequarem aos ideais da sociedade. E a violência homofóbica é reinventada – apesar de não possui necessariamente a mesma motivação - na medida em que outros grupos minoritários como as pessoas transexuais ou travestis, se tornam expressivos na sociedade. A pobreza de experiência, nesse caso, é que na medida em que o estereótipo determina essas pessoas como desviantes ou imorais, qualquer contato mínimo que seja é impedido, essas pessoas são julgadas por algo determinado de fora e não através das impressões de um relacionamento interpessoal.

Na perspectiva da cultura enquanto produtora de barbárie, Adorno e Horkheimer (1985) vão situá-la como uma indústria que produz mercadorias que devem ser consumidas pelos indivíduos tendo como expoentes o cinema e a televisão e também o rádio e a música. Enquanto mercadoria, esses autores vão considerá-la paradoxal, ou seja, “ela está tão completamente submetida à lei da troca que não é mais trocada. Ela se confunde tão cegamente com o uso que não se pode mais usá-la” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 151). Neste aspecto, a indústria cultural é uma produtora de vivências, pois todos passam a ser condicionados por aquela indústria, posto que a reprodução do mundo, conforme a percepção quotidiana é uma regra da produção na indústria cultural. Adorno e Horkheimer (1985) tomam como exemplo o cinema cujo teor retratado passa a ser um prolongamento da rua, não havendo mais distinção de uma ou outra vivência. Como consequência desse condicionamento, os telespectadores passam a consumir indiscriminadamente tudo aquilo que a indústria lhes oferece. Na indústria cultural - que não se diferencia das formas de produção industrial, e, por estar intimamente atrelada à economia -, seus produtos exigem uma atenção redobrada e requer um trabalho de atenção constante:

Ultrapassando de longe o teatro de ilusões, o filme não deixa mais à fantasia e ao pensamento dos espectadores nenhuma dimensão na qual estes possam, sem perder o fio, passear e divagar no quadro da obra fílmica permanecendo, no entanto, livres do controle de seus dados exatos, é assim precisamente que o filme adentra o espectador entregue a ele para se identificar imediatamente com a realidade. Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos – e entre eles em primeiro lugar o mais característico, o filme sonoro – paralisam essas capacidades em virtude de sua própria constituição

objetiva. São feitos de tal forma que sua apreensão adequada exige, é verdade, presteza, dom de observação, conhecimentos específicos, mas também de tal sorte que proíbem a atividade intelectual do expectador, se ele não quiser perder os fatos que desfilam velozmente diante de seus olhos. O esforço, contudo, está tão profundamente inculcado que não precisa ser atualizado em cada caso para recalcar a imaginação. Quem está tão absorvido pelo universo do filme – pelos gestos, imagens e palavras –, que não precisa lhe acrescentar aquilo que fez dele um universo, não precisa necessariamente estar inteiramente dominado no momento da exibição pelos efeitos particulares dessa maquinaria (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 119).

A indústria cultural, atualmente, estimula o indivíduo ao uso compulsivo das redes sociais. Espaço onde a vida pode ser exibida e os momentos compartilhados, as redes sociais contribuem para a pobreza de experiências e para o condicionamento dos indivíduos: nas redes sociais é possível promover, vender, consumir, não obstante, nesta nova plataforma de comunicação, também é possível instigar a violência e os preconceitos, também é possível causar danos às pessoas. O *cyberbullying*, por exemplo, é uma modalidade de violência que possui como instrumento de ataque as redes sociais e os blogs pessoais da internet. Em contrapartida, as redes sociais também possibilitaram dar visibilidade e, em alguma medida, estimular o combate a formas de violência, principalmente, violências que foram historicamente perpetradas, como o machismo, o racismo e a homofobia.

As redes sociais estão mediando a relação entre as pessoas e, contudo, a própria relação delas com o mundo passa pelo filtro daquelas redes. É nesta perspectiva que fica aclarada a asserção de Benjamin (1989) quanto a que as pessoas não querem mais ter experiências, pois elas se contentarão em apenas ostentar o vazio interno e externo que possuem. Não obstante, Benjamin (1987) não desqualifica a pobreza de experiência, mas ao contrário, para ele, as vivências são expressáveis pelas artes ou pela arquitetura, por exemplo. Nessa abordagem, há o acolhimento do campo de tensão e contradição entre vivência individual e maneiras de expressão possibilitadas pela cultura, no entanto, ainda que as vivências sejam, por assim dizer, vazias, elas possuem forma e ainda assim comunicam algo.

Adorno (2008), num de seus aforismos do livro *Mimima Moralia – regressões –*, expõe como a experiência é algo que deixa marcas no indivíduo e que são possíveis de rememoração ao mesmo tempo em que se articula a reflexão e diferenciação da cultura; faz isso ao rememorar uma canção que ouvia quando criança. O conteúdo da canção versa

sobre um sono tranquilo sem a ameaça de um mendigo expulso por um cão. É neste sentido que o autor aponta para a frieza burguesa, que só descansa quando expulsa o outro na sua condição de miséria:

Enquanto ainda houver um mendigo, lê-se num fragmento de Walter Benjamin, ainda há o mito; só com o desaparecimento do último mendigo o mito seria reconciliado. Será, no entanto, que então a violência mesma não seria esquecida como no suave adormecer da criança? Não será que afinal o desaparecimento do mendigo indenizaria tudo que lhe foi infligido sem indenização possível? Não será que em toda a perseguição pelos homens, que com cachorrinho açulam toda a natureza contra o mais fraco, se esconde a esperança de que seja apagado o último traço de perseguição, que é ela mesma parcela da natureza? Não seria o mendigo expelido da civilização protegido na sua pátria, que está liberada da maldição da terra? “Fica tranquilo, o mendigo já vem” (ADORNO, 2008, p. 196).

Neste cenário Adorno (2008) aponta que não é possível uma reconciliação quer seja entre o mito e a razão ou entre a civilização e o indivíduo enquanto houver a dominação. Os questionamentos que ele levanta apontam para o fato de que a reconciliação se pauta na violência, na perseguição, ou seja, torna-se também o exercício da dominação de uns homens sobre os outros. A permanência do mendigo, ao contrário, apontaria para a contradição da sociedade e para o conflito dela com os indivíduos. Assim, é na existência do conflito que reside a possibilidade de transformação da sociedade no intuito de que ela esteja a favor dos homens:

Desde que me lembro deixou-me feliz a canção: “Entre a montanha e o vale bem profundo”. É sobre duas lebres que se refestelavam na grama, caíram sob os tiros do caçador e quando perceberam que ainda estavam vivos, sumiram dali. Mas, foi só bem mais tarde que compreendi do que se tratava: a razão somente consegue suportar o mundo no desespero e no excesso; é necessário o absurdo para não sucumbir à ânsia objetiva. Dever-se-ia fazer como as duas lebres; vindo o tiro, cair duro como morto, recuperar-se e tomar consciência e, tendo fôlego, sumir dali. Ser capaz de medo e de felicidade é o mesmo: a abertura para a experiência ilimitada e estendida até o sacrifício de si, na qual quem está em vias de sucumbir se reencontra. Que felicidade seria aquela que não se medisse na incomensurável tristeza do ser? Pois o curso do mundo é perturbado. Quem se adapta cuidadosamente a ele torna-se partícipe da insânia, enquanto só o excêntrico se manteria inteiro e poria freio na loucura. Só a ele seria dada a lembrança da aparência da desgraça, da “irrealidade do desespero”, e o dar-se conta não só de que ainda vive, mas de que ainda há vida. A astúcia das frágeis lebres redime junto com elas mesmas o caçador, da qual surrupiam a culpa (ADORNO, 2008, p. 196).

Neste trecho do aforismo, Adorno considera que a possibilidade da experiência não isenta de sofrimento e de dor, mas permite ao indivíduo transformar a si e o mundo na medida em que consegue absorver e elaborar racionalmente os estímulos da realidade. Assim, a experiência possibilita chegar a uma compreensão da realidade deturpada pela razão da dominação.

Diante do exposto, é possível observar uma distinção no que diz respeito às formas de compreender a experiência ou o seu substrato pelo impacto cultural. Em Benjamin (1987), a redução da experiência a vivências leva-nos a refletir que os indivíduos reproduzem a cultura em vez de também transformá-la, na medida em que apenas vivenciam a realidade; isso sugere um caráter de apaziguamento entre a cultura e o indivíduo. As vivências, em seu cerne, já apontam para a unilateralidade da formação cultural: a perpetuação da cultura e o distanciamento dos fins humanos. Contrário ao caráter de apaziguamento Adorno (2008) deixa em suspensão as vivências, ainda que elas sejam testemunhas do horror, para que delas surja algo como experiência. Nesse caso, o excêntrico, expressão da experiência negada, mas não inteiramente aniquilada, rompe com a estereotipia às quais as vivências estão condicionadas pela cultura.

Adorno e Horkheimer (1985) vão pontuar que as experiências impedidas contribuem para que as pessoas se tornem ignorantes, isto porque o desenvolvimento da inteligência depende das experiências. Para os autores supracitados, o impedimento das experiências é uma violência que marca o corpo e o espírito, pelo ferimento físico e pelo medo, respectivamente, porque, ao que sugerem, ter experiências não significa ficar isento de possíveis angústias, ou seja, as experiências retiram a proteção do consciente e o choque afeta o indivíduo retirando-o de seu habitual conforto. “A repressão das possibilidades pela resistência imediata da natureza ambiente prolongou-se interiormente, com o atrofiamento dos órgãos pelo medo” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 239). Assim, o medo internalizado passa a reprimir, no indivíduo, as possibilidades de experiências, ou seja, a evitação delas é autorregulada pelo medo em detrimento de uma adaptação ao contexto:

A burrice é uma cicatriz. Ela pode se referir a um tipo de desempenho entre outros, ou todos, práticos e intelectuais. Toda burrice parcial de uma pessoa designa um lugar em que o jogo dos músculos foi, em vez de favorecido, inibido no momento do despertar. Com a inibição, teve início a inútil repetição de tentativas desorganizadas e desajeitadas. As perguntas sem fim da criança já são sinais de uma dor secreta, de uma primeira questão para a qual não encontrou resposta e que não sabe formular corretamente. A repetição lembra em parte à vontade lúdica, por exemplo do cão que salta sem parar em frente a porta que

ainda não sabe abrir, para afinal desistir, quando o trinco está alto demais; em parte obedece a uma compulsão desesperada, por exemplo, quando o leão em sua jaula não para de ir e vir, e o neurótico repete a reação de defesa, que já se mostrara inútil. Se as repetições já se reduziram na criança, ou se a inibição foi excessivamente brutal, a atenção pode se voltar numa outra direção, a criança ficou mais rica de experiências, como se diz, mas frequentemente, no lugar onde o desejo foi atingido, fica uma cicatriz imperceptível, um pequeno enrijecimento, onde a superfície ficou insensível. Essas cicatrizes constituem deformações. Elas podem criar caracteres, duros e capazes, podem tornar as pessoas burras – no sentido de uma manifestação de deficiência, da cegueira e da impotência, quando ficam apenas estagnadas, no sentido da maldade, da teimosia e do fanatismo, quando desenvolvem um câncer em seu interior. A violência sofrida transforma a boa vontade em má. E não apenas a pergunta proibida, mas também a condenação da imitação, do choro, da brincadeira arriscada, pode provocar essas cicatrizes (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 240).

Então, para Adorno e Horkheimer (1985) outras formas pelas quais uma experiência pode ocorrer são também obstadas, pois em nossa cultura há a censura do choro, da imitação e a brincadeira arriscada; isso são expressões, conforme nos convida a pensar Benjamin (1987), de uma cultura que impele os indivíduos, abrupta e desesperadamente, a seguir em frente.

Justamente nesta cultura que dificulta as possibilidades de experiência é que surge, em seu âmago, a violência. Na medida em que o estereótipo medeia e estabelece a relação dos indivíduos entre si, por estar calcado na padronização, facilita o processo de assimilar cognitivamente o que é considerado como estranho, mas sem a tentativa de torná-lo familiar, pois o movimento é inverso, ou seja, pelo estereótipo o que é percebido como estranho passa a ser considerado como ameaça, já que não houve a experiência resta o preconceito. No *bullying*, pela justificativa da agressão ser cognitivamente menos elaborada, por se fundamentar em padrões sociais mais genéricos, mas não menos estereotipados, ocorre a internalização da repressão, portanto, o indivíduo passa a balizar a sua atitude pelo medo em detrimento de sua adaptação ao contexto; assim, na ausência de um motivo que justifique a agressão, tudo passa a ser motivo para agredir. Benjamin (1987), ao refletir sobre a obra de arte numa época em que sua reprodutibilidade se torna regra, vai dizer que:

No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transformam ao mesmo tempo que seu modo de existência. O modo pelo qual se organiza a percepção humana, o meio em que ela

se dá, não é apenas condicionado naturalmente, mas também historicamente (BENJAMIN, 1987, p. 169).

Se a percepção humana é condicionada conforme o meio no qual o indivíduo está inserido, não deixa de ser verdade que, na contemporaneidade, a percepção esteja voltada para os estereótipos, e a forma pela qual ele representa o mundo e as pessoas, dificultando a experiência e fomentando esta cultura de barbárie, que leva os indivíduos a não internalizar e refletir sobre as suas vivências. Benjamin (1987) considera que as obras de arte possuem uma aura⁷. A aura é a singularidade da obra, composta por elementos espaciais e temporais. A aura faz perceber o único de algo, por mais perto que o objeto esteja. Mas há alguns fatores sociais que incorrem no declínio da aura da obra de arte sob duas circunstâncias: fazer as coisas ficarem mais próximas que remete à ideia de integração e, portanto, é a não diferenciação da obra de arte mas a sua reprodução e consumo por meio da indústria cultural e a necessidade de possuir o objeto, que, em suma é a violenta posse no qual o objeto é apropriado pelo indivíduo, cujo intuito reduzi-lo para que possa ser ofertado de forma transitória e repetitiva. Benjamin (1987, p. 170) afirma que “retirar o objeto do seu invólucro, destruir a sua aura, é característica de uma forma de percepção cuja capacidade de captar ‘o semelhante no mundo’ é tão aguda, que graças à reprodução ela consegue captá-lo até no fenômeno único”. Ora, é justamente isso que o estereótipo enquanto mediador nas relações humanas faz com os indivíduos, retira-lhes a aura.

4.2 ESTEREÓTIPO: DIFERENCIANDO SUA FUNÇÃO NO PRECONCEITO E NO BULLYING

O intento dessa seção é tratar com mais especificidade o estereótipo, descrevendo sua função, sua constituição e sua reprodução. O estereótipo possui maiores considerações em relação com o preconceito, por isso elas serão descritas no âmbito do preconceito, para, em seguida, relacioná-lo com o *bullying*. A partir disso, serão considerados os elementos de sua ocorrência numa e noutra forma de violência, com o intuito de alcançar uma diferenciação.

Segundo Allport (1971), os estereótipos compõem a constelação do preconceito. Eles sozinhos não explicam o preconceito, mas servem como justificativa; são como imagens inerentes a um grupo social. A formação de uma representação mental provém de

⁷ Conforme Benjamin conceitua, a aura é: “uma figura singular, composta por elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que esteja. Observar, em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre nós, significa respirar a aura dessas montanhas, desse galho” (BENJAMIN, 1987, p. 170).

uma vivência repetida com alguma classe de objetos. Essa imagem ainda não se configura como estereótipo; é um juízo generalizado acerca dessa classe.

Um estereótipo é composto por elementos de seleção, de acentuação e de fixação; é estabelecido em contradição com os fatos da realidade e generalizado pela função da memória e pela acentuação seletiva. Os estereótipos não se baseiam exclusivamente em dados da realidade (ALLPORT, 1971), por exemplo: o estereótipo dos homossexuais como sendo todos “afeminados” ocorre em parte, porque a representação social internalizada pelas pessoas equipara o homem à mulher no ato sexual homossexual, ocorre também devido ao fato de que tanto as mulheres quanto os homossexuais são vítimas de uma sociedade machista.

A acentuação seletiva pode ser compreendida como a percepção condicionada pela cultura, conforme Benjamin (1987) considerou como um dos elementos que propiciam o declínio da aura. É como se fosse uma percepção que capta e fixa o semelhante ao mesmo tempo em que nega a diferenciação. Dessa forma, a generalização atua como a violenta apropriação à qual os indivíduos são tomados na estereotipização, concordando com a necessidade social de possuir o objeto para reproduzi-lo.

Para Allport (1971), alguns estereótipos se baseiam em fatos da realidade enquanto outros desenvolvem-se pela acentuação e pela generalização excessiva dos fatos. Mas, uma vez consolidados, os estereótipos fazem com que as pessoas interpretem os eventos futuros com base nas categorias cognitivas já existentes. Conforme Allport (1971), a internalização dos estereótipos é um fator de perturbação dos juízos racionais mais simples; o autor exemplifica: foi perguntado para algumas crianças a que grupo (chineses, indianos, holandeses, negros ou franceses) pertencia um garoto que sempre estava ocioso e que gostava mais de brincar do que de trabalhar, além do mais foi dito que esse garoto era muito preguiçoso; a maioria das crianças responderam que o garoto era negro (ALLPORT, 1971, p. 215). Nesse exemplo dado pelo autor é possível perceber que os estereótipos são construções sociais acerca das pessoas que pertencem há algum grupo minoritário; assim, as crianças reproduziram os estereótipos vigentes:

El estereotipo en si no es el núcleo central del concepto. Sin embargo, opera de modo tal que impide el pensamiento diferenciado acerca del concepto. El estereotipo actúa, a la vez, como un recurso justificatorio para la aceptación o el rechazo categórico de un grupo y como un recurso selectivo o “pantalla”, que

asegure el mantenimiento de la simplicidad en la percepción y en el juicio (ALLPORT, 1971, p. 216)⁸.

Uma vez que os estereótipos são compreendidos como estruturas cognitivas que servem tanto para categorizar quanto para embasar outras vivências, impedem o pensamento diferenciado e confirmam, assim, o propósito da formação cultural de promover a identidade entre cultura e indivíduo, de forma que este passa a reproduzir àquela e os seus ideais.

Conforme Allport (1971), quer sejam os estereótipos favoráveis ou desfavoráveis, eles são uma crença exagerada associada a uma categoria ou a um grupo. Para o autor, os estereótipos complementam o enredo do preconceito: estruturação cognitiva (designam um modo de pensar); fator social (produz as diferenças e separa as pessoas em classes, grupos, etc) e linguagem (conjunto de signos e símbolos). Assim, os estereótipos são ideias, no sentido de uma representação mental das categorias sociais. Eles são imagens fixas que acompanham as ideias e as sobrecarregam de juízo de valor. Nesse sentido, Allport (1971) considera que a função dos estereótipos é justificar a austeridade em relação a esse grupo, sendo que essas justificativas são racionalizações:

Lo que ocurre, evidentemente, es que la gente a la que les disgustan los judíos (por razones más profundas) adhieren a cualquier estereotipo que pueda justificar ese desagrado, sean esos estereotipos compatibles o no. Sean lo que fueren los judíos, hagan lo que hicieren, el prejuicio encuentra su racionalización en algún presunto aspecto de la “esencia judía”. (ALLPORT, 1971, p. 219).⁹

Para Allport (1971), os estereótipos atuam como um elemento facilitador para aceitação ou para repulsa de um grupo ou de membro dele, além de atuar e como um recurso seletivo, no qual as pessoas usam como projeção. Dessa forma, se o estereótipo designa características comuns ao endogrupo, ele atua como facilitador para aceitação do membro; caso contrário, designa características que não correspondem às do endogrupo. Os estereótipos atuam como justificativas para a hostilização, sendo essa uma projeção sobre os membros do exogrupo. Allport (1971) considera que só é possível diferenciar o

⁸ O estereótipo em si não é o núcleo central do conceito. Porém, opera de tal modo que impede o pensamento diferenciado acerca do conceito. O estereótipo atua, ao mesmo tempo, como justificativa para aceitação ou rejeição categórica de um grupo e como um recurso seletivo ou “tela”, que garante a manutenção da simplicidade na percepção e no julgamento (tradução nossa).

⁹ O que acontece, é claro, é que as pessoas que não gostam de judeus (por razões mais profundas) aderem a qualquer estereótipo que possa justificar essa antipatia, sejam elas compatíveis ou não. Quaisquer que sejam os judeus, o que quer que eles façam, o preconceito encontra sua racionalização em algum aspecto presumido da “essência judaica” (tradução nossa).

estereótipo de uma a generalização (como os dados de uma pesquisa) quando há evidências das reais diferenças entre os grupos.

Os estereótipos são modificados ao longo do tempo, por exemplo. Allport (1971) aponta que a única diferença dos judeus em relação aos cristãos era a religião, que se expressava nos costumes específicos desses dois grupos. No entanto, com o decorrer do tempo, essa diferença foi suplantada e em seu lugar surge a ideia dos judeus como pessoas que visam o dinheiro – ideia que reforça o caráter de alienação presente nos estereótipos e também aponta para o seu fator ideológico.

Os estereótipos também admitem o caráter contraditório daquilo que designam desde que justifiquem a opressão em relação a um grupo; nesse sentido, o autor exemplifica com o estudo de A Personalidade Autoritária, elaborado por Adorno et. al. em 1950. No que tange ao antissemitismo, no estudo sobre a personalidade autoritária, a escala apresentava ideias contrárias em relação aos judeus (de terem espírito de clã e de intervirem em assuntos da comunidade não judaica); assim, Allport (1971) considera que desde que o estereótipo sirva para justificar a austeridade sobre um grupo, a contradição de ideias que o compõe são aceitas, todavia, essas ideias dificilmente são reais. O fator condicionante das justificativas é o ambiente e o que ele exige de conduta do indivíduo. Diante disso, podemos perceber que os estereótipos são ideológicos e o que eles justificam é o exercício da dominação.

De acordo com Allport (1971, p 222), os indivíduos do endogrupo também possuem estereótipos mútuos e com relação a si mesmos. Isso ocorre porque a pressão cultural é tão forte que os membros do endogrupo encaram a si mesmos pela ótica com que veem os outros grupos. E, de forma similar, um grupo minoritário pode ter estereótipos em relação a outro grupo minoritário. Para Allport (1971), a estereotipização no endogrupo é a expressão do narcisismo das pequenas diferenças, tal como Freud conceitua.

Freud (1976), no texto Psicologia de grupo e análise do ego, considera a hostilidade que perpassa as relações humanas. Assim, quando a hostilidade se dirige às pessoas próximas e amadas pelo indivíduo, é a expressão de uma ambivalência de sentimentos ocasionada por interesses distintos. Em relação à hostilidade destinada a outras pessoas, ou seja, aquelas que não fazem parte do círculo afetivo dos indivíduos, Freud (1976, p. 129) considera que:

Nas antipatias e aversões indisfarçadas que as pessoas sentem por estranhos com quem têm de tratar, podemos identificar a expressão do amor a si mesmo, do narcisismo. Esse amor a si mesmo trabalha para a preservação do indivíduo e

comporta-se como se a ocorrência de qualquer divergência de suas próprias linhas específicas de desenvolvimento envolvesse uma crítica delas e uma exigência de sua alteração.

Devine (1989) considera a existência de divergências teóricas em relação ao conceito de estereótipo. A autora aponta que, para alguns teóricos, eles (os estereótipos) são o componente cognitivo das atitudes preconceituosas; para outros teóricos, são funcionais para o indivíduo e permitem a racionalização do preconceito contra um grupo. Além disso, ela aponta ainda que outros teóricos contemporâneos compreendem o preconceito como uma consequência inevitável resultante do processo de categorização. Essa última sugere que o estereótipo é o principal elemento do preconceito e que são aplicados automaticamente aos membros de um grupo minoritário. Devine (1989, p. 5) concorda que: “Ehrlich (1973) argued, ethnic attitudes and stereotypes are part of the social heritage of a society and no one can escape learning the prevailing attitudes and stereotypes assigned to the major ethnic groups.”¹⁰

Nesse sentido, Devine (1989) identifica uma diferença entre o conhecimento de um estereótipo social e a aceitação ou endosso do mesmo. Isso quer dizer que alguém pode conhecer o estereótipo do negro por exemplo e, ainda assim, não concordar com esse estereótipo ou que a existência do estereótipo de um grupo não implique em preconceito em relação àquele. Os estereótipos e as crenças pessoais são estruturas cognitivas distintas, apesar de se entrelaçarem, e representam parte de toda uma base de conhecimento sobre um grupo.

As crenças são proposições tomadas pelo indivíduo como verdadeiras e são endossadas por ele, além de se diferenciarem do conhecimento que se tem de um grupo ou da reação afetiva de alguém em relação ao grupo. Assim, para Devine (1989, p. 6), na medida em que “to the extent that stereotypes and personal beliefs represent different and only potentially overlapping subsets of information about ethnic or racial groups, they may have different implications for evaluation of and behavior toward members of the ethnic and racial groups”¹¹.

¹⁰ Ehrlich (1973) argumentou que atitudes e estereótipos étnicos fazem parte do patrimônio social de uma sociedade e ninguém pode escapar de aprender as atitudes e estereótipos predominantes atribuídos aos principais grupos étnicos.

¹¹ Na medida em que estereótipos e crenças pessoais representam subconjuntos diferentes e somente potencialmente sobrepostos de informações sobre grupos étnicos ou raciais, eles podem ter implicações diferentes para avaliação e comportamento em relação aos membros dos grupos étnicos e raciais (tradução nossa).

Com base nessa compreensão cognitiva dos estereótipos, Devine (1989) distingue o processamento de informação em processos automáticos e processos controlados. Os processos automáticos são, em grande parte, involuntários e envolvem a ativação não intencional, por meio da memória, de conjuntos de associações; eles são iniciados pela presença do estímulo no ambiente, são inevitáveis e ocorrem independente da tentativa de ignorá-los. Os processos controlados são intencionais e dependem de um estado de atenção do indivíduo, são mais flexíveis que os processos automáticos e são utilizados na tomada de decisões, solução de problemas e início de novos comportamentos. Esses processos operam de forma independente um do outro. Devine (1989, p. 6) pontua que:

The dissociation of automatic and controlled processes may provide some theoretical leverage for understanding the role of stereotypes and personal beliefs in responses to members of racial or ethnic groups. In the model proposed, interest centers on the conditions under which stereotypes and personal beliefs are activated and the likelihood that personal beliefs overlap with the cultural stereotype. There is strong evidence that stereotypes are well established in children's memories before children develop the cognitive ability and flexibility to question or critically evaluate the stereotype's validity or acceptability (Allport, 1954; P. Katz, 1976; Porter, 1971; Proshansky, 1966). As a result, personal beliefs (i.e., decisions about the appropriateness of stereotypic ascriptions) are necessarily newer cognitive structures (Higgins & King, 1981). An additional consequence of this developmental sequence is that stereotypes have a longer history of activation and are therefore likely to be more accessible than are personal beliefs. To the extent that an individual rejects the stereotype, he or she experiences a fundamental conflict between the already established stereotype and the more recently established personal beliefs¹².

Assim, Devine (1989) presume que, devido às mesmas experiências de socialização, as pessoas com alto e baixo preconceito são conhecedoras dos estereótipos culturais em relação aos grupos minoritários e, como os estereótipos compõem o arsenal cognitivo das

¹² A dissociação de processos automáticos e controlados pode fornecer alguma alavancagem teórica para entender o papel dos estereótipos e crenças pessoais nas respostas aos membros de grupos raciais ou étnicos. No modelo proposto, o interesse centra-se nas condições sob as quais os estereótipos e crenças pessoais são ativados e a probabilidade de que as crenças pessoais se sobreponham ao estereótipo cultural. Existem fortes evidências de que os estereótipos estão bem estabelecidos nas memórias das crianças antes que elas desenvolvam a capacidade cognitiva e a flexibilidade de questionar ou avaliar criticamente a validade ou aceitabilidade do estereótipo (Allport, 1954; P. Katz, 1976; Porter, 1971; Proshansky, 1966). Como resultado, crenças pessoais (ou seja, decisões sobre a adequação de atribuições estereotipadas) são necessariamente estruturas cognitivas mais novas (Higgins & King, 1981). Uma consequência adicional dessa sequência de desenvolvimento é que os estereótipos têm um histórico mais longo de ativação e, portanto, provavelmente serão mais acessíveis do que as crenças pessoais. Na medida em que um indivíduo rejeita o estereótipo, ele ou ela experimenta um conflito fundamental entre o estereótipo já estabelecido e as crenças pessoais mais recentemente estabelecidas (tradução nossa).

peessoas, eles são ativados automaticamente na presença de um membro daqueles. Portanto, pessoas com baixo e alto preconceito perceberão o alvo de preconceito a partir do estereótipo cultural no qual esse alvo é fixado. A caracterização das pessoas em alto ou baixo preconceito, foi medida pela escala de “Racismo Moderno”, que é um questionário do tipo Likert, composta por quatorze asserções; ela mede o preconceito racial em cinco dimensões da vida social. Considera-se que as crenças pessoais em relação aos negros são diferentes nas pessoas com alto ou baixo preconceito: nas pessoas com alto preconceito, as crenças pessoais são concernentes com os estereótipos; enquanto nas pessoas com baixo preconceito as crenças pessoais sobressaem aos estereótipos – é como um conflito entre crenças pessoais e estereótipo. Como resultado desse conflito, as crenças em valores igualitários prevalece ante o estereótipo; sendo que esse conflito só ocorre porque a pessoa criou uma estrutura cognitiva concernente com suas crenças pessoais. A autora pondera também que os estereótipos são processos automáticos enquanto a ativação das crenças são processos controlados, ou seja, requer atenção consciente do indivíduo, o que sugere que o conhecimento sobre um estereótipo pode influenciar as respostas dos indivíduos, mesmo para aqueles que baseiam seu comportamento conforme suas crenças pessoais. Por fim, acrescenta que diante de um membro de um grupo minoritário e alvo de preconceito, os estereótipos são ativados na memória do observador e torna outras características associadas ao alvo altamente acessíveis para processamento futuro, o que pode ser grave, principalmente quando o conteúdo do estereótipo é negativo.

De forma a testar esses argumentos, Devine (1989) elaborou três estudos distintos. Em suma, o primeiro tinha como objetivo examinar o conhecimento dos sujeitos de alto e baixo preconceito em relação aos estereótipos dos negros e foi descoberto que o preconceito tem pouco efeito nos relatos diretos do conteúdo dos estereótipos, mas os sujeitos da pesquisa foram instruídos a não manifestá-los durante a avaliação. O segundo estudo examinou a iniciação automática dos estereótipos nos indivíduos com alto e baixo preconceito. O resultado obtido levou à constatação que quando um estereótipo é ativado e a capacidade de monitorar conscientemente a ativação dele é ignorada, as respostas dos indivíduos refletem a estrutura cognitiva mais antiga de ativação – os estereótipos –, sendo que esses são culturalmente definidos e internalizados. Para Devine (1989), apesar dos estereótipos se correlacionarem com atitudes de hostilização em relação ao alvo do preconceito, eles não necessariamente se relacionam com as crenças pessoais dos indivíduos. Com isso, o estereótipo não necessariamente é precursor de preconceito. Por fim, o último estudo examinava as crenças dos indivíduos com alto e baixo preconceito, de

forma que fosse possível captar a congruência ou discrepância entre as crenças pessoais e os estereótipos. A conclusão foi que os sujeitos de baixo preconceito expressavam suas crenças em oposição aos estereótipos dos negros e que os sujeitos com alto preconceito afirmavam suas crenças concernentes com os estereótipos dos negros.

De forma geral, Devine (1989, p. 15) considera que os estudos concluíram que os estereótipos são ativados automaticamente e que se tornam independentes das atitudes ou crenças individuais, portanto, as respostas que os sujeitos emitem diante do alvo aparentemente concordam com o preconceito. No entanto, isso não significa que todas as pessoas sejam preconceituosas, elas são vítimas de terem uma capacidade de processamento limitada “Inhibiting stereotype-congruent or prejudice-like responses and intentionally replacing them with non-prejudiced responses can be likened to the breaking of a bad habit ¹³” (p. 15).

Devine (1989, p. 16) sustenta que os estereótipos são estruturas tão arraigadas na mentalidade das pessoas, que por mais que as pessoas com baixo preconceito tenham mudado sua opinião em relação aos grupos-alvo, os estereótipos não foram eliminados da memória. Para que seja possível uma mudança nos padrões de processamento e, conseqüentemente, de conduta em relação aos negros, a autora aponta que: “(...) before the newer beliefs and attitudes can serve as a rival, the strong association between the previously learned negative attitude and Blacks will have to be weakened and the association of Blacks to the new non-prejudiced attitudes and beliefs will have to be made stronger and conscious ¹⁴” (p. 16).

Bernardes (2003, p. 307) questiona: “se o processo de estereotipização é tão natural e espontâneo como as investigações têm documentado, podem indivíduos bem-intencionados que desejam evitar o uso dos estereótipos consegui-lo?”. Para a autora, pesquisas recentes tem demonstrado que as tentativas de controle mental dos estereótipos não são tão eficazes para combater o preconceito. Considera ainda que:

Os estereótipos, porém, são uma faca de dois gumes. Por um lado, como vimos, são ferramentas conceituais que ajudam o agente social a perceber o complexo mundo social (Macrae, Stangor & Milne, 1994). Por outro lado, os estereótipos podem ter implicações nefastas, sobretudo para quem é vítima da sua utilização. Basta reportarmo-nos às situações em que, por exemplo, um

¹³ Inibir respostas estereotipadas congruentes ou semelhantes a preconceitos e substituí-las intencionalmente por respostas não preconceituosas pode ser comparado à quebra de um mau hábito (tradução nossa).

¹⁴ “(...) antes que as novas crenças e atitudes possam servir como rival, a forte associação entre a atitude negativa previamente aprendida e os negros terá que ser enfraquecida e a associação dos negros com as novas atitudes e crenças sem preconceitos terá que ser fortalecida e consciente (tradução nossa).

desconhecido é considerado «perigoso», simplesmente por pertencer a um determinado grupo social (e.g., «negros») (BERNARDES, 2003, p. 308).

Para Bernardes (2003), por mais que exista a possibilidade de controlar a emissão de estereótipos, a questão principal é o pensamento categorial, pois ele é ao mesmo tempo problemático e com efeitos prejudiciais e um facilitador para a vida social.

Bernardes (2003) aponta que há um modelo de supressão dos pensamentos, segundo o qual operam dois processos cognitivos distintos quando as pessoas tentam evitar determinado tipo de pensamento. O primeiro processo é o de monitorização de pensamentos: a pessoa monitora os seus pensamentos conscientes de forma a encontrar o pensamento que deve ser suprimido. Simultâneo ao processo de monitorização opera o segundo processo cognitivo, cujo objetivo é a reorientação da consciência para, de fato, suprimir ou afastar esse pensamento indesejado focando noutro pensamento que promova certa distração. Sobre este modelo, a autora pontua que o primeiro processo opera de forma automática e eficiente, ao passo que o segundo requer recursos cognitivos para ser realizado. Assim, de acordo com Bernardes (2003), monitorar os pensamentos é algo que pode ser efetuado por qualquer pessoa, de forma eficiente, porque não depende das capacidades cognitivas dos indivíduos. No entanto, substituir os pensamentos é algo que requer uma capacidade cognitiva mais elaborada. Dessa forma, na medida em que as pessoas tentam suprimir um pensamento indesejado, ocorre a hiperacessibilidade daquele: “um dos aspectos irónicos da supressão de pensamentos é que quanto mais os indivíduos tentam suprimir um tipo de pensamento, maior a acessibilidade desses pensamentos em tarefas posteriores.” (BERNARDES, 2003, p. 309).

Controlar os processos mentais de forma a inibir o pensamento categorial, ou seja, evitar o uso de estereótipos, leva à hiperacessibilidade do pensamento que se deseja suprimir, isso quer dizer que quanto mais os indivíduos tentam controlar o pensamento estereotípico mais essa forma de pensamento será empregada em tarefas no futuro: “Se o sujeito estiver sem recursos cognitivos, sob pressão do tempo, distraído, ou sem motivação para suprimir os estereótipos, então é natural que a supressão do pensamento não apenas falhe, mas resulte em seu oposto” (BERNARDES, 2003, p. 309). A hiperacessibilidade do pensamento estereotípico é denominado efeito ricochete do estereótipo.

Bernardes (2003) revisa algumas pesquisas sobre o efeito ricochete do estereótipo; dentre elas, a realizada por Macrae et al. (1994). Nessa pesquisa, foi solicitado aos participantes que escrevessem um parágrafo sobre um *skinhead*. Os participantes foram divididos em dois grupos, sendo que um deles recebeu a orientação de não pensar em

estereótipos no momento em que fossem escrever o parágrafo, enquanto que o outro grupo não recebeu nenhuma orientação. Os pesquisadores observaram que as orientações foram eficazes, sendo assim, todos os participantes do grupo de supressão dos estereótipos escreveram parágrafos com menos estereótipos, enquanto que o grupo de controle, ou seja, aquele que não recebeu nenhuma orientação, foi muito mais expositivo em relação aos estereótipos do *skinhead*. Posteriormente, foi solicitado ao grupo de supressão do estereótipo que escrevessem um outro parágrafo em relação a outro *skinhead* e não houve nenhum tipo de orientação em relação a inibição de estereótipos. Os pesquisadores observaram o efeito ricochete do estereótipo nessa tarefa, sendo que, em comparação com o grupo controle do experimento anterior, o grupo de supressão na segunda tarefa apresentou um número relativamente maior de estereótipos.

Outro estudo que demonstra o efeito ricochete do estereótipo citado por Bernardes (2003) foi o realizado por Macrae, Bodenhausen e Milne (1998). Nesse estudo, levou-se em consideração que, na vida social, raramente as pessoas recebem instruções para suprimir os estereótipos, contudo, seria importante identificar situações naturais que facilitem as tentativas de suprimir os estereótipos. Assim, propuseram conhecer se o efeito ricochete seria observado numa situação em que a intenção de suprimir o estereótipo fosse, ao invés de estimulada, ativada espontaneamente através de pistas situacionais. Concluíram que nas situações em que o indivíduo tem um elevado nível de atenção autodirigida, a tentativa de suprimir os estereótipos pode ocorrer, uma vez que essa atenção autodirigida salienta as crenças pessoais, as quais, por sua vez, podem ser contrárias aos estereótipos. O mesmo não ocorre numa condição onde a atenção autodirigida é baixa, nesses casos há o efeito ricochete do estereótipo.

Bernardes (2003) conclui que os estereótipos podem voltar à consciência do indivíduo quando é solicitada a supressão dos estereótipos. O efeito ricochete do estereótipo observado indica que a supressão dos pensamentos pode ser uma estratégia ineficaz de controle mental, pois aumenta a acessibilidade ao estereótipo, que deveria ser evitado. Para a autora, os estereótipos são contrários aos ideais sociais, que são calcados em crenças de justiça e de igualdade com vistas a uma convivência social harmônica entre as pessoas.

Sobre os estereótipos que definem os homossexuais, Nunan, Jablonski e Féres-Carneiro (2010) são aqueles que colocam essa população como inferiores e com desvios morais. Para essas autoras, os estereótipos são mantidos pelas instituições sociais, tal como a família, a escola e o próprio Estado. Na medida em que são internalizados, sobretudo na

primeira infância, as pessoas que são definidas pelos estereótipos incorporam-nos à sua autoimagem. Assim, a hostilidade que inicialmente parte de uma organização social passa a ser autoinfligida.

Em outras palavras, pode-se dizer que quando o estereótipo é muito forte ou pernicioso, membros do grupo alvo tendem a aceitá-lo e incorporá-lo à sua autoimagem, fazendo com que sentimentos negativos com relação à própria orientação sexual sejam generalizados para o *self* como um todo” (NUNAN, JABLONSKI E FÉRES-CARNEIRO, 2010, p. 255).

A internalização dos próprios estereótipos por homossexuais – embora não seja restrito à esse grupo, pois outras pessoas também realizam esse processo de internalização dos estereótipos que recaem sobre o grupo ao qual pertencem – é conceituado como preconceito sexual internalizado. Segundo Nunan, Jablonski e Féres-Carneiro (2010), essa ideia surgiu na década de 70 e ganhou força na década de 80 pelo trabalho de A. K. Malyon, em 1982, que cunhou o termo “homofobia internalizada”. O preconceito sexual internalizado, portanto, é definido como a aceitação por parte dos homossexuais das atitudes negativas socialmente organizadas em relação a homossexualidade; essa aceitação dos estereótipos gera um sentimento negativo em relação a si. Os sentimentos negativos são expressos por culpa e vergonha por ser homossexual (gay ou lésbica) ou por experimentar o desejo homoerótico:

De um modo geral, o preconceito internalizado se apresenta em um contínuo que vai desde questionamentos sobre seu próprio valor como indivíduo até o ódio por si mesmo, estando correlacionado também com depressão, baixa autoestima, vergonha, culpa, medo, desconfiança, insegurança, ansiedade, queixas psicossomáticas, sentimentos de solidão, frustração, isolamento social, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, violência doméstica, comportamento sexual de risco, abuso de álcool e drogas, transtornos alimentares e comportamento ou ideação suicida. (...) Dificulta, igualmente, a assunção da homossexualidade e, no caso de sofrerem algum tipo de discriminação, estes indivíduos tendem a colocar a culpa em si mesmos (pois acreditam que mereceram o castigo), o que diminui ainda mais sua autoestima (NUNAN, JABLONSKI E FÉRES-CARNEIRO, 2010, p. 256).

O preconceito sexual é internalizado desde muito cedo, pois desde a primeira infância os indivíduos lidam com os preconceitos presentes na cultura. Assim, conforme Nunan, Jablonski e Féres-Carneiro (2010, p. 257), na sociedade, as pessoas são ensinadas a perceber a homossexualidade como pecado ou algo moralmente errôneo, além de considerá-la antinatural e reagir com asco ante pessoas homossexuais. Para as autoras, antes

mesmo que as crianças percebam a diferença sexual elas já aprenderam “os perigos da não heterossexualidade”.

A partir da internalização dos estereótipos que recaem sobre a homossexualidade, alguns homossexuais passam a destinar a si próprios sentimentos negativos por causa de sua orientação sexual. No âmbito desses sentimentos hostis, os homossexuais percebem a si mesmos como pessoas de segunda categoria, sentem que eles são inaceitáveis para a sua família e para a sociedade e que são imorais. Portanto, associa-se aos sentimentos de vergonha da homossexualidade pela internalização do preconceito os estereótipos dos homossexuais como sendo pervertidos, fracos, doentes, efeminados, defeituosos, pouco masculinos e passivos (NUNAN, JABLONSKI E FÉRES-CARNEIRO, 2010, p. 258).

Baggio (2013) analisa as propagandas da Indústria Cultural, levando em consideração que a propaganda possui o interesse de vender algo a um público e que no discurso publicitário é fundamental a aprovação social. Assim sendo, “a representação dos homossexuais em alguns produtos da mídia reforça uma imagem gerada pelo preconceito, normalmente estereotipada e carregada de aspectos negativos” (p. 104). Para a autora, a representação do homossexual na mídia se dá por meio do seu papel sexual, ou seja, ele é representado com características femininas. A mídia, no entanto, caricatura o homossexual masculino de forma que ele serve de piada em muitos programas humorísticos da televisão brasileira. A autora conclui que:

Enquanto adereço, essa temática encaixa-se na mecânica de produção da Indústria Cultural, onde a necessidade de massificação exige uma padronização, um nivelamento que apara as arestas e mantém apenas o que pode ser facilmente distribuído e consumido. Nesse contexto, a utilização de uma referência gay pode mais prejudicar do que contribuir para uma legitimação da homossexualidade, porque não considera as diferentes personalidades dos homossexuais e reforça apenas um estereótipo que, se não é degradante, pelo menos não reflete a realidade desse universo (BAGGIO, 2013, p. 115).

No que diz respeito à função do estereótipo no preconceito, temos que: ele justifica a hostilidade entre grupos distintos; ele pode conter ideias contraditórias, mas desde que sirva para justificar a hostilidade não perde sua função; ele suplanta a história e a identidade dos grupos e das pessoas que são definidas pelo estereótipo; e possui sua gênese na cultura e é internalizado pelos indivíduos desde o início do processo de socialização e que, por isso, tem um fator ideológico, no sentido de fomentar a violência intergrupal com vias para o exercício e reforço das relações de dominação.

No que toca a compreensão dos estereótipos, a vertente cognitiva (amplamente difundida) concebe-os como um processo mental natural e socialmente estabelecido, pois facilita a adaptação do indivíduo no seu contexto social; assim, nem todos os estereótipos seriam justificativas para o preconceito, mas apenas os negativos seriam atrelados às atitudes preconceituosas. Nesta perspectiva, a vertente cognitiva aponta que os estereótipos são muito arraigados e componentes do modo de processamento de informações, fazendo com que eles sejam imediatamente acionados diante de um alvo de preconceito. Essa perspectiva de compreensão ainda concebe que esse processamento de informação imediata e estereotipada pode ser controlado, desde que associado a crenças pessoais em valores de igualdade e justiça. Para isso, é exigida do indivíduo certa capacidade cognitiva de retenção de estímulos e o fortalecimento de crenças pessoais contrárias às manifestações de preconceito. Não obstante, o controle mental dos estereótipos não é algo simples. Dentro da mesma compreensão cognitivista do estereótipo, há pesquisas que sugerem a sua hiperacessibilidade e disso resulta o efeito ricochete do estereótipo e isso quer dizer que, na tentativa de controle mental do estereótipo, ao invés de diminuir a emissão, tem-se o oposto, e, por isso, as crenças pessoais nem sempre se interpõem aos estereótipos – para que isso ocorra, a pessoa deve estar num estado de atenção autodirigida, o que dificilmente ocorre levando em consideração a hiperestimulação do contexto cultural.

A vertente cognitiva de compreensão acerca dos estereótipos sugere que eles são indestrutíveis, pois, mesmo sendo positivos ou negativos são socialmente produzidos, reproduzidos e internalizados pelas pessoas. Dessa forma, o combate aos estereótipos negativos e, por conseguinte, ao preconceito é prejudicado ao invés de favorecido pelo uso de técnicas cognitivas. As técnicas de controle do pensamento representam uma forma mecânica e também estereotipada para a resolução de problemas. A supressão dos estereótipos por meio das técnicas, como negação não-refletida, não favorece a elaboração e superação do pensamento estereotipado. Para que haja a superação do pensamento estereotipado é necessário que haja experiência, que é usurpada pelos estereótipos. Isso anuncia a pseudoformação do indivíduo, que é calcada no esquematismo e na estereotipia.

A perspectiva psicanalítica compreende o estereótipo a partir da noção do narcisismo das pequenas diferenças. Desse modo, o narcisismo que toma como base a auto referência ao mesmo tempo em que não tolera o diferente fomenta uma percepção distorcida e estereotipada e o é alvo percebido como ameaça à integridade ao narcisismo e objeto da pulsão de morte.

As pessoas alvos de preconceito, comumente pertencentes a grupos minoritários, também internalizam os estereótipos e disso deriva alguns sentimentos hostis em relação a si mesmas. Além do mais, essas pessoas são acometidas por sintomas de transtornos mentais, tal como ansiedade, pensamentos suicidas e depressão.

Portanto, no preconceito, os estereótipos são o componente cognitivo que justifica a hostilização do alvo. Essa hostilização nem sempre ocorre pela via da violência física, pode ocorrer também pela discriminação do alvo ou ainda por meio de violência psicológica. Por abarcarem conteúdos contraditórios em relação aos seus alvos, eles racionalizam, ou seja, buscam uma explicação lógica. As racionalizações não são exatamente um mecanismo de defesa inconsciente, embora funcione enquanto tal; elas são encontradas nos delírios e no pensamento formal e resulta numa sistematização acentuada – no caso dos estereótipos é a fixação e a generalização de juízos acerca do alvo e do grupo no qual ele pertence, sem levar em consideração os aspectos sociais e individuais, além de não ser amparado na realidade e na diferenciação.

Neste sentido, o estereótipo cumpre, na violência homofóbica, o delineamento do alvo. Os estereótipos que recaem sobre os homossexuais (imorais, defeituosos, afeminados, etc.) são construídos, em grande medida, a partir de uma ideologia calcada na ordenação do mundo e das pessoas; a cultura apropria-se do sexo e da sexualidade e concebe a heterossexualidade como norma. Todos esses estereótipos que recaem sobre os homossexuais são perpassados de valores morais socialmente engendrados. Na medida em que são repassados e internalizados pelos indivíduos, esses estereótipos impedem a experiência e ao mesmo tempo determinam o alvo da agressão – aqueles que não partilham da norma. Esse entendimento também vale para outras formas de expressão da sexualidade ou de identidade de gênero, embora a motivação da agressão não necessariamente seja a mesma. Por exemplo: pessoas transgêneros não são agredidas pelo seu desejo sexual, elas são agredidas por expressarem um rompimento com o estereótipo masculino - sua constituição biológica não é compatível com a forma na qual percebem a si mesmas. Assim, da mesma forma que existem estereótipos e uma norma acerca da sexualidade, há também normas e estereótipos em relação à identidade de gênero intrinsecamente associada ao sexo biológico.

Há, no entanto, a ocorrência do *bullying*, uma forma de violência mais sistemática cujos alvos são menos delimitados e que pode ou não ser motivada pelo preconceito. No *bullying*, a estereotipização cumpre um papel importante, pois, ao que parece, é a partir dela que o agressor encontra a motivação para realizar perseguição do alvo.

A incidência dos estereótipos, sejam eles positivos ou negativos, implica que eles possuem uma razão, um conteúdo “lógico” socialmente determinado – que, de alguma forma, promove a paralisação do pensamento e fixa o entendimento em um modelo explicativo que dispensa a experiência e a reflexão. De igual modo, a propagação dos estereótipos na cultura – haja vista que são estruturas cognitivas há um longo tempo internalizadas pelos indivíduos e são, por sua vez, condizentes com o pensamento categorial – expressa algo de uma formação cultural dos indivíduos que os tornam favoráveis à desumanização. Ambas – razão e formação – seguem em direção a uma certa uniformidade, seja do pensamento e/ou dos indivíduos.

A mentalidade do *ticket* foi descrita por Adorno e Horkheimer (1985) no sétimo elemento do antissemitismo. Para os autores, essa forma específica de pensamento encontrava-se na base da perseguição aos judeus. Em síntese, a mentalidade do *ticket* consiste em agrupar predicados num só conceito, em que sua consubstanciação é fruto de um desenvolvimento histórico que atesta a regressão do indivíduo por incumbência de uma ordem social totalitária. Adorno e Horkheimer (1985) consideram que, no século XIX, o antissemitismo era uma escolha do sujeito. O distanciamento dos judeus por alguns estratos sociais era reacionário e a mentalidade antissemita desse século era burguesa e rebelde, no entanto, assim como os racistas, ela já demonstrava uma forma de pensamento estereotipado. O pensamento estereotipado foi o que sobrou da mentalidade antissemita do século XIX, de modo que a escolha dos indivíduos se dá entre totalidades, é feita em blocos, possibilitando que os indivíduos tenham a impressão de que a sua opinião importa; contrariamente, os blocos já são predeterminados.

Diante disso, a dinâmica psíquica do indivíduo foi alterada pela estrutura da sociedade, o que também tornou as formas de pensamento menos elaboradas. Um exemplo disso é o típico político que apresenta soluções simplistas para problemas sociais complexos; propor que as pessoas tenham facilidade para o porte de armas, a fim de que possam sentir-se seguras diante da violência não diminui a violência, pelo contrário. A escolha de um político que defende esse ideal está amparada primeiro numa ideologia e segundo em alguns interesses econômicos – por isso a escolha é feita em blocos. Adorno e Horkheimer (1985) consideram que o antissemitismo é um movimento político, não é mais um impulso do indivíduo. Quem escolhe por esse viés, torna-se partícipe da perseguição.

Na medida em que as massas escolhem o *ticket* antissemita, toda a experiência com os judeus não importa. Sobre isso recaem mecanismos sociais que suplantam a experiência e em seu lugar é posto um juízo socialmente determinado. Conforme Adorno e Horkheimer

(1985, p. 187), a veracidade de tal asserção pode ser visualizada no fato de que o antissemitismo pode ocorrer inclusive onde não há judeus. Nesse sentido, a ‘experiência é trocada pelo clichê’ e a ‘imaginação ativa da experiência pela recepção ávida’. Ou seja, a emissão de juízos não ocorre por meio da experiência, mas, ao contrário, pela internalização de juízos predeterminados de maneira imediata. Essa forma de compreender a realidade, não se apoia no pensamento dialético no qual a síntese torna-se possível a partir da contradição, mas sim, apoia-se num acúmulo de asserções vazias de experiência.

A base material do pensamento do *ticket* é compatível com o desenvolvimento da produção no sistema capitalista. O impacto da racionalização da produção encontra expoente na sociedade – que passa a ter um interesse próprio de manter as relações de poder – e na relação entre os homens. Assim, da mesma forma que anula (ou ao menos limita) a possibilidade de experiência do indivíduo, as formas de produção influem também na capacidade de julgamento:

Se, numa fase histórica primitiva, o julgar consistia num rápido discriminar capaz de desfechar sem hesitação a seta envenenada, nesse meio tempo a prática da troca e a administração da justiça fizeram seu trabalho. Antes, o juízo passava pela etapa da ponderação, que proporcionava certa proteção ao sujeito do juízo contra uma identificação brutal com o predicado. Na sociedade industrial avançada, ocorre uma regressão a um modo de efetuação do juízo que se pode dizer desprovido de juízo, do poder de discriminação. (...) O percebedor não se encontra mais presente no processo da percepção. Ele não mobiliza mais a passividade ativa do conhecimento, na qual os elementos categoriais se deixam modelar da maneira adequada pelo “dado” convencionalmente pré-formado, e este por aqueles, de tal modo que se faça justiça ao objeto percebido. No campo das ciências sociais bem como no da experiência individual, a intuição cega e os conceitos vazios são reunidos de maneira rígida e sem mediação (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 188).

O sistema de produção no sistema capitalista promove esse ‘indivíduo’ vazio de sujeito, ausente no processo de percepção, de construção e de emissão dos juízos, pois a racionalidade daquele é internalizada e não necessita do conhecimento fundamentado na experiência. Assim, da mesma forma que o processo produtivo é facilitado pela estereotipia, uma vez internalizada a racionalidade da produção, ela passa a facilitar a vida do sujeito: ora, é mais fácil pensar por esquemas, por meio de categorias do que pensar dialeticamente. A intuição cega, ou seja, desprovida de orientação, de razão e os conceitos vazios formam a base do pensamento estereotipado. Enfim, o pensamento estereotipado é funcional na produção e na sociedade.

O agravante dessa situação é que diante das formas de produção cuja técnica dispensa o uso da força física, ela – a técnica – transforma o trabalho espiritual conforme o modelo do trabalho físico. Essa é a razão instrumental, uma forma de razão que se dispõe a dominar e a manipular as coisas e as pessoas. É essa forma de razão que causa, segundo Adorno e Horkheimer (1985) o embrutecimento do indivíduo e que favorece o surgimento do antissemitismo. “Se, no interior da própria lógica, o conceito cai sobre o particular como algo de puramente exterior, com muito mais razão, na sociedade, tudo o que representa a diferença tem que tremer” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 188).

Com a formalização da razão instrumental, torna-se possível a classificação, que é feita em blocos: ou se é amigo ou se é inimigo; não limitando-se a essas, decorrendo variáveis de etiquetas. Na medida em que o processo de produção expropria o sujeito do “indivíduo” e ele se torna objeto mediante uma razão para a dominação, para a manipulação, a desconsideração pelo sujeito torna as decisões mais fáceis para a administração. Portanto, nota-se que, aqui, o estereótipo é utilizado conforme a razão instrumental e proporciona uma forma de subjugação do indivíduo; mas, dessa vez, de forma mais sistematizada e funcional – quer para a sociedade, quer para a produção ou ainda para as relações interpessoais.

Por meio da racionalidade econômica expressa-se a indiferença pelo indivíduo, um obstáculo para o processo de produção. “A racionalidade econômica, esse princípio tão enaltecido do menor meio, continua incessantemente a remodelar as últimas unidades da economia: tanto a empresa quanto os homens” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 188). Isso implica no rebaixamento do homem à mercadoria: tanto a mercadoria quanto o homem tem que ter um custo mais barato ou o melhor meio. Assim, da mesma forma que a racionalidade econômica pauta-se na “forma mais evoluída” liquidando o que se considera retrógrado, o mesmo acontece no psiquismo do indivíduo.

Conforme Adorno e Horkheimer (1985), na época do mercantilismo, Freud concebeu o indivíduo na dinâmica entre o inconsciente e o consciente, na constante luta entre o id, o ego e o superego. O embate entre o ego e o superego visava manter as pulsões dentro dos limites da autoconservação; as neuroses, nesse sentido, são gastos adicionais inevitáveis devido ao conflito. Atualmente, no capitalismo dos monopólios, a mediação do processo social não ocorre por meio dos indivíduos. “Os sujeitos da economia pulsional são expropriados psicologicamente e essa economia é gerida mais racionalmente pela própria sociedade” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 189). A racionalidade econômica dispensa o pensamento, pois não são mais necessários indivíduos pensantes.

A decisão que o indivíduo deve tomar em cada situação não precisa mais resultar de uma dolorosa dialética interna da consciência moral, da autoconservação e das pulsões. Para as pessoas na esfera profissional, as decisões são tomadas pela hierarquia que vai das associações até a administração nacional; na esfera privada, pelo esquema da cultura de massa, que desapropria seus consumidores forçados de seus últimos impulsos internos. As associações assumem as funções do ego e superego, e as massas, despojadas até mesmo da aparência da personalidade, deixam-se modelar muito mais docilmente segundo os modelos e palavras de ordem dadas, do que os instintos pela censura interna. Se, no liberalismo, a individuação de uma parte da população era uma condição da adaptação da sociedade em seu todo ao estágio da técnica, hoje, o funcionamento da aparelhagem econômica exige uma direção das massas que não seja perturbada pela individuação (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 189-90).

A falsa ideia de escolha – expressão da mentalidade do *ticket* – e a internalização da racionalidade econômica podem ser exemplificados pelos protocolos. Eles decidem como o indivíduo deve agir e pensar em diversas situações e, muitas vezes, são criados objetivando lucro, otimização do tempo e maior exploração da mão de obra; podendo ser construídos por achados científicos ou por imposição. Ao mesmo tempo, testemunham a perda da experiência, da espontaneidade, do pensamento e da criatividade.

O predomínio do pensamento técnico e da racionalidade econômica impede a individuação, no entanto, não esgotam os indivíduos num todo, são preservados os seus determinantes psicológicos. Os indivíduos, levados a identificarem-se com as formas de produção, tornam-se reificados. É este o fomento da mentalidade do *ticket*. Pois, na medida em que possibilita a reificação, o exercício da dominação é imediato.

O próprio *ticket* é uma roda da engrenagem. Tudo o que, no mecanismo psicológico, foi sempre compulsivo, sem liberdade, e irracional está adaptado a isso de maneira precisa. O *ticket* reacionário que contém o antissemitismo é adequado à síndrome destrutivo-convencional. Originalmente, eles representam menos uma reação contra os judeus do que a formação de uma orientação pulsional à qual só o *ticket* fornece um objeto adequado de perseguição. Os ‘elementos do antissemitismo’, baseados na experiência e anulados pela perda de experiência que se anuncia na mentalidade do *ticket*, são novamente mobilizados pelo *ticket*. Já tendo entrado em decomposição, eles trazem para o neo-antissemita a má consciência e, com ela, a insaciabilidade do mal. É justamente porque a psicologia dos indivíduos e seus conteúdos só se produzem através dos esquemas sintéticos fornecidos pela sociedade que o antissemitismo contemporâneo adquire uma natureza vazia e impenetrável (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 192).

A reificação é importante porque facilita a adaptação, a classificação e a eliminação. A mentalidade do *ticket* mobiliza a pulsão destrutiva do indivíduo em conformidade com aquilo que a sociedade espera. A ausência de sentido propiciada pela perda da experiência visa, na reificação, encontrar sentido. Nestes termos, podemos pensar a estereotipização como sendo esse movimento de reificação do alvo; que ela (a estereotipização) ocorre porque o agressor, empobrecido de experiência e vazio de sentido e de orientação interna, procura, nesse movimento, encontrar alguma orientação. Ainda assim, o indivíduo é gerido pela exterioridade, ou seja, pela sociedade e pelo que ela determina, haja vista que o empobrecimento da experiência é, em alguma medida, impactado pelas formas estereotipadas de se relacionar com o mundo e com as pessoas. É como se o empobrecimento da experiência deixasse o indivíduo sem uma sustentação interna e/ou externa de forma que a única saída que possui é buscar apoio na realidade estereotipada que ele vivencia e no que a sociedade determina.

Adorno e Horkheimer (1985, p. 192) dizem, sobre o progresso técnico que: “a particularidade que forneceu o motivo para o assassinato de vítimas também já desapareceu há muito tempo”. Nesse sentido, a ausência de um motivo particular para a perseguição, bem como de um alvo claramente delimitado, têm relação com o *bullying*; entretanto, no caso da homofobia – alvo delimitado –, a implicação psíquica parece ter um peso mais significativo. Mas, ainda assim, há perseguição. Isso ocorre porque as diferenças entre os grupos em virtude da pressão niveladora da sociedade industrial transforma o que é diferente em bens de consumo. No caso dos judeus, foram a religião e os costumes. Atualmente, com a globalização da cultura, que destrona a tradição de alguns grupos e possibilita à heterogeneidade – um mesmo indivíduo pode ser considerado pertencente a vários grupos sociais –, a relação entre grupos distintos é mais competitiva, assim, concordando com os autores quando dizem que: “esses blocos competem entre si mais desapiadadamente do que jamais o fizeram em firmas, quando a produção de mercadorias ainda era anárquica e buscam liquidar-se reciprocamente. Quanto mais louco o antagonismo, mais rígidos os blocos” (p. 190). Dessa forma, constatamos que a mentalidade do *ticket* pauta-se na ausência de um motivo particular para a perseguição e de um alvo delimitado, tendo, portanto, uma maior relação com o *bullying*.

Inclusive, os grupos minoritários que sofrem com a perseguição são suscetíveis à mentalidade do *ticket*: “O antissemitismo, de certa maneira, tem que, primeiro, inventar seu objeto” (p. 193). A invenção do objeto seria o movimento de estereotipização,

característico do *bullying*, pois é a partir desse movimento que a violência é possibilitada. Novamente, a ideia de que qualquer tipo de perseguição é vazia e pode ser intercambiável.

A base da evolução que conduz à mentalidade do *ticket* é, de qualquer modo, a redução universal de toda energia específica a uma única forma de trabalho, igual e abstrata, do campo de batalha ao estúdio cinematográfico. Mas a passagem dessas condições a uma situação mais humana não poderá ocorrer, porque o bem e o mal conhecem o mesmo destino. A liberdade oferecida pelo *ticket* progressista é tão extrínseca às estruturas do poder que resultam necessariamente das decisões progressistas, quanto o é a hostilidade aos judeus ao traste químico. É verdade que os indivíduos psicologicamente mais humanos são atraídos pelo *ticket* progressista, contudo, a perda progressiva de experiência acaba por transformar os adeptos do *ticket* progressista em inimigos da diferença. Não é só o *ticket* antissemita que é antissemita, mas a mentalidade do *ticket* em geral. A raiva feroz pela diferença é teleologicamente imanente a essa mentalidade e está – enquanto ressentimento dos sujeitos dominados da dominação da natureza – pronta para se lançar contra a minoria natural, mesmo quando eles são os primeiros a ameaçar a minoria social (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 193).

A mentalidade do *ticket* só tornou-se possível porque o esclarecimento no seu percurso histórico sucumbiu à ideia de dominação da natureza e transformou-se novamente em mito. Esse novo mito, a ciência contemporânea, mediatizou a mentalidade do *ticket*. Por isso o bem e o mal conhecem o mesmo destino. A ciência opera de forma estereotipada e fornece os elementos para a produção no sistema capitalista e para a economia. Por mais que a escolha de um indivíduo seja por um viés progressista, ainda assim, não deixa de ser inimigo da diferença; por exemplo, as divergências de opinião sobre a política nacional atual. De um lado, uma extrema direita que não suporta e ameaça escrachadamente uma suposta esquerda comunista; de igual modo, a esquerda não tolera os sujeitos de opinião contrária aos seus ideários políticos.

Cabe sublinhar uma diferença importante entre a mentalidade do *ticket* e o estereótipo. Conforme foi apontado, é corrente a aceitação do estereótipo como uma forma de pensamento que classifica as pessoas e o mundo de forma a facilitar a adaptação. No preconceito, ele serve para justificar a hostilidade contra um determinado grupo. Os elementos que compõem o estereótipo são a seleção, a fixação e a generalização, no sentido que uma característica é eleita, fixada no indivíduo pertencente a um grupo e, posteriormente, generalizada para o grupo, designando-o. O estereótipo não se baseia na experiência do indivíduo preconceituoso com o alvo; ao contrário disso, o estereótipo

difículta qualquer tipo de experiência com o alvo do preconceito e, por fim, ele é um juízo que em grande parte não se baseia na realidade.

Na mentalidade do *ticket* caracterizada, principalmente, pela estereotipia extrema, o estereótipo a compõe mas não a determina. Talvez, seja por isso que o preconceito possa ser uma das motivações para a perseguição sistemática que ocorre no *bullying*. O indivíduo não necessariamente guia-se pelos estereótipos vigentes para justificar a sua agressão, é como se ele automatizasse o processo de estereotipagem; porque, talvez nesse movimento ele encontre alguma satisfação. Na medida em que a estereotipização se torna automática, possivelmente não há a diferenciação ou a delimitação dos alvos, tudo passa a ser motivo para a perseguição. Nesta perspectiva, quando a violência escolar possui características de *bullying*, não é necessário especificar o alvo, porque a violência ocorre com base não nos estereótipos vigentes.

Dentro do próprio conceito de *bullying*, podemos encontrar as expressões da mentalidade do *ticket*. A agressão – física ou psicológica – de modo intencional à vítima é concernente com o embrutecimento do indivíduo, que, regido pela mentalidade do *ticket*, não assimila o diferente, mas ataca-o. Isso ocorre porque o agressor não possui uma capacidade de percepção, impedida devido ao declínio da experiência e do pensamento. A relação de poder desigual entre o agressor e a vítima, no *bullying*, também concebe uma expressão da mentalidade do *ticket*, uma vez que fomenta relações de dominação. O processo de estereotipização, ou seja, de destinar à vítima uma rotulação humilhante ou persegui-la por certas características, encontra correspondência na mentalidade do *ticket* de duas maneiras: a estereotipização ocorre na intenção de dar uma espécie de “sentido” ao alvo, marcá-lo para que a agressão seja justificada; e representa, também, a perseguição àquilo que é diferente. Assim, taxar o alvo é aquilo que, na mentalidade do *ticket*, representa a escolha por blocos e possibilita a classificação das pessoas; se a classificação não corresponde com os ideais internalizados pelo agressor, obviamente o alvo é taxado como “inimigo” e assim dá-se a perseguição. Pelo fato de o *ticket* ser intercambiável, isso sugere que as vítimas da perseguição podem tornarem-se algozes, o que, de acordo com os papéis na conceituação de *bullying*, ocorre quando a vítima *bullying* também persegue. Nesse sentido, a troca de papéis no *bullying*, ou seja, de vítima para agressor, ocorre de maneira mais fluida do que no caso das perseguições políticas às minorias conforme a descrição da mentalidade do *ticket* estabeleceu em relação aos judeus.

A redução da experiência e a perda do pensamento dialético foi analisada por Adorno (2005) na teoria da semicultura. Nessa teoria, Adorno vai estabelecer, a partir das

transformações históricas da cultura, a semiformação, da qual resulta o indivíduo regredido: aquele que age contra seus interesses racionais, ou aquele que não se diferenciou da cultura no processo de formação subjetiva, ou ainda o espírito alienado.

Para Adorno (2005), a formação cultural é concernente com o período histórico, isso quer dizer que ela sofre modificações no desenvolvimento da cultura, e também que ela ocorre mediada por instituições sociais. Nesse sentido, o autor afirma que o conceito de formação cultural foi tão racionalizado pela burguesia que a real formação cultural se emancipou juntamente com ela. “A formação devia ser aquela que dissesse respeito – de uma maneira pura como seu próprio espírito – ao indivíduo livre e radicado em sua própria consciência, ainda que não tivesse deixado de atuar na sociedade e sublimasse seus impulsos” (ADORNO, 2005, p. 4). A formação cultural burguesa propiciava, em alguma medida, que os indivíduos tanto internalizassem a cultura quanto a transformassem, ou seja, possibilitava a diferenciação entre o indivíduo e a cultura e, a partir disso, o indivíduo formava uma consciência em relação à realidade social bem como uma consciência em relação a si. “A formação era tida como condição implícita a uma sociedade autônoma: quanto mais lúcido o singular, mais lúcido o todo” (ADORNO, 2005, p. 4). Além do mais, a formação cultural teve o seu declínio quando traiu aquilo para que fora estabelecida, a saber: garantir a vida e a liberdade dos homens:

Sem dúvida, na ideia de formação cultural necessariamente se postula a situação de uma humanidade sem status e sem exploração. Quando se denigre na prática dos fins particulares e se rebaixa diante dos que se honram com um trabalho socialmente útil, trai-se a si mesma. Não inocenta por sua ingenuidade, e se faz ideologia. Se na ideia de formação ressoam momentos de finalidade, esses deveriam, em consequência tornar os indivíduos aptos a se afirmarem como racionais numa sociedade racional, como livres numa sociedade livre. E quanto menos as relações sociais, em especial as diferenças econômicas, cumprem essa promessa, tanto mais energicamente se estará proibido de pensar no sentido e na finalidade da formação cultural. Nesse sentido, nem se pode denunciar que ela, sozinha, não garante uma sociedade racional. Não se quer liberar a esperança, desde o princípio enganosa, de que ela poderia extrair de si mesma e dar aos homens o que a realidade lhes recusa. O sonho da formação – a libertação da imposição dos meios e da estúpida e mesquinha utilidade – é falsificado em apologia de um mundo organizado justamente por aquela imposição. No ideal de formação, que a cultura defende de maneira absoluta, se destila a sua problemática (ADORNO, 2005, p. 4).

A burguesia emancipou a ideia de formação cultural porque a centralizou em torno de si e também porque a formação cultural propiciou que a burguesia desempenhasse suas tarefas econômicas e administrativas: “os dominantes monopolizaram a formação cultural numa sociedade formalmente vazia. A desumanização implantada pelo processo capitalista de produção negou aos trabalhadores todos os pressupostos para uma formação e, acima de tudo, o ócio” (ADORNO, 2005, p. 5). Nesse sentido, a cultura é transformada em um bem de consumo, ela é transformada em um produto que pode ser consumido; por ser produto, possui um meio de produção e uma finalidade.

A indústria cultural é um dos meios pela qual a formação cultural é difundida. Para Adorno (2005), o rádio levou a formação cultural aos camponeses, sendo ele a expressão da indústria cultural, colaborou para a transformação da incultura em semiformação. Uma vez que está associada ao sistema capitalista, a ideologia que encobre as relações de dominação desse sistema, também o faz em relação à finalidade da cultura: “por inúmeros canais, se oferecem às massas, bens de formação cultural. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles para os quais nada existe de muito elevado ou caro” (ADORNO, 2005, p. 6). O conteúdo da formação cultural passa a ser ajustado em conformidade com a classe social do indivíduo, Adorno (2005) assevera que em relação ao proletariado “a estrutura social e sua dinâmica impedem a esses neófitos os bens culturais que oferecem ao negar-lhes o processo real da formação, que necessariamente requerem condições para uma apropriação viva desses bens” (p. 6). As formas de produção do sistema capitalista dificultam a apropriação da cultura.

A transformação da cultura em um bem de consumo distancia-a dos seus reais objetivos e da formação. É nesta perspectiva que encontra-se o surgimento do indivíduo semiformado, cuja consciência concorda com os ideais da própria cultura sem dela distinguir. A semiformação fomenta uma forma de racionalidade que é em si irracional, pois, distancia-se das finalidades humanas. Novamente, evidencia-se o descompasso entre o aumento da dimensão técnica e o declínio da dimensão humana no interior das produções humanas, como é o caso da cultura. Sobre a semiformação, Adorno (2005) considera que:

O modelo da semiformação, todavia, caracteriza hoje a camada dos empregados médios, ficando claro que não seria impossível especificar univocamente tanto seus mecanismos nas camadas propriamente baixas quanto a consciência nivelada tomada de modo global. Medida na situação aqui e agora, a asserção da universalidade da semicultura é indiferenciada e exagerada. Não poderia subsumir, em absoluto, todos os homens e todas as camadas indiscriminadamente sob aquele conceito, mas delineia uma tendência, esboça a fisionomia de um

espírito que também dominaria a marca da época se tivemos que restringir quantitativa e qualitativamente o âmbito de sua validade. É possível que inúmeros trabalhadores, pequenos empregados e outros grupos, graças à sua consciência de classe, ainda viva, embora debilitada, não caiam nas malhas da semi formação (ADORNO, 2005, p. 7).

Para Adorno (2005), a semi formação, à sua época, levou pessoas que ‘possuíam cultura’ a aderirem ao fascismo, por isso a formação, a partir da relação excessivamente espiritualizada com a cultura, não necessariamente conduz ao esclarecimento. Sobre o indivíduo semi formado, Adorno (2005, p. 15) pontua:

O semiculto se dedica à conservação de si mesmo sem si mesmo. Não pode permitir, então, aquilo em que, segundo toda teoria burguesa, se constituía a subjetividade: a experiência e o conceito. Assim procura subjetivamente a possibilidade da formação cultural, ao mesmo tempo, em que, objetivamente, se coloca todo contra ela. A experiência — a continuidade da consciência em que perdura o ainda não existente e em que o exercício e a associação fundamentam uma tradição no indivíduo — fica substituída por um estado informativo pontual, desconectado, intercambiável e efêmero, e que se sabe que ficará borrado no próximo instante por outras informações. Em lugar do ‘temps duré’, conexão de um viver em si relativamente uníssono que se desemboca no julgamento, se coloca um “É isso” sem julgamento, algo parecido à fala desses viajantes que, do trem, dão nomes a todos os lugares pelos quais passam como um raio, a fábrica de rodas ou de cimento, o novo quartel, prontos para dar respostas inconsequentes a qualquer pergunta. A semi formação é uma fraqueza em relação ao tempo, à memória, única mediação que realiza na consciência aquela síntese da experiência que caracterizou a formação cultural em outros tempos.

O semiculto é aquele indivíduo vazio, pois ele não experiência, não formula conceitos, apenas repete esquematicamente modelos externos já prontos: “o conceito fica substituído pela subsunção imperativa a quaisquer clichês já prontos, subtraídos à correção dialética, que se descobre seu destrutivo poder nos sistemas totalitários” (ADORNO, p. 15). O pensamento categorial, nesse sentido, estereotipado, pode tender para a fácil aceitação do totalitarismo.

Segundo Adorno (2005), o indivíduo semiculto associa a paranoia ao delírio de perseguição. O estado psicótico e o sistema delirante, nesse caso, possui uma função social. Eles são resultantes da pobreza de experiência e do pensamento estereotipado, são utilizados para julgar a realidade ao invés da ‘intuição essencial’ que fica impedida pela semi formação. Esse mecanismo psicótico é acionado quando o não compreendido desperta

medo. O semiculto sente uma satisfação narcisista que nega o confronto com a realidade, anulando a função do ego; assim, não há mais mediação entre a realidade externa e interna, uma realidade corrobora a outra, retroalimentando o sistema psicótico:

A sensação de não despertar diante do poder do existente, de ter que capitular à sua frente, paralisa até os movimentos que impelem ao conhecimento. O que se apresenta ao sujeito como inalterável se fetichiza, se torna impenetrável e incompreendido. Pensa-se maniqueisticamente, de acordo com o esquema dos predestinados ou à salvação ou à condenação. O semiformado culturalmente se coloca todas as vezes entre os salvos, e, entre esses, inclui quem está no poder, a que este reino serve de mediador. E, portanto, condena tudo que poderia colocar sob julgamento sua opção. E, ao julgar o inimigo — frequentemente escolhido ao acaso por alguém ou até inventado dos pés à cabeça — se encharca até o extremo da rudeza imposta objetivamente pelo naufrágio da cultura naquilo que a reclama. A semicultura é defensiva: exclui os contatos que poderiam trazer à luz algo de seu caráter suspeito (ADORNO, 2005, p. 16).

A alienação dá origem a esse sistema psicótico, uma vez que em si, a psicose já é uma forma de alienação objetiva internalizada. Nesse sentido, “o semiculto transforma, como que por encanto, tudo que é mediado em imediato, o que inclui até o que é mais distante” (ADORNO, 2005, p.16).

Ao levarmos em consideração o esquema de reificação que o estereótipo realiza no *bullying*; a consonância com a mentalidade do *ticket* que o *bullying* assume; que a semicultura instaura no indivíduo um processo psicótico no qual o ego não faz mais a mediação entre a realidade interna e externa, ao passo que os indivíduos encontram nesse processo uma satisfação narcísica e, assim, o semiculto mantém uma postura defensiva ante o diferente; e que no preconceito os estereótipos são racionalizações, no *bullying* eles podem ser dimensionados como uma formação reativa.

Segundo Laplanche e Pontalis (2001), a formação reativa pode ser muito específica e manifestar-se por um comportamento peculiar ou, ainda, pode ser generalizada ao ponto de constituir um traço de caráter integrado à personalidade. Ela assume um valor sintomático naquilo que possui de rígido, compulsivo e forçado; levam, por vezes, a um resultado contrário daquilo conscientemente visado.

As formações reativas tomam a forma de traços de caráter, de alterações no ego que constituem dispositivos de defesa em que a singularidade das representações e das fantasias implicadas no conflito desaparece: assim, determinado sujeito dará provas, de um modo geral, de piedade para com os seres vivos, enquanto a sua agressividade inconsciente visa determinadas pessoas em particular. A formação

reativa constitui um contra-investimento permanente. O sujeito que elaborou formações reativas não desenvolve certos mecanismos de defesa para empregar diante da ameaça de um perigo pulsional; mudou a estrutura de sua personalidade como se esse perigo estivesse sempre presente, para estar pronto em qualquer momento em que surgir (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 200).

Em relação ao *bullying*, podemos pensar que o estereótipo assume esse caráter reativo ao alvo; representa, em parte, a compulsão e a irracionalidade da violência e, de outra, um estado defensivo em relação ao diferente que causa estranhamento e medo. Este último, também manifesta-se de modos diferentes no preconceituoso e no “valentão”.

No decorrer deste capítulo, o estereótipo se apresenta como algo problemático, seja ele positivo ou negativo. O estereótipo negativo, como pode-se perceber tanto no *bullying* quanto no preconceito, possui especificidade em ambas formas de violência que ocorre na escola. Os estereótipos positivos são aqueles que se voltam para dar um sentido positivo ao alvo, ou seja, em vez de desqualificar o alvo tende a exaltá-lo. A concepção cognitiva aceita a dualidade do estereótipo e a forma de processamento desse modo de pensamento. Allport (1971), também concorda com esse modelo cognitivo de compreensão do estereótipo. Ao contrário, Adorno e Horkheimer (1985) demonstram que é justamente por meio do estereótipo que o indivíduo têm prejuízos tanto no que toca à experiência quanto no tocante à sua forma de pensar e de se relacionar com o mundo e com as pessoas, fomentando a violência. A existência de estereótipos positivos e negativos concorda com as escolhas feitas em bloco na mentalidade do *ticket*. Diante disso, evidenciamos uma contradição interessante: o estereótipo negativo deprecia, enquanto o positivo exalta; no entanto, conforme apontou Allport (1971) a partir do trabalho sobre a “Personalidade Autoritária”, os estereótipos, ao menos no preconceito, comportam ideias antagônicas. Como então pensar/abordar o outro que é diferente – o alvo (o homossexual, por exemplo) –, sem recair nesse reducionismo conceitual? De outra forma: como as diferenças individuais podem ser superadas sem com isso recair na estereotipia?

Esses questionamentos nos convidam a lançar um olhar crítico sobre a tão difundida representatividade nas produções midiáticas: séries, telenovelas, propagandas, etc. A representatividade nada mais é do que elevar representantes de grupos minoritários que, de forma geral, são afetados por estereótipos negativos a um outro patamar. Ao invés de um olhar depreciativo, é lançado sobre os representantes desses grupos minoritários um novo conceito, dessa vez positivo, de forma a acendê-los. Nesse sentido, a contradição

fundamenta-se em tentar superar preconceitos segundo os mesmos recursos que o causam – pela via do estereótipo.

Diante de tal problemática, Bueno (2013) propõe a dialética da diferença. Munido da Dialética Negativa proposta por T. W. Adorno, o autor supracitado pensa ontologização da diferença como um falso dilema, como uma questão ideológica, pois nela um estereótipo é substituído pelo outro sem levar a superação da estereotipia.

Bueno (2013) centraliza a diferença em dois polos: objeto particular e seu conceito universal. Desse modo, a diferença é “pensada em sua oposição dialética frente aos conceitos universais que são capazes de medir o valor do objeto particular à luz de potenciais dialéticos de emancipação do gênero humano” (BUENO, 2013, p. 330). Esses termos são pensados em sua dimensão idêntica e não-idêntica aos objetos da realidade compreendidos a partir da experiência imediata. Assim, a identidade justifica-se como expressão da experiência sensível, enquanto que a não-identidade manifesta-se pela mediação dos conceitos universais, os quais, por sua vez, não estão presentes na experiência imediata e cotidiana. Nesse sentido, os objetos são confrontados com a sua transformação conceitual histórica e não dogmática. A universalidade é entendida como um potencial de racionalidade e de liberdade que são historicamente produzidos.

Conforme a dialética negativa, a noção de identidade já contém intrinsecamente a diferença. Nesse modo de pensar, a diferença é deslocada do plano da experiência sensível e imediata (a sexualidade, a cor da pele, etc.) para um possível potencial de liberdade e racionalidade do objeto.

“A diferença deixa de ser apenas uma evidência empírica de que algo foge aos padrões convencionais, para situar-se entre os dois polos do particular e do universal, tanto podendo expressar o excesso de significados contidos no conceito, manifestando a insuficiência do objeto singular, quanto também podendo, inversamente, apontar o quanto se empobrece o objeto quando este é rigidamente subsumido sob conceitos universais que restringem seus potenciais intrínsecos” (BUENO, 2013, p. 330).

De acordo com Bueno (2013), nesse modo de compreensão a diferença não aparece mais presa à identidade, ao estereótipo, enquanto que na sua dimensão não-idêntica mostra-se como potência e expressão de algo além daquilo que o conceito coopta. “A diferença, nos termos dialéticos propostos por Adorno, transita no espaço entre o que os seres *são* empiricamente na realidade vigente e o que *podem ser*, caso enfrente suas próprias contradições” (BUENO, 2013, p. 330 – *itálicos do autor*). A contradição está intrínseca à

identidade do objeto, ou seja, a contradição não se encontra em um ponto negativo exterior àquele. Dessa maneira, o conceito move-se em direção à mediação histórica do objeto e induz à superação dos limites daquilo que a experiência imediata abarca e encontra o potencial de realização da racionalidade. “A estereotipia, seja ela negativa ou positiva, engendradora de preconceito ou orgulho, permanece insuficiente quando confrontada aos potenciais contidos na universalidade, o que faz de toda identidade adquirida, ‘a figura invertida da verdade’ (BUENO, 2013, p. 330). Portanto, é na contradição do objeto e na sua compreensão histórica que encontra-se a sua potencialidade de liberdade e de racionalidade, ou ainda, é nesse potencial que se encontra a superação da rigidez conceitual.

Se considerarmos que as produções midiáticas frutos da indústria cultural, cuja base esquematiza-se por meio da transmissão de conteúdos estereotipados e a forma na qual a representatividade das pessoas não-heterossexuais são apresentadas nas produções midiáticas, ou seja, na forma de um estereótipo positivo, sendo que este, ao afirmar e exaltar as diferenças de forma alcançar a superação dos estereótipos negativos dos membros de grupos minoritários produz o oposto – nega as diferenças –, pois aprisiona as pessoas em conceitos fixos. Podemos pensar que o enfrentamento às formas de violência em relação à diversidade sexual é, nestes termos, anulada e mantém o véu ideológico que recobre as contradições sociais. Sem a superação das contradições não há liberdade de diferenças individuais que sejam passíveis de expressão.

4.3 O MEDO NA HOMOFOBIA E NO *BULLYING*

O intuito desta seção é o de discutir a forma pela qual o medo é manipulado pela cultura, reprimido e, por meio desse movimento, é projetado sobre a população LGBTQIA+.

O medo é um sentimento básico constituinte da espécie humana. Sendo assim, ele possui uma dimensão protetiva para os homens, uma vez que, não fosse o medo, a autoconservação humana estaria comprometida. Segundo Viana (2010), essa ideia já se encontra em Darwin, nos estudos sobre “A expressão das emoções”. Segundo a autora, Darwin postula três princípios gerais das emoções: o princípio do hábito associado ao útil; o princípio da antítese e, por fim, o princípio do transbordamento da excitação. O medo, na concepção de Darwin, estaria regulado pelo último princípio, pois é um comportamento produzido diretamente pelo sistema nervoso e independente da vontade do sujeito. O medo, na perspectiva evolucionista, é um comportamento involuntário devido à estimulação excessiva do sistema nervoso autônomo. Dessa maneira, o medo pode ser compreendido

como um mecanismo autônomo que permite a sobrevivência do indivíduo, uma vez que prepara o organismo para lutar ou fugir de algo percebido como ameaçador.

De acordo com Viana (2010), Darwin se debruça sobre as alterações fisiológicas, somáticas, provocadas pelo medo. Para a autora, em Darwin, o medo faz parte de um contínuo que perpassa um estado de atenção aumentada, sobressalto, terror; podendo chegar a um estado extremo de horror. Viana cita Darwin que diz o seguinte sobre o medo:

Alguns dos sinais podem ser explicados mediante os princípios do hábito, da associação e da hereditariedade – por exemplo, a ampla abertura da boca e dos olhos, com as sobrancelhas erguidas, para poder olhar rapidamente à volta e distinguir qualquer som que nos chegue aos ouvidos. Pois é dessa forma que habitualmente nos preparamos para descobrir e encontrar qualquer perigo. Alguns outros sinais de medo também podem ser explicados, pelo menos em parte, por esses mesmos princípios. O homem, ao longo de inúmeras gerações, lutou para escapar de seus inimigos ou dos perigos, fugindo ou lutando violentamente; e esses esforços imensos faziam o coração bater mais rápido, a respiração acelerar-se, o peito arquear e as narinas se dilatarem. Como esses esforços, muitas vezes, foram prolongados ao máximo, o resultado teria sido uma prostração completa, palidez, transpiração, tremor nos músculos ou seu completo relaxamento. E, agora, toda vez que a emoção do medo é fortemente sentida, mesmo que não leve a nenhum esforço, os mesmos efeitos tendem a reaparecer pela força da hereditariedade e da associação. (DARWIN, 1872/200, p. 288 citado por VIANA, 2010, p. 179).

Temos, portanto, que, em Darwin, o medo é uma resposta autonômica e que essa resposta é coordenada pelos órgãos dos sentidos. Os órgãos do sentido compõe o campo perceptivo que medeia a relação do indivíduo com a realidade, assim, conforme a percepção que o indivíduo possui da realidade, se há algo que representa ameaça, são desencadeadas respostas fisiológicas para que o organismo tenha condições de lutar ou de fugir. No que se refere a percepção da ameaça, na qual está associada ao estado consciente, o ego desempenha a função de coordenação do sistema perceptivo interno e externo ao indivíduo.

Freud (1976), no texto “Inibições, Sintomas e Ansiedade”, designa como uma das funções do ego coordenar o sistema perceptivo consciente, ou seja, o ego possui uma vinculação íntima com o sistema perceptivo e está ligado ao estado de consciência. Dessa maneira, no estado consciente, o ego recebe excitações não só da realidade externa ao indivíduo, mas também percebe as excitações no interior do organismo, esforçando-se, para organizar e orientar as atividades mentais de acordo com o princípio do prazer; o ego

coordena as sensações de fontes externas e/ou internas de prazer e desprazer. Ele também manipula o processo instintual provindo do id, gerando desprazer, de forma a adequar o impulso em conformidade com o princípio do prazer. O sinal de desprazer emitido pelo ego é similar, conforme Freud (1976), (...) à defesa adotada pelo sujeito diante de um perigo externo de forma que o ego luta contra os perigos internos e externos de forma semelhante:

No caso de perigo externo, o organismo recorre a tentativas de fuga. A primeira coisa que ele faz é retirar a catexia de percepção do objeto perigoso; posteriormente, descobre que constitui um plano melhor realizar movimentos musculares de tal natureza que tornem a percepção do objeto perigoso impossível, mesmo na ausência de qualquer recusa para percebê-lo - que é um plano melhor afastar-se da esfera de perigo. A repressão é um equivalente a essa tentativa de fuga. O ego retira sua catexia (pré-consciente) do representante instintual que deve ser reprimido e utiliza essa catexia para a finalidade de liberar o desprazer (ansiedade) (FREUD, 1976, p. 114).

Diante de um perigo externo, a resposta que o indivíduo emite é a fuga, ou seja, procura afastar-se do perigo de forma que não mais sinta o medo. De forma similar, a repressão busca, diante da percepção de um impulso do id, afastar esse impulso gerando desprazer, que, nesse caso, é a ansiedade. Para Freud (1976), o ego abriga a ansiedade. Ela não é produzida pela repressão, mas é reproduzida de acordo com o estado afetivo de um traço de memória: a ansiedade é reproduzida pelo afeto de uma experiência traumática. “Mas, embora reconhecendo essa vinculação, não devemos dar-lhe ênfase indevida nem desprezar o fato de que a necessidade biológica exige que uma situação de perigo deva ter um símbolo afetivo, de modo que um símbolo dessa espécie teria em qualquer caso de ser criado” (Freud, 1976, p. 115).

No tocante aos mecanismos de fuga do ego e à constituição de sintomas, Freud (1976) aponta que um sistema (defensivo) surge quando a repressão de um impulso instintual é falha. Disso, ocorre que o impulso não inteiramente reprimido pode encontrar um substituto reduzido, que não garante a satisfação plena do impulso e, com isso, não há sensação de prazer; “sua realização apresenta, ao contrário, a qualidade de uma compulsão” (FREUD, 1976, p. 116). Ao considerar, do ponto de vista tópico, no qual o ego faz a mediação entre o superego, as exigências da realidade e uma parte organizada do id, Freud (1976) estabelece o funcionamento da repressão: o impulso reprimido é isolado, sugerindo que a repressão demonstra a força do ego, pois ele consegue reprimir parcialmente o impulso e também mostra a fragilidade do ego em relação aos impulsos instintuais provindos do id, de forma que, por meio da repressão, parte do impulso permanece fora e

independente da organização do ego. Disso decorre que os impulsos passam a ter uma extraterritorialidade, exemplificada com os sintomas presentes na neurose obsessiva e na paranoia:

Nas neuroses obsessivas e na paranoia, as formas que os sintomas assumem tornam-se muito valiosas para o ego porque obtêm para este, não certas vantagens, mas uma satisfação narcísica sem a qual, de outra forma, poderia passar. Os sistemas que o neurótico obsessivo constrói lisonjeiam seu amor próprio, fazendo-o sentir que ele é melhor que outras pessoas, porque é especialmente limpo ou especialmente consciencioso. As construções delirantes do paranoico oferecem aos seus agudos poderes perceptivos e imaginativos um campo de atividade que ele não poderia encontrar facilmente em outra parte (FREUD, 1976, p. 121-2).

Por meio dessas considerações, Freud (1976) debruça-se sobre a constituição das fobias. Ao revisar sobre as fobias do pequeno Hans e do homem dos lobos, Freud (1976) considera o processo defensivo do ego, que ocorreu de forma distinta no caso do Hans em comparação com o homem dos lobos, mas obteve o mesmo resultado. No caso do pequeno Hans, a fobia por cavalos era a reminiscência dos sentimentos de ambivalência em relação a figura paterna no complexo de Édipo; o cavalo era um símbolo do pai e o medo do cavalo representava o medo da castração. Em se tratando do homem dos lobos, o medo que ele sentia de ser devorado por lobos também foi delineado durante o complexo de Édipo, no entanto, ao invés de destinar sentimentos hostis em relação ao pai, o homem dos lobos possuía uma afeição por ele. No caso de Hans, o medo substituíu a agressividade em relação ao pai e o excesso de afeição em relação à mãe. No homem dos lobos, o medo possibilitou a passividade em relação ao pai, não destinando a ele quase nenhuma agressividade:

Parece-me que em ambos os casos podemos detectar qual foi a força motriz da repressão e podemos consubstanciar nosso ponto de vista sobre sua natureza a partir da linha de desenvolvimento que as duas crianças subsequentemente seguiram. Essa força motriz era a mesma em ambas. Era o temor da castração iminente. 'Lillte Hans' desistiu de sua agressividade para com o pai temendo ser castrado. O medo de que um cavalo o mordesse pode, sem nenhuma força de expressão, receber o pleno sentido do temor de que um cavalo arrancasse fora com os dentes seus órgãos genitais – o órgão que o distinguia de uma fêmea. Como veremos, ambas as formas do complexo edipiano, a forma normal, ativa e a invertida fracassaram através do complexo de castração. A ideia de ansiedade do menino russo de ser devorado por um lobo não encerrava, é verdade, qualquer sugestão de castração, pois a regressão oral pela qual passara a afastara para

muito longe da fase fálica. Mas a análise de seu sonho torna supérflua uma prova ulterior. Constituiu um triunfo da repressão que a forma pela qual sua fobia foi expressa não devesse mais encerrar qualquer alusão à castração (FREUD, 1976, p. 130).

Assim, em Freud (1976), as fobias de animais sucedem o medo da castração, dessa forma, o ego produz ansiedade diante do objeto do medo. Nos casos em que o medo não possui um objeto específico, como a agorafobia, a consideração é de que o medo representa a tentação sexual. Na maioria das fobias, a ansiedade que delas resulta remete às exigências da libido. “É sempre a atividade de ansiedade do ego que é a coisa primária e que põe em movimento a repressão. A ansiedade jamais surge da libido reprimida” (FREUD, 1976, p. 131).

Assim, podemos pensar que, para Freud, o medo necessita de um objeto que o justifique e, na ausência do objeto real, é possível criar símbolos que justifiquem o medo. Por exemplo, o estereótipo em relação aos homossexuais: convertidos em pessoas imorais pela pressão homogeneizante da cultura, eles são percebidos como ameaça, tanto para a sociedade construída em valores morais conservadores quanto para o indivíduo que age em conformidade com aqueles. Nesse sentido, podemos perceber que o medo em relação aos homossexuais é socialmente construído; que o medo é irracional, porque os homossexuais não representam perigo para a autoconservação dos indivíduos; que é um medo que foge do caráter patológico das fobias. Embora o contato de uma pessoa homofóbica com um homossexual possa gerar ansiedade na pessoa preconceituosa e, sendo o homossexual o objeto específico que gera ansiedade, simbolicamente ele não representa o medo da castração, mas talvez represente a tentação sexual, tal como ocorre na agorafobia.

Sobre o medo socialmente produzido, Castro (2018) considera que no cenário político e cultural contemporâneo, os indivíduos, no intuito de garantir a felicidade e proteção contra o sofrimento, estão submetidos à ideologia do medo. Essa ideologia cria uma atmosfera de medo constantemente vivenciada, tornando-o ferrete de controle político e dominação. A ideologia do medo é transmitida principalmente pelos meios de comunicação, como a televisão e a internet; o conteúdo dessa ideologia “trata-se do enraizamento de uma desconfiança e de um conflito com o ‘outro’, em que é atribuído a esse ‘outro’ a culpa pelo que aconteceu ou que pode acontecer” (CASTRO, 2018, p. 60) e disso origina-se a necessidade de proteção. Na ideologia do medo, esse ‘outro’ é um ‘bode expiatório’ que ameaça uma suposta construção de um modo de vida feliz e, a partir disso, são mobilizados discursos e iniciativas políticos com o intuito de combater esses ‘bodes

expiatórios’ que são percebidos como ameaçadores, produzindo a discriminação. Ainda segundo a autora, o discurso que produz medo justifica as ações políticas autoritárias: “De maneira ideológica, percebemos que o medo é usado como uma ferramenta para o controle social” (CASTRO, 2018, p. 62).

Ortunes, Martinho e Chicarino (2019) versam sobre a instrumentalização do medo. Os autores pontuam que o medo é um fator presente nas relações sociais como forma de promover a coesão política e de sustentar uma determinada estrutura de poder. Segundo os autores, em Maquiavel, o medo aparece como motor das ações humanas. Apontam que em Hobbes o medo da morte se torna instrumentalizado politicamente, é a partir disso que leva a formação do Estado. O Estado, no entanto, passa a controlar o medo de maneira que cria uma estrutura mental favorável a governos totalitários em troca de uma vida melhor. A partir dessas considerações, os autores explanam o impacto de como o discurso religioso associado ao medo influenciou na escolha política de dois pastores evangélicos – Marco Feliciano e Silas Malafaia – nas últimas eleições. Adotaram a triangulação metodológica, que combina técnicas quantitativas e qualitativas na coleta e na análise dos dados, no trabalho. Os dados provêm de fontes estatísticas, de análise documental e de análise do discurso e foram coletados em rede sociais da internet e em plataformas digitais de comunicação, como YouTube e jornais. Os pesquisadores analisaram as postagens nas redes sociais dos referidos candidatos durante a campanha eleitoral e também vídeos referentes à campanha no YouTube. Observaram que o discurso dos pastores evangélicos versava sobre pautas sociais conservadoras caras à religião, tal como aborto, criminalização da homofobia e descriminalização das drogas. Nesse sentido, conforme os autores do estudo, o discurso religioso, em suma, fundamenta-se na obediência que é determinada pelo medo do castigo divino e na esperança de uma vida melhor. Segundo Ortunes, Martinho e Chicarino (2019), o discurso do medo foi um instrumento utilizado por grupos políticos para se manterem no poder na realidade brasileira e apontam, ainda, que a relação entre as lideranças religiosas, a política e a mídia está cada vez mais imbricada de forma que é possível visualizar a manipulação da cultura do medo.

“Os messias (profetas) políticos referidos em nossa pesquisa operam um discurso maniqueísta nas duplicidades céu e inferno, bem e mal, esperança e medo, que não se colocam de forma metafísica, mas que se concretizam na denominação de um inimigo em comum – como os destruidores da família, por exemplo – e em sua demonização até a perda da humanidade como um elemento capaz de gerar empatia” (ORTUNES, MARTINHO E CHICARINO, 2019, p. 143).

O medo torna-se ferramenta de manipulação social no desenvolvimento do pensamento científico. Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o objetivo do esclarecimento era livrar o homem do medo e torná-lo senhor. Para esses autores, o movimento da ciência pautou-se no desencantamento do mundo, no domínio da natureza. O pensamento positivista supunha que, na medida em que os fenômenos da natureza fossem todos compreendidos e controlados, o homem não teria o que temer e consequentemente seria livre. Não obstante, o que isso promoveu foi novas formas de dominação e de medo, devido à alienação cientificamente promovida. Nesse sentido, conforme Adorno e Horkheimer (1985), há entre o mito e o esclarecimento uma dialética que os diferencia. O esclarecimento pauta-se na identidade, enquanto o mito na diferenciação; o esclarecimento na unidade e o mito na indivisão, nesse o objeto é reduzido, no esclarecimento, objetificado.

A perda do pensamento dialético impõe uma mudança radical na relação dos homens com o mundo. Se no mito o medo era mediado e possibilitava a compreensão do mundo pela experiência com o objeto, no esclarecimento o medo torna-se mediado e os objetos são apreendidos de forma reificada. O medo que se exprime na explicação, seja no mito ou no esclarecimento, é a base da cultura e do indivíduo burguês. Isso implica que tudo aquilo que não é compreendido gera medo, por isso, o esclarecimento reduz os objetos em categorias fixas para combater o medo. “A passagem do caos para a civilização, onde as condições naturais não mais exercem seu poder de maneira imediata, mas através da consciência dos homens, nada modificou no princípio da igualdade” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 30).

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o fundamento da ciência é a autoconservação e, em Kant, ela é deduzida idealisticamente. Também em Kant, o ego é a unidade sintética da apreciação, da lógica e o seu desenvolvimento depende da condição de existência material. Conforme a condição histórica, o ego pode expandir-se ou retrair-se de acordo com a autonomia econômica e a propriedade produtiva. Adorno e Horkheimer (1985) vão considerar que, na burguesia, o ego desenvolve-se no sentido da desapropriação para os monopólios totalitários e, nesse cenário histórico, a ciência se reduz como uma reprodutora da sociedade, ou seja, ela compactua com a dominação e, consequentemente, com a sociedade organizada. O sistema kantiano, assim como as estruturas das orgias de Sade e das lojas maçônicas burguesas, representa, para Adorno e Horkheimer (1985), a organização integral da vida – que é sem finalidade e já possui seu conteúdo determinado, pois são atividades que prezam mais pelo trabalho penoso do que pelo prazer.

Na medida em que a razão promovida pelo esclarecimento associa-se ao sistema econômico resulta-se no controle dos sentimentos. Para Adorno e Horkheimer (1985), o fascismo foi a expressão de um terror arcaico que o sistema econômico liberal racionalizou. No sistema econômico liberal, todas as expressões humanas, os sentimentos, a arte e a cultura são subtraídos da esfera do pensamento, uma vez que a ciência positivista pauta-se na neutralidade e, por isso, ela também se torna a razão do sistema econômico. Em relação à racionalidade do sistema econômico liberal, aqueles autores vão dizer que:

Desde o início, ela não pode se fiar unicamente em sua força de atração e teve que complementá-la com o culto dos sentimentos. Mas quando ela conclama aos sentimentos, ela se volta contra seu próprio meio, o pensamento, que também foi sempre suspeito para ela, a razão auto-alienada. A efusão que os ternos amantes exibem no filme já tem efeito de um golpe assestado contra a teoria do impassível, mas ela se prolonga na argumentação sentimental contra o pensamento que ataca a injustiça. Quando os sentimentos são erigidos assim, em ideologia, o desprezo a que estão submetidos na realidade não fica superado. O fato de que, comparados à altura sideral a que a ideologia os transporta, apareçam sempre como demasiado vulgares ajuda também a proscrevê-los (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 90).

A partir da instrumentalização da razão e da sua união com a racionalidade econômica no sistema liberal, o medo passa a ser mediado, racionalizado e justificado pela ideologia. Quer na razão instrumental quer na racionalidade do sistema econômico, a estereotipia – da realidade ou das formas de produção – determinam os objetos de maneira imediata, impede o pensamento e dificulta a experiência. Tanto a razão e quanto a racionalidade econômica repassam ideologias que justificam o exercício da dominação, concernentes com os seus propósitos. Na cultura, aquilo que desperta medo é o que não é compreendido, aquilo que não é plenamente classificado. Nessa perspectiva, o objeto ou aquilo que causa medo não deve mais ser compreendido, e sim combatido, perseguido ou eliminado.

A homofobia representa essa forma de medo ideologicamente justificado e racionalizado. Nardi e Quartiero (2012, p. 62-3) compreendem a homofobia como o medo irracional dos homossexuais e que leva a respostas irracionais contra o alvo e o desejo de destruí-lo. Em Borrillo (2010), a homofobia aparece como uma rejeição irracional e objetiva colocar o alvo do preconceito como anormal. Disso decorrem implicações políticas contra essa minoria, manifestas na restrição de direitos, enquanto o medo verte-se para a aceitação social, política e cultural da homossexualidade, haja vista que a sua negação

compõe o arsenal das hierarquias binárias que valoram os ideais sociais, principalmente de normalidade. Em Kimmel (1994), o medo estrutura a homofobia, pois, na construção da masculinidade, no complexo de Édipo, o desejo homoerótico é suprimido e a homofobia é uma forma de provar a masculinidade. Assim, para esse autor, o medo é mais que irracional, não sendo diretamente do homossexual em si, mas o medo dos outros homens, de ser percebido como homossexual por eles e de serem reconhecidos como frágeis. Nessas três distintas formas de compreender a homofobia o medo é projetado sob as vítimas.

De acordo com Laplanche e Pontalis (2004, p.374), a projeção é uma “operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo ‘objetos’ que ele desconhece ou recusa nele”. Dessa forma, explicam os autores, que o racista projeta nas pessoas do grupo hostilizado suas próprias falhas e inclinações que não admite em si. Contudo, ainda de acordo com Laplanche e Pontalis (2004, p. 377) a projeção tem seu desenvolvimento na teoria freudiana das pulsões:

Sabemos que, para Freud, o organismo está submetido a duas espécies de excitações geradoras de tensão: aquelas a que pode fugir e de que se pode proteger, e aquelas a que não pode fugir e contra as quais não existe inicialmente aparelho protetor ou pára-excitações; é esse o primeiro critério do interior e do exterior. A projeção aparece então como o meio de defesa originário contra as excitações internas cuja intensidade torna demasiadamente desagradáveis; o sujeito projeta-as para o exterior, o que lhe permite fugir (o evitamento fóbico, por exemplo) e proteger-se delas.

A projeção, no sentido em que a psicanálise a designa, que explica em parte a hostilidade interpessoal no tocante a pessoas pertencentes a grupos minoritários, foi transformada sob influência da sociedade no psiquismo, produzindo a falsa projeção. Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o antissemitismo baseou-se numa falsa projeção, sendo que ele foi o reverso da mimese genuína, ou seja, se na mimese a imediaticidade do medo possibilitava a assimilação daquilo percebido como perigo, propiciando dessa maneira a adaptação do indivíduo à natureza, na falsa projeção o mundo se ajusta a ela: “Se o exterior se torna para a primeira (mimese) o modelo ao qual o interior se ajusta, o estranho tornando-se familiar, a segunda (falsa projeção) transpõe o interior prestes a saltar para o exterior e caracteriza o mais familiar como algo de hostil” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 174). No fascismo, os impulsos não admitidos pelos sujeitos e são destinados aos outros que foram geridos pela política. Nesse sentido, o inimigo é determinado, de forma que sempre há um ‘outro inconveniente’, produto de uma ordem social, que deve ser socialmente perseguido:

O mecanismo que a ordem totalitária põe a seu serviço é tão antigo quanto a civilização. Os mesmos impulsos sexuais que a raça humana reprimiu souberam se conservar e se impor num sistema diabólico, tanto dentro dos indivíduos, quanto dos povos, na metamorfose imaginária do mundo ambiente. O indivíduo obcecado pelo desejo de matar sempre viu na vítima o perseguidor que o forçava a uma desesperada e legítima defesa, e os mais poderosos impérios sempre consideravam o vizinho mais fraco como uma ameaça insuportável, antes de cair sobre eles. A racionalização era uma finta e, ao mesmo tempo, algo de compulsivo. Quem é escolhido para inimigo é percebido como inimigo (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 174).

Segundo Adorno e Horkheimer (1985) a perseguição aos judeus foi o resultado de processos históricos, sendo que esses, inclusive, colocaram os judeus da esfera do comércio. No sistema econômico liberal que engendra formas de dominação, concernente com a dominação social, os judeus foram alvo dessa falsa projeção, porque representam aquilo que foi superado.

Pouco importa como são os judeus realmente; sua imagem, na medida em que é a imagem do que já foi superado, exhibe os traços aos quais a dominação totalitária só pode ser hostil: os traços da felicidade sem poder, da remuneração sem trabalho, da pátria sem fronteira, da religião sem mito. Esses traços são condenados pela dominação porque são a aspiração secreta dos dominados. A dominação só pode perdurar na medida em que os próprios dominados transformarem suas aspirações em algo de odioso (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 185).

A homofobia compreendida como medo irracional, que leva a respostas irracionais em relação aos homossexuais, é uma falsa projeção cujo medo é gerido e racionalizado pela sociedade. Na realidade, os homossexuais não representam nenhum perigo à autoconservação das pessoas, no entanto, essa população é vista como uma ameaça à família – instituição social que no atual contexto nacional é supervalorizada, principalmente no sentido religioso. A justificativa ideológica para o preconceito contra os homossexuais versa que as relações homoafetivas não geram filhos ou ainda que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo é ‘antinatural’. Isso representa, num primeiro momento, o sistema estereotipado e funcional no qual a ciência dota as funções biológicas, tanto que o sexo necessariamente deve produzir outras vidas de forma a manter a sociedade. Configura a falsa projeção, porque as relações homoafetivas lembram o exercício de uma sexualidade sem finalidade de reprodução, rompendo com a racionalidade da sociedade; e a sexualidade sem a finalidade exclusiva da reprodução, lembra uma prática sexual cujo prazer é o

objetivo exclusivo, sendo contrária à racionalidade econômica. Dessa maneira, se a sociedade integra a ela os impulsos sexuais, quem ousar, no seu íntimo, desejar relações sexuais que não sejam tal como a sociedade permite, é considerado estranho, anormal, doente. É disso que decorre a homofobia, das frustrações sexuais decorrentes da integração do sexo à sociedade. Os desejos sexuais que não podem ser expressos, mas que pertencem aos homofóbicos são projetados nos homossexuais. Dessa forma, o medo expressa o perigo de perder-se nos impulsos sexuais cuja manifestação não é socialmente reconhecida; ele expressa a angústia neurótica [na acepção da teoria psicanalítica]. Todavia, o homossexual tornado objeto fóbico, pela atuação dos estereótipos depreciativos, deve ser evitado. Mas se isso não for possível, deve ser combatido, caracterizando, portanto, a racionalidade da dominação – a eliminação do homossexual é a eliminação do medo, no qual o homofóbico estando livre, livra-se da angústia.

Historicamente, os homossexuais foram privados de direitos, inclusive do direito de participar da própria sociedade, fato que pode ser testemunhado pela política higienista do século XIX e pelo fascismo – exercícios da dominação no âmbito político. Se o exercício da dominação é estruturante da sociedade e internalizado pelos indivíduos, logo, é transposto para as relações humanas, tal como atesta a classificação das pessoas. No entrelaçamento de práticas culturais de dominação e a política, a dominação torna-se uma prática legalizada. Nessa perspectiva, a legislação, meio pelo qual é regido o comportamento do indivíduo na sociedade, tenderá para o interesse de um grupo dominante, tenderá para o interesse daquilo tido como ‘normal’ de acordo com o padrão social predominante: o homem branco, heterossexual, de classe média alta, de corpo atlético. Em decorrência disso, ocorre a segregação de quem não compartilha totalmente ou em partes com esse ideal: o negro, o pobre, a mulher, a população LGBTQIA+. Historicamente, todas essas categorias de pessoas possuíram ou possuem restrições de direitos. Nesse sentido, pode-se compreender que homofobia no cenário político (administração dos corpos, da sexualidade, dos comportamentos e da expressividade nos papéis sociais) corresponde ao medo da segregação social e a ameaça dessa segregação é consequência da dominação legalizada. Para Adorno e Horkheimer (1985), o patológico no antisemitismo não foi o comportamento projetivo, mas a ausência de reflexão. Portanto, na medida em que esse medo politicamente estruturado na administração da sociedade não é refletido, é projetado indiscriminadamente e pode ser dominado a partir de sua mediação e racionalização.

Do mesmo modo que, desde sua ascensão, a espécie humana mostrou-se em face das demais como a mais evoluída historicamente e, por isso mesmo, como o mais terrível poder de destruição, do mesmo modo que no interior da humanidade as raças mais avançadas se confrontaram com as mais primitivas, e os povos tecnicamente mais bem equipados com os mais lentos, assim também o indivíduo doente se confronta com os outros indivíduos, tanto na megalomania quanto na mania de perseguição. Nos dois casos, o sujeito está no centro, e o mundo, que é uma simples ocasião de seu delírio, torna-se a totalidade impotente ou onipotente de tudo o que é projetado nele (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 177).

A restrição de direitos políticos que é imposta a vários grupos minoritários com base em práticas culturais, em valores e em moralidade conservadores, tende para a exclusão social das pessoas que não compartilham dessa base, encontrando apoio no desenvolvimento do sistema econômico. A forma como a masculinidade é desenvolvida no sistema capitalista produz a homofobia e, por meio dela, os homens podem provar a masculinidade no sistema econômico. O medo que os homens no capitalismo têm é o de ser percebido como homossexual ou frágil por outros homens. Essa forma de homofobia também pode ser compreendida sob a ótica da falsa projeção. Assim como o medo governa decisões políticas, ele também governa o comportamento dos homens no sistema capitalista. A construção da masculinidade no interior desse sistema econômico exige a reificação, de acordo com um sistema paranoico: ele procura se realizar enquanto homem ao perseguir constantemente pessoas frágeis nas quais pode exercer sua força e faz isso toda vez que precisa provar sua masculinidade, pois teme ser reconhecido como frágil. Ao perseguir a fragilidade dos outros, ele testemunha aquilo que reconhece e não aceita em si e os impulsos inseridos/coordenados dentro do sistema econômico que sempre satisfaz parcialmente as necessidades dos indivíduos de forma a promover o consumo tornam-se compulsivos:

Na medida em que o paranoico só percebe o mundo exterior da maneira como ele corresponde a seus fins cegos, ele só consegue repetir o seu eu alienado numa mania abstrata. O puro esquema do poder enquanto tal, que domina totalmente tanto os outros quando o próprio eu rompido consigo mesmo, agarra o que se lhe oferece e insere-o em seu tecido mítico, com total indiferença por suas peculiaridades. [...] Ele não parece precisar de ninguém e, no entanto, exige que todos se ponham a seu serviço. Sua vontade penetra o todo, nada pode deixar de ter uma relação com ele. Seus sistemas não têm lacunas. [...] Como louco consumado ou como ser absolutamente racional, ele aniquila a vítima predeterminada, seja mediante um ato de terror individual, seja mediante uma estratégia de extermínio cuidadosamente planejada. É assim que tem êxito. [...] O

eu que projeta compulsivamente não pode projetar senão a própria infelicidade, cujos motivos se encontram dentro dele mesmo, mas dos quais se encontra separado em sua falta de reflexão. Por isso os produtos da falsa projeção, os esquemas estereotipados do pensamento e da realidade, são os mesmos da desgraça. Para o ego que se afunda no abismo de sua falta de sentido, os objetos tornam-se as alegorias de sua perdição encerrando o sentido de sua própria queda. (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 178-9).

Na análise elaborada por Kimmel (1994), há algo nessa perspectiva: a construção da masculinidade passa pelo complexo de Édipo, no qual o garoto se identifica com o pai, que o oprime, ao passo que recalca os traços de ternura e o desejo homoerótico (pelo pai) quando estava afeiçoado à mãe, sendo que essa renúncia ocorre para se livrar do medo da castração pelo pai. No sistema capitalista, a homofobia é a expressão desse medo e desse desejo recalcados, a perseguição é uma forma de provar a masculinidade dentro de um sistema econômico e social que exige provas de êxito. A análise de Kimmel (1994) tem relação com a posição de Adorno (2008), ao discorrer sobre os “durões”, ou seja, sobre aqueles que exibem constantemente os traços de masculinidade como forma de provar-se enquanto homens na sociedade capitalista, apontando que:

A relação humana ideal para ele é o clube, o local de um respeito baseado na considerada desconsideração. As alegrias desses homens, ou antes dos seus modelos, aos quais dificilmente alguém vivo se iguala pois os homens ainda são melhores do que a sua cultura, têm todas elas algo de violência latente. [...] Na realidade, trata-se de já ocorrida violência contra ele mesmo. Se todo desejo incorpora em si aversão passada, então aqui a orgulhosa aversão ao desejo converte-se de modo imediato, imutável, estereotipado em desejo: diferente do vinho, cada copo de whisky, cada trago do charuto recorda a repugnância que o organismo teve que superar para corresponder a estímulos tão fortes, e só isso é registrado como gozo (ADORNO, 2008, p 42).

Sobre a constituição dos durões, Adorno (2008) vai considerar que são masoquistas, na medida em que agem de acordo com o que esperam dele. Porém, é no sadismo que expressam que se encontra a sua mentira: “Essa mentira, entretanto, não é outra senão que a homossexualidade reprimida se manifesta como a única imagem aprovada do heterossexual” (p.42). Assim, o autor considera a existência de dois grupos de estudantes: os durões e os intelectuais. Os intelectuais são comumente taxados de afeminados. A partir dessa polarização, são fundamentadas certas ditaduras – aqui, podemos compreender os papéis sociais que cada gênero possui na cultura heteronormativa. No entanto, na proporção em que se identifica e corresponde às expectativas sociais, a violência que o durão exprime

revela a verdade que tenta negar, ou seja, a homossexualidade negada, reprimida e convertida em virilidade forçada, conforme o autor:

São os durões os propriamente afeminados, que necessitam dos molengas como suas vítimas para não confessar que são iguais a eles. Totalidade e homossexualidade se ajustam. Ao vir abaixo, o sujeito nega tudo o que não seja do seu tipo. O par de opostos homem forte e jovem dócil dissolve-se numa ordem que leva adiante na sua pureza o princípio masculino da ordem. Na medida em que converte todos sem exceção em seus objetos, também os supostos sujeitos, ele passa à pura passividade, virtualmente ao feminino (ADORNO, 2008, p. 42-43).

A transformação das pessoas em objeto corresponde à reificação que o estereótipo fundamenta. Assim, pode-se pensar que o estereótipo também medeia o medo; ele proporciona a racionalização desse sentimento, que, mediado pela ideologia, permite o exercício da dominação e fomenta a violência. Na medida em que esse medo ideológico é internalizado pelos indivíduos, dificulta a experiência seja com o objeto ou com o mundo; o indivíduo se embrutece, torna-se rígido e ignorante: “a profundidade interna do sujeito não consiste em nada mais senão a delicadeza e a riqueza do mundo da percepção externa” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 176).

Para Kimmel (1994), a construção da masculinidade no sistema capitalista e as formas de violência que dela deriva – machismo, homofobia, racismo – também se aplica ao *bullying*, haja vista que os traços de fragilidade e ternura, associados à feminilidade, são perseguidos pelos homens como forma de provar a sua masculinidade. Nesse sentido, o agressor nos casos de *bullying* sempre escolhe uma vítima que ele considera frágil; quando ele agride essa vítima “frágil e sensível” ele procura provar a sua masculinidade e, ao mesmo tempo, comprova que esses traços não são socialmente aceitos na cultura. A desigualdade de forças entre o agressor e a vítima torna-se a força motriz para a repetição da violência, pois, na medida em que o agressor elege alguém mais fraco para demonstrar sua força, ele não prova a sua masculinidade, causando-lhe um sentimento de vazio e, a partir disso, ele passa a perseguir outras pessoas mais fracas. Assim, o medo que ainda está presente no *bullying* é o de ser percebido como afeminado, frágil ou sensível por outros homens.

Certamente, no *bullying*, as pessoas que demonstram traços de fragilidade e sensibilidade são as que são perseguidas (CROCHIK, 2015). Isso pode ocorrer, porque o agressor se identifica e reproduz o processo cultural, que também é pautado no uso descomunal da força. Em relação ao medo, consideramos que a sua internalização contribui

para o empobrecimento das experiências e fomenta a adaptação do indivíduo ao contexto sociocultural, que leva o indivíduo a reproduzir a cultura. Assim, se o agressor nos casos de *bullying* direciona a violência aos frágeis, isso significa que projeta neles o seu medo de ser considerado frágil. Consideramos também, que nos casos de *bullying*, os alvos são menos delimitados e que essa indiferenciação ocorre, porque o agressor replica o processo de estereotipização como forma de encontrar sentido para seu vazio interno – socialmente engendrado. No que concerne ao medo que se expressa no *bullying* e a forma pela qual opera nos indivíduos, ele não deixa de se relacionar com a falsa projeção. Nesse caso, é a negação socialmente estimulada da natureza e da fragilidade, que ao ser reprimida manifesta-se pela dominação daquilo que se teme.

Adorno (2008, p. 160) afirma que “a psicologia não alcança o horror”. Conclui isso ao lançar seu olhar sobre o medo; na forma pela qual aquilo que se teme, sem fundamento real, composto por ideias fixas, torna-se habitualmente em acontecimento. A origem disso, segundo o autor, encontra-se na realidade, pois nela há algo que remete à fantasia paranoide e que por ela é distorcido; “o sadismo latente de todos adivinha sem erro a fraqueza latente de todos. E a fantasia persecutória é contagiosa: quando quer que se apresente, os espectadores são levados irresistivelmente a imitá-la (ADORNO, 2008, p. 159). A partir disso, tem-se a coletivização do delírio que propulsiona a criação de seitas e (porque não?) de partidos políticos, nos quais os integrantes reúnem-se para compartilharem da mesma insânia. O cumprimento da fantasia paranoide é consonante com o princípio da violência no qual a sociedade se erige: na perseguição dos indivíduos entre si. Segundo Adorno (2008), o indivíduo produtor do delírio persecutório fica em desvantagem quando projeta na vítima algo que foi engendrado pela totalidade social, na perseguição projetada ele busca encontrar sentido naquilo que, conforme a realidade objetiva, não tem sentido: “ele se consome porque quer agarrar diretamente, como que com mãos nuas, a insânia coletiva à qual se assemelha, enquanto o absurdo mesmo consiste na intermediação consumada” (ADORNO, 2008, p. 160). Nesse sentido, a partir do momento em que a realidade social corrobora em parte com aquilo que o delírio concebe, mais o indivíduo fica preso na doença, de forma que ele passa a ajustar a realidade em conformidade com as suas crenças.

Ainda na pior e mais absurda ideia do que ocorre, na mais descabelada projeção encontra-se o esforço inconsciente da consciência para conhecer a lei fatal segundo a qual a sociedade perpetua a vida. Com efeito, a aberração não passa do curto circuito da adaptação; a demência aberta de um invoca equivocadamente no outro pelo nome certo a demência do todo, e o paranoico é a caricatura da vida certa, ao buscar por sua conta equipará-la à vida falsa. Entretanto, assim como no

curto circuito saltam fagulhas também numa fulguração delírio e delírio se comunicam na verdade. Os pontos de comunicação são a comprovação definitiva das fantasias persecutórias, que enganam o enfermo dando-lhe razão e nisso só o empurram ainda mais fundo. A superfície da existência volta a fechar-se de imediato, e lhe dá a prova de que as coisas não vão assim mal nem ele está maluco. Ele antecipa subjetivamente a situação na qual a loucura objetiva e a impotência do indivíduo se fundem sem mais, assim como o fascismo, como ditadura dos portadores de mania persecutória, torna reais todos os temores de perseguição das vítimas. Nessas condições, saber se uma suspeita exagerada é paranoica ou tem base real como débil eco privado da turbulência da história é algo que só pode ser decidido posteriormente (ADORNO, 2008, p. 160).

Dessa forma, a diferenciação entre medo real e fantasia delirante, tal como a psicanálise institui, torna-se complexa, pois a realidade social fornece constantemente tanto os objetos a se temer quanto a permissão para dominar o objeto do medo. Assim, o princípio da sociedade, que é a violência posta na dominação, expande-se para as relações humanas – e nem mesmo o peso da História foi capaz de aplacar esse princípio.

O reconhecimento de sua existência e dos seus direitos, por parte dos homossexuais, também é atravessada pelo medo e pela violência defendem-se, porque não há a possibilidade da fuga. Como alguém fugiria de sua natureza se os impulsos sexuais não realizados são projetados sobre a forma de agressão nas vítimas? A luta que se trava é entre os ideais sociais internalizados e defendidos pelos homofóbicos e a autoconservação por parte da população LGBTQIA+. É uma luta que torna visível que a sociedade não garante aquilo que promete aos indivíduos; o descompasso entre o progresso técnico e os fins humanos.

4.4 O TABU DA SEXUALIDADE: SUA INFLUÊNCIA NA HOMOFOBIA

Essa seção discute a forma pela qual os tabus sexuais e o tabu sobre o corpo influenciam na violência homofóbica.

Freud (1974) lança um olhar sobre os tabus dos povos primitivos, apontando algumas dimensões desse fenômeno psicossocial. Nesse sentido, Freud (1974) até chega a aproximar as restrições do tabu com os sintomas da neurose obsessiva, porém, para atender aos objetivos desta análise, procuramos compreender como o tabu sobre a sexualidade influencia na violência aos homossexuais. O tabu, de acordo com as pontuações de Freud (1974), desempenhava um papel social importante na organização social dos povos primitivos e possivelmente alicerça o sistema jurídico da civilização. Assim, considerando

o processo histórico do desenvolvimento humano, alguns desses tabus tornaram-se cristalizados (devido à sua transmissibilidade) e impuseram-se em práticas sociais de discriminação ainda nos dias de hoje – principalmente os tabus sexuais. A imposição dos tabus em povos primitivos assemelhava-se a processos do preconceito: o social, pela discriminação do alvo, o cognitiva, por meio do uso de estereótipos e o da dimensão afetiva do tabu, que, conforme Freud (1974), representa a ambivalência afetiva, geralmente perpassada pelo medo em relação ao objeto ou pessoa tabu, nos quais são tornados alvos de projeção dos impulsos.

Em termos gerais, Freud (1974) aponta que o conceito de tabu provém da cultura polinésia e designa sentidos contrários: ao mesmo tempo em que indica algo sagrado, nomeia também aquilo que é perigoso e proibido, conotando, assim, algo que não pode ser abordável, manifestado em proibições e restrições. As proibições colocam-se por conta própria, no sentido de que não estão vinculadas a uma ordem moral ou religiosa. No tabu, não há nenhum sistema definido nem necessidades reais para as proibições que ele determina, elas são aceitas prontamente pelas pessoas como algo natural. O autor considera algumas classes de tabus, sendo elas: naturais ou diretos – inerente à pessoa ou à coisa; comunicados ou indiretos – adquiridos ou impostos por um sacerdote ou chefe; e os intermediários – em que envolve as duas classes anteriores, ou seja, são naturais e indiretos e comunicados e diretos. Assim como são várias as classes do tabu, também são numerosos seus objetivos: a proteção de pessoas importantes contra algum mal, a proteção de pessoas consideradas como fracas na comunidade (como as mulheres e as crianças), a precaução contra o manuseio ou contato com cadáveres ou ingestão de certos alimentos, a resguarda de alguns atos da vida (nascimento, casamento e funções sexuais); a proteção contra a raiva dos deuses ou espíritos; e prevenir contra ladrões a propriedade de um indivíduo.

As sansões que eram aplicadas à pessoa que violasse o tabu era deixada a um agente interno, ou seja, o próprio tabu se vingava; na fase mágica da humanidade, quando surgiram as ideias sobre deuses e espíritos aos quais o tabu era associado, a violação àquele predizia o castigo das entidades sobrenaturais. Na medida em que as comunidades se organizavam, a sansão pela violação do tabu era aplicada pela própria sociedade, “dessa forma, os primeiros sistemas penais podem ser remontados ao tabu” (FREUD, 1974, p. 38). A pessoa que violasse o tabu transformava-se também em tabu e alguns perigos derivados de sua violação poderiam ser evitados por meio da expiação ou purificação.

Segundo Freud (1974), é devido à transmissibilidade do tabu que ocorre a sua tentativa de expulsá-lo por meio dos rituais de purificação. Nesse sentido, aponta que os

tabus podem ser permanentes ou temporários. Os permanentes estão associados aos sacerdotes, aos chefes e às pessoas mortas e a seus pertences. Os temporários evitam o contato pessoal em alguns estados naturais: o nascimento, a menstruação e o contato com guerreiros antes ou depois de uma batalha, por exemplo. Sobre a imposição dos tabus, o autor afirma que:

O que nos interessa, portanto, é certo número de proibições às quais esses povos primitivos estão sujeitos. Tudo é proibido, e eles não têm nenhuma ideia por quê e não lhes ocorre levantar a questão. Pelo contrário, submetem-se às proibições como se fossem coisa natural e estão convencidos de que qualquer violação terá automaticamente a mais severa punição. Ouvimos histórias dignas de fé de como qualquer violação involuntária de uma dessas proibições é de fato automaticamente punida. Um transgressor inocente, que, por exemplo, tenha comido um animal proibido, cai em profunda depressão, prevê a morte e em seguida morre de verdade. Essas proibições dirigem-se principalmente contra a liberdade de prazer e contra a liberdade de movimento e comunicação. Em alguns casos têm um significado compreensível e visam claramente a abstinências e renúncias. Mas em outros casos o motivo central é inteiramente incompreensível; estão relacionadas com detalhes triviais e parecem ser de natureza puramente cerimonial (FREUD, 1974, p. 39-40).

Outra característica que Freud (1974) identifica nos tabus é a quantidade de atributos considerados perigosos por detrás das proibições, cuja função está ligada à perspectiva de que algumas coisas ou pessoas possuem/representam mais perigos do que outras e, como dito anteriormente, a pessoa que viola o tabu torna-se tabu, pelo fato de que é transferida a ela toda a ‘carga perigosa’ do objeto ou da pessoa.

Mediante tais considerações, Freud (1974) aproxima a incidência dos tabus às proibições da neurose obsessiva, de forma que a teoria psicanalítica encontra similaridades entre uma prática psicossocial e a dinâmica psíquica daqueles sujeitos. Assim, aponta que a prática dos tabus e os sintomas obsessivos concordam entre si nos seguintes aspectos: ausência de razão nas proibições; são internamente regulados (associam-se às necessidades dos sujeitos); são deslocáveis e o objeto representa perigo de infecção caso haja contato; criam imposições cujo resultado são os ritos ou cerimônias. De acordo com Freud (1974), a principal constelação psicológica que se fixa nessa correlação entre neurose obsessiva e tabu é a ambivalência do sujeito para com o objeto proibido:

Ele deseja constantemente realizar esse ato (o tocar) [e o considera seu gozo supremo, mas não deve realizá-lo] e também o detesta. O conflito entre essas duas tendências não pode ser prontamente solucionado porque - não há outra

forma de expressá-lo - elas estão localizadas na mente do sujeito de tal maneira que não podem vir à tona uma contra a outra. A proibição é ruidosamente consciente, enquanto o desejo persistente de tocar é inconsciente e o sujeito nada sabe a respeito dele. Se não fosse esse fator psicológico, uma ambivalência como esta não poderia durar tanto tempo nem conduzir a tais consequências (FREUD, 1974, p. 47).

Assim, para Freud (1974), o medo é o sentimento que fundamenta a atitude do indivíduo em relação ao contato com o objeto tabu: uma vez que, por gerações, os tabus foram repassados no interior de cada tribo por chefes e parentes, eles tornaram-se organizados. A persistência do tabu decorre do fato de que o desejo original de violá-lo persistiu em algumas tribos, de forma que os indivíduos passaram a ter uma atitude ambivalente em relação a ele: “Em seu inconsciente não existe nada que mais gostassem de fazer do que violá-los, mas temem em fazê-lo; temem precisamente porque gostariam, e o medo é mais forte que o desejo” (FREUD, 1974, p. 48-9). Insiste o autor na ideia de que o fundamento do tabu é uma proibição para a qual há, no inconsciente, uma forte tendência em realizá-la. A qualidade de ser considerado perigoso que se repete em todos os tabus tem como função, segundo Freud (1974), excitar a ambivalência nos homens de forma que os incite para a transgressão da proibição:

Homens mortos, recém-nascidos e mulheres menstruadas ou nas dores do parto estimulam desejos pelo seu desamparo especial; um homem que acaba de atingir a maturidade os estimula pela promessa de novo prazer. Por essa razão, todas essas pessoas e todos esses estados são tabu, visto que se deve resistir à tentação (FREUD, 1974, p. 50).

A diferença social entre os indivíduos da tribo determina o quão tabu a pessoa pode se tornar; desse modo, o tabu de um rei é muito forte para os súditos, haja vista que a diferença social entre eles é grande.

A violação em relação às proibições do tabu podem constituir um perigo social e, por isso, devem ser punidos pela comunidade: a violação leva à imitação e isso poderia conduzir a dissolução da comunidade. No entanto, Freud (1974, p. 52) pontua que alguns tabus foram geridos por chefes e sacerdotes com o intuito de manter seus próprios privilégios:

O tabu tornou-se método comum de legislação nas comunidades por ele afetadas e veio a servir objetivos sociais que por certo são mais recentes que o próprio tabu: tais, por exemplo, são os tabus impostos por chefes e sacerdotes para a proteção de seus próprios privilégios e propriedades (FREUD, 1974, p. 52).

Mediante tais considerações, podemos pensar que os tabus também alicerçam relações de dominação – o chefe que impõe restrições com o objetivo de proteger seus privilégios, por exemplo. Eles também despertam o desejo do indivíduo em violá-los, o que fundamenta a ambivalência, pois, ao mesmo tempo em que instiga, proíbe. Isso implica que o medo perpassa as relações entre os homens e deles com a natureza. A internalização do medo dificulta a experiência de contato ou mesmo de violação – quando o tabu é prontamente aceito sem questionamentos em relação ao suposto perigo. A sansão que recai sobre quem viola a proibição é a exclusão social, pois o transgressor é contaminado pelo poder que o tabu possui ou ele é purificado por meio de rituais.

Essa dimensão aproxima-se da discriminação que pode ocorrer no preconceito por meio da marginalização ou da segregação (CROCHIK, 2015). Assim, a segregação é a exclusão social do transgressor ou objeto tabu e a marginalização poderia ser exemplificada pelo afastamento temporário do violador até que ocorra o ritual de purificação. Diferente do que ocorre no preconceito, os afastamentos sociais decorrentes do tabu (a marginalização) são temporários, possibilitando a reintegração do indivíduo. Freud (1974, p. 53) ilustra o caso do tabu em relação ao tratamento aos inimigos e fica evidente, nessa passagem, o tabu que recai sobre o guerreiro quando retorna triunfante de uma guerra: em muitas tribos, os guerreiros são proibidos de retornarem à sua casa, ter contato com seus familiares e, muitas vezes, não podem nem tocar em alimentos até que passem pelo ritual da purificação. Mas em outros casos, isso não ocorre, como é o caso das viúvas e dos viúvos, de acordo com o autor:

Entre os shuswap da Colúmbia Britânica, as viúvas e viúvos enlutados são isolados e proibidos de tocar na própria cabeça e no próprio corpo; as canecas e panelas que utilizam não podem ser usadas por ninguém mais. Nenhum caçador chega perto dessas pessoas enlutadas, porque a presença delas dá azar. Se sua sombra caísse sobre alguém, este ficaria doente em seguida (FREUD, 1974, p. 67).

Outro fator que assemelha o tabu ao preconceito é o estereótipo. Ao discorrer sobre o tabu em relação aos mortos, Freud (1974) aponta que um dos costumes mais estranhos e instrutivos é a proibição de pronunciar o nome da pessoa morta. Esse tabu, de acordo com o autor, foi encontrado entre os australianos, polinésios, samoiedos da Sibéria, Índia meridional, mongóis da Tartária e os tuaregues do Saara, em tribos no Japão e na África central. Em algumas tribos a proibição e suas consequências perduram o período do luto, noutros casos são permanentes e diminuem sua rigidez com o passar do tempo. O tabu em

relação aos mortos propulsiona a estratégias de evitação, embora seja incompreensível o horror que o nome do falecido desperta. Nesse sentido, conforme aponta Freud (1974), nas tribos da África Oriental, o morto tem seu nome imediatamente trocado após o falecimento de forma que pode ser referenciado pelo seu novo nome, enquanto perduram as restrições impostas ao nome antigo. Na Austrália do Sul, após a morte de um indivíduo, todos os membros da tribo que possuem nome semelhante ou igual ao falecido, trocam seu nome por outro. Nas tribos do noroeste da América, todos os parentes do morto trocam seus nomes, independente de semelhanças de som. Pode também ocorrer que, se o falecido tiver o nome de um animal ou objeto comum da tribo é dado aos animais e aos objetos outras denominações, de forma que o novo conceito não lembre o defunto:

O pavor de enunciar o nome de um defunto leva, na verdade, a evitar a menção de qualquer coisa na qual o morto tenha participado; e uma consequência importante desse processo de supressão é que os povos não possuem tradições nem lembrança histórica, de maneira que qualquer pesquisa de sua história primitiva se defronta com as maiores dificuldades. (...) O tabu sobre os nomes parecerá menos misterioso se tivermos em mente o ato de que os selvagens encaram o nome como uma parte essencial da personalidade de um homem e como uma posse importante: eles tratam as palavras, em todos os sentidos, como coisas (FREUD, 1974, p. 70).

O estereótipo nada mais é do que a reunião de conceitos que corresponde a uma definição rígida e distorcida acerca de um grupo de pessoas sem levar em consideração a determinação histórica; de forma que leva a certa rigidez mental e de conduta e, também, a uma relação interpessoal objetificada. Assim, o tabu em relação ao morto e as ações empregadas para se evitar o nome do falecido lembram o processo de estereotipia presente no preconceito. Todavia, diferente do preconceito, a “estereotipia” no tabu é mais flexível, uma vez que o nome do defunto pode ser dado a uma nova criança nascida na tribo após um longo período de luto. No preconceito, a estereotipização é mais rígida, ou seja, o estereótipo não abranda com o passar do tempo, nesse caso, quanto mais se transforma mais rígido fica, passando a comportar, inclusive, ideias contraditórias em relação a um mesmo grupo de pessoas.

A ambivalência que o tabu intrinsecamente possui desperta o desejo de transgressão e de proibição ao mesmo tempo. É justamente essa ambivalência que possibilita, no tabu, a projeção dos impulsos hostis para o objeto ou para a pessoa que transgride e/ou se torna tabu, tal como ocorre no preconceito. Nas palavras de Freud (1974, p. 74):

Suponhamos que a vida emocional dos povos primitivos se caracterize por um grau de ambivalência tão elevado quanto o que, pelas descobertas da psicanálise, somos levados a atribuir aos pacientes obsessivos. Torna-se fácil então compreender como, após uma penosa aflição, os selvagens são obrigados a produzir uma reação contra a hostilidade latente no seu inconsciente semelhante à que é expressa como autocensura obsessiva no caso dos neuróticos. Mas essa hostilidade, aflitivamente sentida no inconsciente como satisfação pela morte, é tratada de forma diferente pelos povos primitivos. A defesa contra ela assume a forma de deslocá-la para o objeto da hostilidade, ou seja, para os próprios mortos. Esse procedimento defensivo, comum tanto na vida mental normal quanto na patológica, é conhecido como ‘projeção’. O sobrevivente nega, assim, que tenha algum dia alimentado quaisquer sentimentos hostis contra o morto querido; em vez disso, é a alma do defunto que os alimenta e procura pô-los em ação durante todo o período de luto. Apesar da defesa bem sucedida que o sobrevivente consegue através da projeção, sua reação emocional apresenta as características de castigo ou remorso, porque é o sujeito dos temores, e submete-se a renúncias e restrições, embora estas sejam em parte disfarçadas como medida de proteção contra o demônio hostil. Mais uma vez, então, descobrimos que o tabu desenvolveu-se com base numa atitude emocional ambivalente.

Similar ao preconceito, no qual o alvo além de ser ‘o bode expiatório’ do preconceituoso que engendra processos não só de exclusão social, mas de violência e de morte, no tabu, a hostilidade contra uma pessoa também produz processos de extermínio. Ao analisar a ambivalência que o tabu desperta e a forma pela qual a hostilidade é projetada, Freud (1974, p. 64) faz a seguinte consideração:

A desconfiança que fornece um dos elementos inequívocos dos tabus reais seria então outra expressão, mais direta, da mesma hostilidade inconsciente. Na verdade, diante da variedade de resultados de um conflito desta espécie que são encontrados entre os diferentes povos, não nos faltam exemplos em que a existência desta hostilidade é ainda mais obviamente mostrada. ‘Os selvagens timmes da Serra Leoa’, nos contra Frazer, ‘que elegem seu rei, reservam-se o direito de espanca-lo na véspera da coroação e valem-se desse privilégio constitucional com tão boa disposição que, às vezes, o infeliz monarca não sobrevive muito à sua elevação ao trono. Daí, quando acontece de os principais chefes terem rancor de um homem e desejarem livrar-se dele, elegerem-no rei’. Mesmo em exemplos manifestos como este, a hostilidade não é admitida como tal, mas disfarçada em cerimonial.

Em outra análise, Freud (1970) expõe o tabu da virgindade entre os povos primitivos, cujo teor versa sobre o ritual de rompimento do hímen por outro membro da

tribo (mulheres ou homens – na maioria das vezes) que não o marido. O tabu sobre a virgindade presente nos povos primitivos possui ressonância, segundo o autor, nos casamentos monogâmicos: a perda da virgindade com o marido representa uma ‘dominação’ necessária, pois o defloramento criaria um laço emocional entre os parceiros, o qual foi denominado de ‘sujeição sexual’, que, para o autor, é importante para a manutenção das relações monogâmicas civilizadas. Conforme Freud (1970), todo tabu é uma proteção contra algo que é temido e desejado; no caso do tabu da virgindade o que representa perigo ao homem é a mulher. Sobre a ocorrência desse tabu, toma como prioridade:

A terceira explicação - a que Crawley prefere - chama a atenção para o fato de que o tabu da virgindade é parte de uma grande soma que abrange a totalidade da vida sexual. Não é, apenas, o primeiro coito com uma mulher que constitui tabu e sim a relação sexual de um modo geral; quase se pode dizer que a mulher inteira é tabu. A mulher não é unicamente tabu em situações especiais decorrentes de sua vida sexual, tais como a menstruação, a gravidez o parto e o puerpério; além dessas situações, as relações sexuais com as mulheres estão sujeitas a restrições tão solenes e numerosas que temos muitas razões para duvidar da suposta liberdade sexual dos selvagens. É verdade que, em ocasiões especiais, a sexualidade do homem primitivo pode sobrepujar todas as inibições; mas, de maneira geral, parece ser mais fortemente dominada por proibições do que o é nas camadas mais altas da civilização. Sempre que o homem se lança em um empreendimento especial, como partir para uma expedição, para uma caça ou uma campanha, é obrigado a se afastar da mulher e, principalmente, da relação sexual com a mesma; pois, de outra forma, ela pode lhe paralisar a força e lhe trazer má sorte. [...] As necessidades sexuais podem, de tempos a tempos, derrubar novamente essas barreiras de separação mas, em algumas tribos, mesmo os encontros entre marido e mulher têm de se realizar fora de casa e às escondidas (FREUD, 1970, p,183-4).

Detemo-nos aos fatos de que um tabu pode se conservar e se impor de outras formas e aspectos. Também chama-nos a atenção o fato de que a liberdade sexual, mesmo nos povos primitivos, não existe; sendo que o que ocorre é uma variação menos inibida de algumas práticas sexuais – quando comparadas às práticas sexuais dos povos primitivos com as do ‘civilizados’. Se a função do tabu visa à proteção contra algo que ameaça a organização social e os indivíduos, o tabu da virgindade protege contra quais perigos? Na realidade, nenhum. No entanto, como aponta Freud (1970), ele protege o homem contra a hostilidade da mulher, vencer o medo e a hostilidade que a mulher representa, segundo o

tabu, é importante para o homem ‘civilizado’ porque cria vínculos de afeição da mulher para com marido, de forma que ela não seja tentada à poligamia, ou seja, é importante para manter as relações de posse ao mesmo tempo em que intensifica as proibições. Neste sentido, podemos perceber que a imposição de restrições sexuais transcorre o percurso histórico; a intensificação das proibições possibilitou o progresso da civilização.

Segundo Marcuse (1972), em Freud já está implícita a ideia de que o progresso técnico não está a favor da felicidade humana, pois, segundo ele, a humanidade paga com a sua felicidade o progresso da civilização e, em contrapartida, recebe da sociedade a intensificação do sentimento de culpa. Assim, Marcuse (1972, p. 85) pontua que: “Se a irracionalidade do sentimento de culpa é a da própria civilização, então é racional; e, se a abolição da dominação destrói a própria cultura, então resta o crime supremo, e nenhum meio para o impedir é irracional”. A superação desse estado de irracionalidade e de agressão somente pode ser efetuada na medida em que se fortalecem os instintos sexuais, e é justamente isso que a sociedade não faz, pois precisa controlar obstinadamente aqueles instintos.

De acordo com Marcuse (1972), o progresso só é alcançável pelo trabalho, as formas de trabalho tem como propósito agenciar e ampliar as necessidades da vida, porém não traz para o indivíduo nenhuma satisfação. Já em Freud, na sua teoria das pulsões, o trabalho é não-libidinal, é labuta, o que é psiquicamente desagradável. Se não fosse o esforço constante da sociedade em controlar as pulsões de vida e de morte, não haveria progresso. A sociedade retira das pulsões a força para se promover; percebe-se isso, inclusive, nas relações interpessoais, que, pela renúncia aos instintos, tornam-se adequadas e possibilita a sociabilidade entre as pessoas. Portanto, a sociedade se estrutura e se reproduz na medida em que promove constantemente a renúncia, a restrição.

O indivíduo sociabilizado, pode-se dizer, é aquele que sublima seus impulsos. Não obstante, pela sublimação constante ocorre a dessexualização (Marcuse, 1972, p. 87). Isso instaura uma dinâmica na qual a cultura exige constantemente a sublimação ao mesmo tempo em que enfraquece a pulsão de vida e com o enfraquecimento dos instintos sexuais, libera-se os impulsos agressivos. “Originada na renúncia e desenvolvendo-se sob progressiva renúncia, a civilização tende para a autodestruição”. O trabalho artístico, para Marcuse (1972, p. 88), quando genuíno, é fonte de prazer, pois é a expressão de uma “constelação instintiva não-repressiva” cuja finalidade também é não-repressiva. Contrário a isso, todo o trabalho que possibilitou o progresso da civilização foi o trabalho penoso, alienável e desagradável, e esse caráter se preservou.

Diante do trabalho alienado que a civilização industrial utiliza como mecanismo de controle, tanto sobre as necessidades humanas quanto sobre os impulsos, uma sociedade livre é inconcebível. Dessa forma, se a sociedade não dispôs a crescente produtividade em função da diminuição da repressão – e a tecnologia contribui para isso, quando diminui o tempo necessário para a produção do necessário para autoconservação, ou seja, a tecnologia atua contra o uso repressivo da energia – a produção deve voltar-se contra os indivíduos e torna-se ferramenta de controle (Marcuse, 1972, p. 94). Esse controle da sociedade é internalizado, por meio do superego, à “consciência” moral do indivíduo, que indica os mecanismos de defesa da sociedade, sendo o principal o aumento do controle não sobre os instintos, mas sobre a consciência. Assim:

A manipulação da consciência que tem ocorrido em toda a órbita da civilização industrial contemporânea foi descrita nas várias interpretações de “culturas populares” e totalitárias: coordenação da existência privada e pública, das reações espontâneas e solicitadas. A promoção de atividades ociosas que não exigem empenho mental, o triunfo das ideologias anti-intelectuais, exemplificam essa tendência. Essa extensão de controle a regiões anteriormente livres da consciência e ao lazer permite um relaxamento dos tabus sexuais (anteriormente mais importantes, visto que os controles globais eram menos eficientes). Hoje, comparada com a dos períodos puritano e vitoriano, a liberdade sexual aumentou indiscutivelmente (embora uma reação contra a década de 1920 possa claramente observar-se). Ao mesmo tempo, porém, as relações sexuais passaram a estar muito mais assimiladas com as relações sociais; a liberdade sexual harmoniza-se com o conformismo lucrativo. O antagonismo fundamental entre sexo e utilidade sexual – em si mesmo um reflexo do conflito entre o princípio de prazer e o princípio de realidade – é obnubilado pela progressiva incrustação do princípio de realidade ao princípio de prazer. Num mundo de alienação, a libertação de Eros atuaria, necessariamente, como uma força destruidora e fatal – como a total negação do princípio que governa a realidade repressiva (Marcuse, 1972, p. 95).

A partir dessas observações, podemos inferir que o tabu influenciou tanto na criação dos códigos de legislação – como apontou Freud – quanto nas formas de controle social. Dependendo da necessidade que a sociedade requer, ela incute nos indivíduos, por meio do superego, formas de concordância com os seus anseios; os tabus podem ser um exemplo: eles podem ser afrouxados ou mais incisivos em uma dada época histórica, no entanto, a sua função é sempre a mesma: a manutenção das relações de dominação. Eis aí, talvez, a compreensão sobre a asserção de Adorno (2015) quando diz que todo o teórico que se

empenha a investigar os tabus possui uma difícil tarefa e acaba sempre falando da mesma coisa.

O tabu sexual influenciou no campo jurídico, quando, dentre alguns exemplos, foi conivente com a patologização da homossexualidade e da identidade de gênero; quando compreendeu a homossexualidade como crime; quando colocou restrições aos relacionamentos homoafetivos, impossibilitando essa população de ter acesso aos direitos fundamentais de um cidadão; quando politicamente matou centenas de pessoas, inclusive homossexuais, por serem considerados uma “raça” inferior.

Não obstante, ele também continua sendo utilizado como forma de exercer controle e perpetuar relações de dominação. Se, outrora, os tabus sexuais impediam relações incestuosas, protegiam as pessoas contra tentações e medos imaginários, de forma a manter a ordem social e a sobrevivência dos membros da tribo, atualmente, ele encontra-se afrouxado, mas com o mesmo potencial repressivo.

Em Marcuse (1972), isso representa a dessexualização de Eros (pulsão sexual) em consonância com a manutenção da sociedade e com as formas de repressão que ela engendra. Em Adorno (2015), a ideia da dessexualização do sexo também está presente e isso ocorre na medida em que o sexo é integrado à sociedade, ou seja, quando ela passa a gerir – estimular, inibir ou manipular – as práticas sexuais de forma que retira do sexo o seu potencial de prazer e de satisfação: “Psicanalistas não teriam dificuldades em demonstrar que em todo empreendimento sexual padronizado e controlado por monopólios, com as roupas padronizadas das estrelas de cinema, os prazeres preliminar e substitutivo sobrepujam o prazer propriamente dito” (Adorno, p. 202). No entanto, conforme Adorno (2015), o preocupante nessa situação é que, na proporção em que a sociedade manipula o sexo, conseqüentemente ela promove o recalque da pulsão sexual, contribuindo para a constituição da personalidade autoritária, ao passo que, em Marcuse, a dessexualização do sexo é uma ferramenta que serve à manutenção do controle:

Em contraste com a destrutividade de Eros libertado, o relaxamento da moralidade sexual, dentro do sistema firmemente consolidado e controles monopolistas, serve ao sistema. A negação está coordenada com “o positivo”: a noite com o dia, o mundo sonhado com o mundo do trabalho, a fantasia com a frustração. Então o indivíduo que folga nessa realidade uniformemente controlada recorda não o sonho, mas o dia, não a fantasia, mas a sua denúncia. Em suas relações eróticas, os indivíduos “respeitam seus compromissos” – com charme, com romance, com seus “comerciais” favoritos (MARCUSE, 1972, p. 95-6).

A diferença entre os autores ao tratar sobre o tabu sexual é que, enquanto Adorno (2015) chama a atenção para o fato de que o exercício constante de repressão da pulsão sexual constitui caracteres autoritários, Marcuse (1972) chama a atenção para o fato de o exercício de repressão ser além do necessário (mais repressão) que a sociedade promulga para se manter, leva os indivíduos a se identificarem com as repressões que sofrem. As ideias dos dois autores em pauta não se contradizem, mas, ao contrário, se complementam, pois, conforme diz Adorno (2015), os sujeitos autoritários são perturbados por fantasias de perseguição contra aqueles que parecem desviantes de uma determinada moral sexual e propõe que:

Dessexualização da sexualidade deveria ser compreendida psicodinamicamente como a forma do sexo genital, em que este mesmo se transforma em poder de impor tabus e inibe as pulsões parciais ou as elimina. Utopia sexual inclui não ser em si mesmo e também, na pessoa amada, amar não apenas ela própria: negação do princípio do eu. Ela estremece aquela invariante da sociedade burguesa em sentido amplo, que desde sempre teve em vista a integração: a exigência da identidade. Inicialmente, esta deveria se produzir, mas finalmente deveria ser mais uma vez superada. O que é meramente idêntico a si mesmo não possui felicidade. No centramento genital ao redor do eu e do outro igualmente fixo em si, para o qual não por acaso tornou-se moda o título de “parceiro”, esconde-se um narcisismo. A energia libidinal é deslocada para o poder, que a domina e, por isso, a engana. (...) No clima que mescla a violência subterrânea das proibições à mentira de que elas não possuiriam mais força, florescem as perseguições de estilo mais recente. De modo complementar à fraqueza do eu que se evidencia em toda parte, como incapacidade psicologicamente adquirida de se desviar do que todos fazem, as pulsões parciais, se não nos enganamos completamente, são recalçadas de forma psíquica e real mais do que antes, tal como são também tratadas socialmente, quanto menos, aparentemente, for indecente, tanto pior a vingança naquilo que, apesar de tudo, ainda deve existir. (...) Os tabus, em meio à aparência de liberdade, não podem ser tratados de forma descuidada, pois ninguém mais acredita totalmente neles, enquanto são, entretanto, reforçados pelo inconsciente dos indivíduos e pelos poderes institucionais (ADORNO, 2015, p. 205, 206 -7).

Assim, de acordo com Adorno (2015), os tabus sexuais nesta sociedade podem ser utilizados para promover a perseguição contra aqueles que não identificam-se com a ordem social [tanto que as pulsões parciais são tratadas como perversão]. Ou seja, se o investimento da pulsão sexual, que não distingue o objeto, mas visa à satisfação da pulsão, não ocorrer conforme os padrões sociais, então, quem desvia do que a sociedade estabelece

é considerado doente, como é o caso da população LGBTQIA+. Não obstante, o autor supracitado ainda considera que os tabus sexuais contemporâneos imitam os de outrora, eles são apropriados pelos poderes manipuladores da sociedade e são despertados por esses poderes; dito de outra forma: os tabus sexuais são política e economicamente despertados e manipulados. Os tabus sexuais contemporâneos servem à repressão, que possibilita direcionar a indignação a qualquer coisa possível sem levar em conta sua qualidade: o objeto de agressão dos instintos reprimidos pode ser, por exemplo, os inimigos escolhidos pela economia e/ou política. Conforme o autor:

A prostituta, imagem daquilo que a inexperiência e a inveja concebem como vício, é identificada, indubitavelmente, em grande medida, com a pulsão parcial. Ela fornece perversidade, em espantosa contradição com a forma empobrecida e frustrante de ganhar a vida em que se tornou a prostituição em uma sociedade de casas de vidro que desinfeta todos os esconderijos (ADORNO, 2015, p. 210).

Tal como a prostituta, outros que se identificam com a ‘perversidade’ são os homossexuais. Os representantes da pulsão sexual ‘perversa’ e os ‘diferentes’ na sociedade, não inteiramente integrados, por assim dizer, são perseguidos, tal como ocorre na homofobia.

Há, talvez, um exemplo atual que ilustra bem a forma pela qual os tabus sexuais são apropriados pela política, manipulados, instigados e repressivos e, não contrariamente, servem como desculpa para promover a perseguição contra algumas minorias por meio das instituições sociais. Recentemente, grande parte da mídia nacional e o jornal “O Globo” noticiaram, em 03/01/2020, que a nova estratégia do Governo Federal, representado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e pelo Ministério da Saúde, adotará a promoção da abstinência sexual como forma de prevenção à gravidez na adolescência e o sexo seguro. Conforme a reportagem:

Em nota, a pasta nega a promoção da abstinência como política de governo: “A ideia é garantir o empoderamento de meninas e meninos sobre o planejamento de vida e a consequência de suas escolhas”, afirmou o ministério. “A ideia de promover a preservação sexual está sendo considerada como estratégia para redução da gravidez na adolescência por ser o único método 100% eficaz e em razão de sua abordagem não ter sido implementada pelos governos anteriores” (O GLOBO, 2020).

A notícia ainda aponta que grande parte dos apoiadores dessa nova ‘estratégia’ do Governo Federal são religiosos. Que a comunidade científica manifestou-se contra essa política pública, pois os dados científicos apontam que tal método não é eficaz. No entanto,

o Governo cita dados de países em que essa política da abstinência sexual funcionou, mas não cita em quais países basearam tal proposta. Além do mais, aponta que o Ministério da Saúde retirou de circulação cartilhas sobre educação sexual e métodos contraceptivos que eram distribuídos pelo Sistema Único de Saúde, pois, conforme os agentes do governo, o conteúdo das cartilhas eram pornográficos; ou seja, os conteúdos sobre educação sexual disponibilizados pelo Ministério da Saúde, cujo intuito era levar esclarecimento à população, foram suspensos e trocados por uma campanha de abstinência sexual mobilizada a partir dos tabus sexuais.

O que podemos perceber nessa política pública de abstinência sexual é a manipulação e a retradução de um tabu sexual antigo: o tabu da virgindade acima descrito. A proibição do antigo tabu, supostamente visava proteger os homens do perigo que a mulher representava no primeiro contato sexual; atualmente, ao que parece, visa proteger a mulher da gravidez precoce. Em ambos os casos, o que está em pauta é a repressão da sexualidade, que concorda com a pauta autoritária do Governo. Certamente, há outras fundamentações religiosas para tal proposta do Governo Federal. Porém, novamente, o que incide é a repressão dos impulsos sexuais pelo viés político, que pode ocorrer tanto na estimulação quanto na restrição dos tabus sexuais. Adorno (2015) aponta que, na Alemanha nazista, as relações sexuais entre os arianos – ‘a raça pura’ – foram muito estimuladas:

A sexualidade genital, contra a qual se revolta a tradicional ameaça de castração, não é mais o alvo. A manada da *Lebensborn* da SS, o encorajamento das garotas para relações sexuais temporárias com aqueles que declaram a si mesmos como da elite e como tais se estabeleceram, é, como muitos crimes pioneiros do Terceiro Reich, meramente a antecipação extrema das tendências sociais globais. O estado da SS foi tão pouco o reino da liberdade erótica quanto a libertinagem das praias e dos *campings* de hoje, que, aliás, a todo momento podem ser obrigados a retroagir ao estado dos chamados “pontos de vista saudáveis” na linguagem dos tabus. Traços antropológicos como o concretismo nos jovens, o definhamento da fantasia e a adaptação sem resistência às condições todo poderosas dadas possuem um aspecto que coaduna perfeitamente à nova forma dos tabus sexuais (ADORNO, 2015, p. 204-5).

Os tabus sexuais ora são rígidos ora são flexíveis, porém, nunca são abolidos. O indivíduo nunca possui a liberdade sexual e, então, sempre há o recalçamento da pulsão sexual que se manifesta, de forma projetada, na violência contra àqueles que não compartilham com práticas sexuais engendradas pela sociedade, como é o caso da homofobia.

Há, também, o tabu em relação ao corpo. Conforme descrito acima, algumas viúvas e viúvos além de serem marginalizados, são impedidos de tocarem no próprio corpo e de se aproximarem de outros membros da tribo. Assim, o objetivo desse tabu é evitar a tentação, ou seja, que essas pessoas tenham contato e relações sexuais com outros membros da comunidade. O tabu em relação ao corpo foi, segundo Adorno e Horkheimer (1985), desfigurado e recalcado pela civilização e também foi apropriado pelo fascismo e vigora de tal modo que é ignorado e isento de críticas.

A mutilação do corpo está associada às relações de trabalho, nas quais ocorreu a cisão entre trabalho e desfrute. Segundo Adorno e Horkheimer (1985), o cristianismo louvou o trabalho ao mesmo tempo em que fez da carne a sede do mal; anunciou a ordem burguesa que superestima o trabalho, ou seja, somente pelo trabalho se alcançaria o paraíso. Os príncipes e patrícios ignoravam a ideia religiosa e explorava a mão de obra dos servos descabidamente, pois, “a irracionalidade da graça divina abria-lhes a possibilidade da salvação” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 216). Os servos, no entanto, percebiam que a humilhação da carne era o reflexo ideológico da opressão na qual eram submetidos. De modo similar, isso ocorreu com os escravos, eles eram considerados como seres inferiores; com isso:

A libertação do indivíduo europeu realizou-se em ligação com uma transformação geral da cultura, que aprofundava cada vez mais a divisão do trabalho, à medida que diminuía a coerção física exercida de fora. O corpo explorado devia representar para o inferiores o que é mau e o espírito, para o qual os outros tinham o ócio necessário, devia representar o bem. Esse processo possibilitou à Europa realizar suas mais sublimes criações culturais, mas o pressentimento do logro, que desde o início foi se propagando, reforçava ao mesmo tempo, com o controle sobre o corpo, essa obscena maldade que é o amor-ódio pelo corpo permeado pela mentalidade das massas ao longo dos séculos e que encontrou na linguagem de Lutero sua expressão mais autêntica (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 217).

Mediante essa transformação histórica, a relação do indivíduo com o seu corpo e o corpo do outro e o desejo de proximidade são atravessados pela irracionalidade e a injustiça da dominação, que se manifestam na crueldade. Nessa perspectiva, Adorno e Horkheimer (1985) vão considerar que o corpo é tabu na cultura moderna. Para eles, o corpo tornou-se objeto de atração e repulsão, ou seja, é, ao mesmo tempo, algo repellido, inferior e também desejado, reificado. A cultura moderna conhece o corpo como coisa que se pode possuir, ou seja, o corpo foi cindido do espírito e tomado como a essência do poder e do comando;

nessa cultura o corpo é coisa morta, “*corpus*”. E devido a sua redução à coisa morta, que incessantemente é reproduzida pelos homens, a natureza vinga-se pelo seu rebaixamento a um objeto de dominação: a compulsão à crueldade e à destruição. Ambas possuem, de acordo com os autores, a mesma origem, a saber, no “recalcamento orgânico da proximidade ao corpo” (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 217), que ocorre de maneira similar ao surgimento do nojo descrito por Freud.

Segundo Adorno e Horkheimer (1985), na burguesia, a dominação era mediatizada pelo comércio, pela comunicação e pela indústria; nessa transformação, na qual o exercício da dominação ocorre pela aparelhagem técnica da indústria, é dispensado o corpo viril. Diferente de como era exigido na Grécia antiga até o feudalismo, cuja relação com o corpo versava sobre a destreza e as habilidades físicas como condição para a dominação. Para os autores, não é possível transformar o corpo físico num corpo vivo; o corpo continuará a ser um cadáver porque as condições culturais que o transformaram em matéria ainda perseveram e a sublimação que permitiu o avanço da sociedade é o resultado desse amor-ódio pelo corpo e pela terra, no qual a dominação encontrou um terreno fértil. Nessa perspectiva, o amor-ódio pelo corpo torna-se brutal e imediato no assassinato, no homicídio e na perseguição político-ideológica; o aniquilamento corresponde ao rancor da reificação, cuja fúria cega destina-se a tudo que vive e que permanece cindido: a vida no espírito e no objeto.

Para Adorno e Horkheimer (1985), na perseguição que leva à morte não existe nenhum sentido racional que a justifique, expressa antes, um ressentimento não-sublimado da natureza, cuja violência atinge a todos os sexualmente desviantes da sexualidade socializada. No entanto, quer numa sociedade que permite o livre exercício da sexualidade, quer numa que a manipule e a restrinja, em nenhum desses modelos de sociedade os “diferentes” são isentos de perseguições: na sociedade da sexualidade livre, pode haver o vício sexual, pelo qual o sexo reconstrói a unidade entre corpo e espírito, há muito tempo cindidos e cada vez mais distantes pelo tabu do corpo; na sociedade repressiva (como a nossa), a perseguição atesta a cisão ao mesmo tempo em que a morte nega a reconciliação entre corpo e espírito, portanto, tudo e todos podem morrer. Nas palavras dos autores:

Na diabólica humilhação do prisioneiro no campo de concentração, que o carrasco moderno acrescenta sem um sentido racional a seu martírio, desponta a rebelião não-sublimada e, no entanto, recalcada da natureza condenada. Ela atinge em toda a sua atrocidade o mártir do amor, o pretenso criminoso sexual e libertino, pois o sexo é o corpo não-reduzido, aquilo que anseiam secreta e desesperadamente todos eles. Na sexualidade livre, o assassino teme a

imediatidade perdida, a unidade originária, na qual não pode mais viver. Ela é o morto que ressurge para a vida. O assassino reduz tudo a uma única coisa, reduzindo-a a nada, porque ele tem que sufocar a unidade dentro de si mesmo. A vítima representa para ele a vida que superou a separação, ela, a vida, deve ser quebrada e o universo deve se reduzir ao pó e ao poder abstrato (ADORNO E HORKHEIMER, 1985, p. 219-20).

Tanto o preconceito quanto o tabu sexual são construídos em ideias e ameaças infundadas, sem uma base e sem um perigo reais que justifiquem a discriminação e a violência. São incômodos e ‘perigos’ psíquicos, sentidos internamente pelos indivíduos, compartilhados e temidos, constituindo um arsenal de representações psíquicas e sociais que resultam em sanções a quem se destina. Há diferenças entre esses dois fenômenos e, nessa leitura, o preconceito não é a transformação histórica do tabu, mas, como pode-se perceber, eles inter-relacionam-se de forma coerente para a conservação da sociedade e das relações de dominação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a violência homofóbica pode ocorrer de duas formas – pelo preconceito ou pelo *bullying* – e que são formas de violência distintas entre si. Recentemente, Crochick (2019), por meio de um estudo empírico, aponta que as características da personalidade narcisista relacionam-se mais com os agressores de *bullying*, ao passo que a violência cuja base é o preconceito possui maior correlação com traços sadomasoquistas de personalidade. O estudo também indica que *bullying* e preconceito podem estar correlacionados, mas ainda assim são formas de violência distintas. Nesse sentido, as análises deste trabalho foram construídas com o intuito de diferenciar a forma pela qual os processos psicossociais atuam nessas duas formas de violência. Supusemos que, uma vez que há diferença entre *bullying* e preconceito e que, na medida em que a personalidade é um fator articulador para a diferenciação entre essas formas de violência, ela diferencia também no agressor; por conseguinte, os processos psicossociais que articulam-se para fomentar, quer o preconceito, quer o *bullying*, contra homossexuais ou contra pessoas da população LGBTQIA+ também operam/functionam de maneira distinta. Ainda que partes dos elementos sejam comuns para as duas formas pela qual a violência homofóbica pode ocorrer, a consideração da literatura científica aponta que o *bullying* é uma forma de violência mais regredida que o preconceito. Assim, para considerar a dimensão regressiva dos elementos psicossociais que se articulam com o *bullying* contra minorias sexuais e de identidade de gênero, baseamo-nos nos ‘elementos do antissemitismo’ de Adorno e Horkheimer (1985), uma vez que a análise sobre a perseguição aos judeus, realizada por esses teóricos, indica uma forma de perseguição mais sistemática e regredida, que ultrapassa a explicação sobre o preconceito e relaciona-se com o *bullying*. Nessa perspectiva, traçamos o nosso objetivo geral: o de refletir sobre os elementos que compõem a violência homofóbica, que pode ocorrer pela via do preconceito ou do *bullying*. Os elementos foram compreendidos pelo seu potencial de fomentar a violência homofóbica e por contribuir para a disposição psíquica regredida.

O empobrecimento da experiência é produto de transformações históricas e a sua fundamentação encontra-se, principalmente, no processo produtivo capitalista. O impacto da racionalidade da produção contribui para que ocorra um distanciamento entre o indivíduo e o meio no qual ele está inserido, de forma que ele não integra à sua interioridade os acontecimentos da realidade em que vive e, com isso, não transforma a cultura, não se diferencia dela e resigna-se a reproduzi-la indiscriminadamente. O indivíduo

empobrecido de experiências tende à violência, porque, tanto é guiado por aquilo que a sociedade rigidamente estabelece como normativa de conduta, de moralidade, de sexualidade, bem como por pensamento e formas de se relacionar com as pessoas. Ou seja, esses padrões sociais são formas estereotipadas que a sociedade e o sistema produtivo estabelecem para guiar as pessoas. Os estereótipos colocam-se entre a realidade e a cognição do indivíduo, de forma que ele passa a substituir a experiência. Desse modo, o indivíduo perde a capacidade de percepção e quando não consegue reter dados da realidade, deixa de refletir, adquirindo um vazio interior e, por isso, aceita tão prontamente os esquemas estereotipados da sociedade. Quando o indivíduo possui julgamento e atitude hostis contra uma pessoa com quem sequer teve interação interpessoal, identifica-se o preconceito. Nesse sentido, quem, em parte, determinou a conduta do indivíduo, foi o estereótipo.

O estereótipo fixa determinados aspectos, em grande medida depreciativos, a alguns grupos; nesse movimento, suplanta a história do indivíduo ou do grupo no qual ele se integra. O abandono da história possibilita a reformulação de velhas formas de violência – a homofobia é uma violência historicamente engendrada. O preconceito em relação aos homossexuais ou contra aqueles que não se orientam sexualmente e/ou nem pela identidade de gênero cisheteronormativa é mantido pelos ideais culturais, pelos valores e pela moralidade conservadores, além das instituições e dos estereótipos criados na cultura, que transferem para essa população uma carga depreciativa. Isso representa uma formação cultural que visa à identidade e à uniformidade do indivíduo, assim, o que é percebido como diferente é hostilizado. Ao pensarmos que a hostilização é realizada pela submissão e pela identificação dos indivíduos com a cultura e que os agentes dessa hostilização encontram satisfação pessoal tanto em defender os ideais sociais quanto em hostilizar os que não se guiam pelos padrões sociais, percebemos a relação com o sadomasoquismo. O empobrecimento da experiência articula-se aos dados apontados por Crochik (2019) de que o preconceito, mais do que o *bullying*, relaciona-se com as características da personalidade sadomasoquista.

Estamos vivendo numa cultura de hiperestimulação. Os novos produtos da indústria cultural, como o cinema, as plataformas de *streaming* (Netflix, HBO, por exemplo) e as redes sociais, são ferramentas que fomentam a pobreza de experiência, uma vez que são produzidas da mesma forma estereotipada, de acordo com o esquema de produção do sistema capitalista. Seus conteúdos são apresentados como prolongamento da vida cotidiana; nesse sentido, as produções ofertam os modelos de identificação para os

indivíduos, reforçam alguns comportamentos, principalmente de consumo, e, além disso, são produzidos em tal velocidade que não permitem, ao espectador, refletir sobre o que ele assistiu. As redes sociais possuem um caráter contraditório, pois, ao mesmo tempo em que possibilitam a visibilidade e o combate a diversas formas de violência, podem ser usadas para instigá-la, como, por exemplo, com os *ciberbullying* e com os “*haters*” (pessoas que estimulam a violência, por meio da sua rede social pessoal, contra determinado alvo sem ter tido com ele nenhum contato ou motivo evidente). As redes sociais também sustentam o empobrecimento da experiência, na medida em que estimulam o compartilhamento de situações cotidianas de forma compulsiva. Estimular incessantemente é característica dessa cultura, que faz com que os indivíduos percam cada vez mais a capacidade de perceber a realidade e as pessoas. Dessa maneira, passam a não discriminar e nem são afetados pelos estímulos da realidade (representada de forma excessivamente estereotipada) e, assim, ficam alienados em relação à realidade sociocultural e passam a reproduzir a cultura – o que talvez seja inevitável, mas é importante observar de que modo é feita. O empobrecimento da experiência tanto impulsiona o indivíduo para a agressão quanto promove um sentimento de vazio interior. Esse indivíduo que não discrimina, vazio de sentido interno e tendido à violência, percebe tudo o que lhe cerca como ameaçador e, por isso, ataca; haja vista que, do pouco que retém e do muito que se identifica com a realidade, somente encontra sentido na estereotipia – do mundo e das pessoas. O *bullying* é violência que ocorre de forma indiscriminada e também com base na estereotipização do alvo. Desse modo, nessa forma de agressão não há necessariamente o apoio nas estereotipias que caracterizam o alvo de preconceito, o que nos leva a pensar que, para o intimidador, a estereotipização do alvo representa a possibilidade de encontrar orientação para seu vazio interno. Transformar o mundo e as pessoas em objeto para alcançar objetivos – cegos – relaciona-se com as características da personalidade narcisista, conforme Crochik (2019) também identificou.

Os estereótipos, no preconceito, atuam como racionalizações, comportam ideias contraditórias no seu núcleo; uma vez internalizados impedem a experiência, promovem a manutenção de ideias depreciativas e a cultura na qual são desenvolvidos. Nesse sentido, a população LGBTQIA+ é agredida em razão da padronização da sexualidade, dos padrões sobre os papéis sociais que concernem funções específicas ao homem e a mulher, de forma que aquilo que foge à norma socialmente estabelecida é percebido como ameaça. Os estereótipos sobre os homossexuais os concebem como pessoas imorais, doentes, pervertidas. Como o preconceito tende a ser generalista e dificulta a experiência – sem a

qual não há diferenciação –, esses mesmos estereótipos aplicam-se às outras categorias de pessoas que compõem a minoria sexual e de identidade de gênero. Com o empobrecimento da experiência e uma organização cultural que esquematiza e estereotipa o mundo, esse processo é repassado e internalizado pelo indivíduo, de forma que a relação que esse indivíduo estabelece com o mundo e com as pessoas ocorre por meio da rigidez do pensamento, propiciando que a sociedade possa gerir e classificar as pessoas, os corpos, a sexualidade, etc. O que ocorre é que, no *bullying*, a estereotipia na qual a sociedade organiza o mundo, os modos de produzir e garantir a sobrevivência, torna-se automatizada e, nessa perspectiva, o indivíduo não diferencia o alvo, não se pauta nos estereótipos para justificar a perseguição, porque é no processo de estereotipização que ele encontra satisfação e sentido para seu vazio interior. Diante disso, não faz sentido especificar a violência sistemática que ocorre na escola, tal como o conceito de *bullying* homofóbico, por que ele é uma violência que se pauta em processos sociais mais amplos e excessivamente estereotipados.

O medo é um sentimento de autopreservação que, no desenvolvimento da humanidade, foi apropriado pela sociedade, tornando-se ferramenta de manipulação social. A ideologia mune-se desse sentimento para promover governos autoritários e também estimula a violência contra outras pessoas, uma vez que, na medida em que o conhecimento se estrutura na estereotipia do mundo e das pessoas, o que na realidade sociocultural não se encaixa conforme as rígidas definições do conhecimento, desperta medo. A adaptação do indivíduo na cultura ocorre pela repressão do medo e, devido à sua manipulação ideológica, os objetos que despertam medo podem ser dominados – agredidos, perseguidos, mortos. Conforme a interpretação psicanalítica, aquilo que é percebido como ameaçador e gera medo, desperta ansiedade. Os objetos do medo, quando realmente não apresentam perigo para a vida do indivíduo, possuem representação psíquica; quando o objeto da fobia é específico, isso representa psiquicamente o medo da castração, ao passo que quando o objeto da fobia não possui especificidade, representa o medo de cair nas tentações sexuais. Como o ego faz a mediação entre a realidade interna e externa do indivíduo e, na maioria das vezes, sucumbe às exigências do superego, de forma a articular todas essas demandas, ele atua de maneira defensiva. É nessa perspectiva que o medo é projetado. No que se refere ao preconceito contra a população LGBTQIA+, o medo projetado sobre as vítimas é concernente com a falsa projeção, conforme postularam Adorno e Horkheimer (1985). A falsa projeção é produto racionalizado do contraditório progresso social, na qual o processo de percepção é cindido da realidade objetiva, associado aos esquemas de dominação social

e projetado como dominação real. Esse processo impede a reflexão e o conhecimento e torna-se compulsivo. Devido a isso, a homofobia ou a violência contra a comunidade LGBTQIA+ podem ser observadas em diversos âmbitos da cultura, seja na restrição de direitos, seja no medo irracional, na violência física ou na morte dessas pessoas. A falsa projeção associa-se ao *bullying* naquilo que possui de compulsivo e persecutório, porém, devido à mobilização do sadomasoquismo, possui maior correlação com preconceito.

Os tabus sobre a sexualidade, que regiam as relações sociais nas comunidades primitivas, foram transformados no percurso histórico do desenvolvimento humano e, atualmente, devido à apropriação cultural do sexo e da sexualidade, bem como o fato dos papéis sociais serem rigidamente estabelecidos em conformidade com a cultura, são ferramentas de manipulação social e regem o comportamento social calcado no conservadorismo. Na medida em que os tabus sexuais são manipulados, dotando ao sexo e a sexualidade de funções específicas na sociedade, contrariando os objetivos da pulsão sexual que não visa ao objeto, mas que depende dele para a satisfação, a pulsão sexual é reprimida. Pela repressão da pulsão sexual, possibilitou-se o progresso técnico da sociedade – que é contrária aos interesses de autoconservação e de prazer dos indivíduos e continua a exercer o controle além do necessário sobre as pulsões sexuais para garantir a sua perpetuação. A pulsão sexual reprimida manifesta-se por meio do preconceito contra os homossexuais e alguns membros da comunidade LGBTQIA+, pois eles representam aquilo que a sociedade condena: a sexualidade sem finalidade preestabelecida pela sociedade. Contudo, ainda devemos considerar que, mesmo nas relações sexuais que não se guiam pelo padrão socialmente imposto, ocorre a manipulação do sexo e das formas de se obter prazer. Nesse sentido, a indústria cultural desempenha um papel importante, porque fornece os exemplos e os produtos para uma vida sexual saudável concernente com a ideologia da liberdade sexual. Associado aos tabus sexuais que fomentam a violência homofóbica, há o tabu sobre o corpo, que impera de modo silencioso e é pouco discutido, conforme assinalam Adorno e Horkheimer (1985). O tabu sobre o corpo também é produto de uma transformação histórica, por meio da qual tanto a sociedade, pelas formas de produção no desenvolvimento do capitalismo, quanto a religião, que louva o trabalho e condena o corpo como sede do mal, contribuíram com o amor-ódio pelo corpo. Nessa relação ambivalente, o desejo de proximidade do corpo é recalcado e manifesta-se como crueldade, a qual relaciona-se com os crimes sexuais e com a perseguição que leva ao assassinato dos homossexuais e de outros membros da comunidade LGBTQIA+.

Portanto, a partir dos elementos psicossociais que compõem a violência homofóbica, podemos visualizar as motivações das agressões destinadas aos homossexuais e à população LGBTQIA+. Esses elementos da violência homofóbica relacionam-se mais intimamente com o preconceito. Nesse sentido, somos levados a considerar que a conceituação de *bullying* homofóbico não se relaciona com a violência sistemática na escola, direcionada aos homossexuais e às outras pessoas que compõem a comunidade dos que não se guiam sexual e psicologicamente pelos padrões sexuais e de papéis de gênero conforme a sociedade estabelece. Concordamos com Crochik (2019) que há diferenças entre *bullying* e preconceito e que elas devem ser procuradas, principalmente, em conflitos sociais de outrora e que ainda se manifestam nos dias atuais.

Atualmente, existem várias políticas públicas que visam combater o preconceito e o *bullying*. Contudo, acreditamos que essas políticas públicas devem estar mais fundamentadas na teoria e em estudos científicos. Além disso, acreditamos, também, que a educação deve assegurar o desenvolvimento de uma postura aberta à experiência, pois, como consideramos neste trabalho, a experiência combate não só o preconceito, mas também o *bullying*. Além de promover o desenvolvimento do pensamento dialético, que não se baseia nos estereótipos, a experiência possibilita a transformação da cultura e, talvez com isso, ocorra a superação das relações de dominação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. Marco Antônio Casanova (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Wolfgang Leo Maar (trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Verlaine Freitas (trad.). São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, T. W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J.; SANFORD, R. N. (eds.). **La personalidade autoritaria** (D. Cimbler & A. Cymmler, Trans.). Buenos Aires, Argentina: Proyección, 1965. (trabalho original publicado em 1950).

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. G. de Almeida (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, T. W.; **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida lesada. Gabriel Cohn (trad.). Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

ADORNO, T. W.; **Teoria da Semicultura**. Primeira Versão – Editora Universidade Federal de Rondônia, ano IV, nº 191, vol. XIII, Porto Velho, agosto de 2005. ISSN 1517-5421.

ALBUQUERQUE, P. P.; WILLIAMS, L. C. A. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 663-676, set. 2015.

ALLPORT, G. W. **La naturaleza del prejuicio**. Eudeba - Editorial Universitaria de Buenos Aires. 4ª ed., Traduzida da 3ª ed. (1954) por Ricardo Malfé. Argentina; 1971.

ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. Á. S. Do *bullying* ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 33-41, abr. 2008.

BAGGIO, A. T. A temática homossexual na publicidade de massa para público gay e não-gay: conflito entre representação e estereótipos. **Revista UNINTER de Comunicação**. V. 1, n. 1, jun/dez 2013. ISSN: 2357-9870.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed. 1987. (Obras Escolhidas, v.1, 1935/36).

BENJAMIN, W. **Experiência e Pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Obras Escolhidas, v.1, 1933).

BENJAMIN, W. **Sobre alguns temas e Baudelaire**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras Escolhidas, v. 3, 1939).

BERNARDES, D. L. G. Dizer não aos estereótipos sociais: as ironias do controle mental. **Análise Psicológica**, vol. 3, n. 21, 2003, pag. 307-321.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Guilherme João de Freitas Teixeira (trad.). Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.

BUENO, S. Dialética da Diferença. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 325-331, set./dez. 2013.

CANAVEZ, F. A escola na contemporaneidade: uma análise crítica do *bullying*. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 271-278, Ago. 2015.

CASTRO, A. G. Bem-vindo à ideologia do medo. **Estudos psicanalíticos**. Belo Horizonte, n.50, p.59-65, dez. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010034372018000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05/03/2019.

CHAVES, D. R. L.; SOUZA, M. R. D. *Bullying* e preconceito: a atualidade da barbárie. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, e230019, 2018.

CROCHICK, J. L. Preconceito e *bullying*: marcas da regressão psíquica socialmente induzida. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 30, e190006, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e190006>.

CROCHIK, J. L. A personalidade narcisista segundo a Escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. **Psicologia USP**, 1(2), 1990, p. 141-154. Recuperado em 20 de setembro de 2017.

CROCHIK, J. L. Fatores psicológicos e sociais associados ao *bullying*. **Revista Psicologia Política**, 12(24), 2012, p. 211-229. Recuperado em 20 de setembro de 2017.

CROCHIK, J. L. Formas de violência escolar: preconceito e *bullying*. **Revista de Educação Movimento**. UFF 2(3), 2015, p. 29-56.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, Indivíduo e Cultura**. 3. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CROCHIK, J. L. Preconceito: Ideologia e Personalidade. **Estudos de Psicologia**. Campinas, n. 23, v. 3, p. 309 – 319, 2005.

CROCHIK, J. L. Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 309-319, Set. 2005.

CROCHIK, J. L., FERRARI, M. D.; HRYNIEWICZ, R. R.; BARROS, O. N.; NASCIMENTO, R. B. Preconceito e atitudes em relação à Educação Inclusiva. **Psicologia Argumento**. Curitiba, n. 46, v. 24, p. 55-70, 2006.

CROCHIK, J. L.; CASCO, R.; CERON, M.; CATANZARO, F. O.; Relação entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. **Estudos de Psicologia**. Campinas, n.26, v. 2, p. 123 – 132, 2009.

DEVINE, P. G. Stereotypes and Prejudice: Their Automatic and Contolled Components. **Journal of Personality and Social Psychology**, 1989, vol. 56, n. 1, pag. 5-18.

DINIS, N. F. Homofobia e Educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

FANTE, C. **Fenômeno *bullying***: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Verus, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo da violência e o apoio do autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**. São Paulo: Org.: FBSP, 39p, 2017.

FREUD, S. **Inibições, sintomas e ansiedade e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Imago Editora. Rio de Janeiro, 1972. v. 20

FREUD, S. **O Futuro de uma ilusão, o Mal-Estar na Civilização e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996. Vol. 21.

FREUD, S. **O Tabu da Virgindade**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1970. Vol. 11, p. 179-196.

FREUD, S. **Psicologia de Grupos e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Imago Editora. Rio de Janeiro, 1976. vol. 18

FREUD, S. **Totem e Tabu**. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v. 8, p.17-191.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. 1989. Vol. 7.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1973.

JAY, M. **As ideias de Adorno**. Adail Ubirajara Sobral (trad.). São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

KIMMEL, M. S. Masculinity as homophobia: Fear, shame and silence in the construction of gender identity. In M. M. Gergen & S. N. Davis (Eds.), *Toward a new psychology of gender*. 1997, p. 223–242

LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. **Vocabulário de Psicanálise**. Direção Daniel Lagache; trad. Pedro Tamen; 4ª ed.; São Paulo; Martins Fontes; 2001.

MARCUSE, H. **Eros e civilização**. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e constituindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Revista Latinoamericana**, online, n. 11, pp. 59-87, ago. 2012.

NUNAN, A; JABLONSKI, B; FÉRES-CARNEIRO, T. O preconceito sexual internalizado por homossexuais masculinos. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 14, n. 2, dez. 2010. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/12212>>. Acesso em: 06 nov. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v14i2.12212>.

O GLOBO. **Governo defende abstinência sexual contra gravidez precoce**. Editora Globo S/A. Brasília, 03 de Janeiro de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-defende-abstinencia-sexual-contra-gravidez-precoce-1-24169206>>. Acesso em: 05 jan. 2020

OLIVEIRA, W. A.; et al. Associations between the practice of *bullying* and individual and contextual variables from the aggressor's perspective. **Jornal de Pediatria**, 92(1), p. 32-39, 2016.

ORTUNES, L; MARTINHO, S. G; CHICARINO, T. S. A instrumentalização do discurso do medo: pastores midiáticos e o período pré-eleitoral de 2014. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 121-146, Aug. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-5844201926>>. Acesso em: 07 jun.2019.

PRAGMATISMO POLÍTICO. “Ter filho gay é falta de porrada”, diz Bolsonaro. **Pragmatismo Político**, São Paulo, 06 de Março de 2014. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/03/ter-filho-gay-e-falta-de-porrada-diz-bolsonaro.html>>. Acesso em: 22 de Agosto de 2018.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Gays são espancados por 15 homens no metrô de São Paulo. **Pragmatismo Político**, São Paulo, 14 de Novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/11/gays-sao-espancados-por-15-homens-metro-de-sao-paulo.html>>. Acesso em: 22 de Agosto de 2018.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Homossexuais não devem demonstrar afeto nas ruas, dizem cantoras lésbicas. **Pragmatismo Político**, São Paulo, 02 de Agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/08/homossexuais-nao-devem-demonstrar-afeto-nas-ruas-dizem-cantoras-lesbicas.html>> Acesso em: 22 de Agosto de 2018.

PRAGMATISMO POLÍTICO. O dia em que o oprimido decidiu reagir. **Pragmatismo Político**, São Paulo, 26 de Fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/o-dia-em-que-o-oprimido-decidiu-reagir.html>> Acesso em: 22 de Agosto de 2018.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E. C. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. Ed. Novo Hamburgo – Rio Grade do Sul: Universidade Feevale, 2013.

PUCCI, B. A Dialética Negativa enquanto metodologia de pesquisa em educação: atualidades. **Revista e-curriculum**. São Paulo, v. 8, n. 1, Abril 2012.

SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS. **Bullying homofóbico e desempenho escolar: dados de pesquisa e propostas de enfrentamento**. São Paulo: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2015, 18 p.

SOUZA, J. M. D.; SILVA, J. P. D.; FARO, A. *Bullying* e Homofobia: Aproximações Teóricas e Empíricas. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 289-298, Ago. 2015.

VIANA, M. B. Freud e Darwin: ansiedade como sinal, uma resposta adaptativa ao perigo. **Natureza humana**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-33, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151724302010000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 fev. /2020.

VIEIRA, L. L. F. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. **Revista Mal-Estar Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 487-525, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 out.2019.